Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Betânia Maria Ramos da Silva**

# Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985)

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro
Abril de 2021

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**Betânia Maria Ramos da Silva**

# Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Inez Terezinha Stampa**
Orientadora
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos**
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Carla Machado Lopes**
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC RJ

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2021

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

**Betânia Maria Ramos da Silva**

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2018. Assistente social do Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra, desde 2019. Pesquisadora no Projeto de Pesquisa Interinstitucional – Por uma História de Gênero e Feminismos no Serviço Social, desde 2019. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), desde 2017.

**Ficha Catalográfica**

Silva, Betânia Maria Ramos da

Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985) / Betânia Maria Ramos da Silva ; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2021.
123 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Ditadura militar. 3. Violação de direitos humanos. 4. Serviço Social. 5. Resistência. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Aos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que defendem as liberdades e garantias democráticas.

# Agradecimentos

Há tantas pessoas que eu gostaria de agradecer, mas o espaço aqui é curto, portanto, não posso deixar de agradecer a algumas que estiveram presentes e que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho.

À professora Inez Stampa, pela orientação, pela confiança que depositou em mim e, principalmente, pelos inúmeros incentivos que sempre me deu, desde a Iniciação Científica. Agradeço por sua gentileza, por todo carinho e paciência que teve em me direcionar ao objetivo que me propus e pelo conhecimento compartilhado ao longo dessa trajetória.

À professora Ana Lole, por ser uma professora e uma pessoa incrível, por ter me ensinado tanto com o projeto de pesquisa interinstitucional "Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social". Obrigada por acreditar em mim e sempre dizer que posso mais. Uma honra em tê-la na minha banca desde a qualificação.

À professora Carla Lopes, que tive o prazer de conhecer no Arquivo Nacional, no início da pesquisa de Iniciação Científica e que me recebeu com muito carinho. Agradeço pelo privilégio em tê-la em minha banca, inclusive na qualificação.

Ao professor Vicente Rodrigues, pela disponibilização de tempo para a leitura deste trabalho, bem como para a participação na banca de defesa com professor convidado, pois sempre acreditei muito nas suas contribuições para o enriquecimento deste estudo.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (especialmente a professora Valéria Bastos e o professor Antônio Carlos) e a equipe da secretaria, principalmente a Joana, a Rosa e o Bruno, que sempre estiveram dispostos a me ajudar desde o início da graduação até a conclusão do mestrado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

À minha família, pelo apoio. Em especial a minha madrinha Rosângela Caldas, que sempre me incentivou, que sempre acreditou em mim e torce pelo meu crescimento. Amo tanto que nem sei expressar.

Aos amigos, pelo apoio e compreensão pela minha ausência e distância, não só pelas noites não dormidas e a vida corrida devido à construção deste trabalho, mas, também, por conta da pandemia de Covid19 que nos afastou, que nos insolou, na qual o medo do desconhecido nos levou ao limite por muitas vezes.

Sou muito grata à minha psicóloga, que sempre me atendeu, mesmo sem hora marcada, principalmente no ano de 2020, no qual eu estive à beira de um colapso, querendo desistir, porque a exaustão estava tomando conta de mim. Ela, com sua inteligência, acolhimento e cuidado me trazia de volta ao meu eixo.

Não posso deixar de agradecer a equipe do Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra, que são pessoas que me acolheram desde o meu estágio: Daniela, Rita, Ana Paula, Vanessa, Rosangela Paulino, Mônica, Elaine e Carmo, sempre com muito carinho e todas as trocas profissionais tão enriquecedoras que temos. Agradeço às estagiárias Beatriz Seidensticker, Maira e Camila Saraiva. Agradeço a coordenadora Cristina Fernandes, que acreditou que eu poderia enfrentar este desafio. Não poderia esquecer de agradecer a assistente social Letícia Corrêa, que me ensinou muito, e por ela tenho muito respeito e carinho e a promessa de ser tão assistente social quanto ela. Também não posso deixar de agradecer a Maria Augusta, que se tornou uma amiga muito querida, unidas pelo nosso grupo de reflexão, chocolate, cerveja e vinho.

Agradeço também a Capes, pois sem o auxílio recebido talvez esta dissertação não tivesse sido possível (O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# Resumo

Silva, Betânia Maria Ramos da; Stampa, Inez Terezinha (Orientadora). **Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Rio de Janeiro, 2021. 123p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação é resultado da pesquisa iniciada na graduação em Serviço Social, na PUC-Rio, período em que participei durante dois anos (2017- 2018) do Programa Institucional de Bolsas de Formação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Seu objetivo é contribuir para dar mais visibilidade ao legado histórico de violações dos direitos humanos praticadas durante o regime ditatorial de 1964-1985, examinando em especial as violações sofridas por assistentes sociais e por estudantes de Serviço Social que estavam engajados na luta contra o regime estabelecido em 1964, no Brasil. Para isso, foram apresentadas e analisadas informações contidas em documentos encontrados nas bases de dados do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, e do BNM – Brasil Nunca Mais Digital. Além destes procedimentos, trabalhamos com depoimentos de assistentes sociais que vivenciaram o período e que foram alvos da repressão. A ditadura militar brasileira foi instituída por golpe de Estado em 1º de abril de 1964, utilizando-se de instrumentos excepcionais para perseguir, prender, torturar e matar quem se opusesse ao regime. No período, foi institucionalizada, em grande escala, a violação de direitos humanos por meio da edição de Atos Institucionais (AI) que legalizavam as ações políticas dos governos militares. Erigidos sobre a argumentação de que os AIs objetivavam combater a corrupção e a subversão, foram decretados, entre 1964 e 1969, 17 atos institucionais com 104 atos complementares, que davam poder quase que absoluto ao Executivo. A resistência ao regime contou com a participação de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores brasileiros. Milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas, sempre por motivos políticos. Muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Dentre as pessoas perseguidas pelo regime, havia assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, razão pela qual este estudo aborda temas referentes à ditadura militar brasileira situando o Serviço Social no período, pois no mesmo período a profissão vivia o Movimento de Reconceituação, manifestando o propósito de romper com as origens teórico-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

metodológicas do pensamento conservador e positivista e com os padrões puramente interventivos e reformistas, trazendo mudanças representativas no campo teórico e prático da profissão. Dessa forma, buscamos analisar, através dos documentos e depoimentos encontrados, como os trabalhadores assistentes sociais e estudantes de Serviço Social estavam lidando com essas transformações e com as lutas de resistência contra o regime autoritário.

## Palavras-chave

Ditadura militar; Violação de direitos humanos; Serviço Social; Resistência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# Abstract

Silva, Betânia Maria Ramos da; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **Social Work and military dictatorship in Brazil (1964-1985)**. Rio de Janeiro. 2021. 123p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation is the result of a research initiated during the undergraduate course in Social Work at PUC-Rio, a period in which I participated for two years (2017-2018) in the Institutional Program for Scientific Training Grants (Pibic) of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Its objective is to contribute to give more visibility to the historical legacy of human rights violations practiced during the 1964-1985 dictatorial regime, examining in particular the violations suffered by social workers and Social Work students who were engaged in the fight against the established regime. in 1964, in Brazil. For this, information contained in documents found in the databases of the Reference Center for Political Struggles in Brazil (1964-1985) - Memórias Reveladas, of the National Archives, and of BNM - Brasil Nunca Mais Digital was presented and analyzed. In addition to these procedures, we work with testimonies from social workers who experienced the period and who were targets of repression. The Brazilian military dictatorship was instituted by a coup d'etat on April 1, 1964, using exceptional instruments to persecute, arrest, torture and kill anyone who opposed the regime. In the period, the violation of human rights was institutionalized, on a large scale, through the publication of Institutional Acts (AI) that legalized the political actions of military governments. Built on the argument that the AI aimed to combat corruption and subversion, between 1964 and 1969, 17 institutional acts were decreed with 104 complementary acts, which gave the Executive almost absolute power. Resistance to the regime counted on the participation of Brazilian students, intellectuals, artists and workers. Thousands of people were arrested and tortured, hundreds were killed, always for political reasons. Many of them are still missing today. Among the people persecuted by the regime, there were social workers and Social Work students, which is why this study addresses themes related to the Brazilian military dictatorship, placing Social Work in the period, because in the same period the profession lived the Reconceptualization Movement, manifesting the purpose to break with the theoretical-methodological origins of conservative and positivist thinking and with purely interventionist and

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

reformist standards, bringing representative changes in the theoretical and practical field of the profession. Thus, we seek to analyze, through the documents and testimonies found, how social workers and students of Social Work were dealing with these transformations and with the resistance struggles against the authoritarian regime.

## Keywords

Military dictatorship; Violation of human rights. Social Work; Resistance.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# Sumário

**1. Introdução** 19

**2. A ditadura militar e seu contexto** **24**

2.1 O autoritarismo no Brasil – antecedentes de 1964 24

2.2 A tentativa de combater a inflação 27

2.3 Dos movimentos ao golpe de 1964 28

2.4 1964, o golpe de Estado 30

2.5 O aparelho repressivo do Estado 33

2.6 Instrumentos de torturas 39

**3. Oposição e resistência ao Estado autoritário** 47

3.1 Resistência política contra o regime opressor 47

3.2 Estratégias de resistência e oposição 49

3.3 Vigilância e cerco aos movimentos organizados de trabalhadores 62

3.4 Os trabalhadores e a resistência 65

3.5 Mulheres em movimento 69

3.6 A resistência armada 74

**4. Serviço Social e ditadura militar no Brasil** **77**

4.1 Serviço Social no contexto da ditadura militar 77

4.2 Movimento de Reconceituação no Brasil 81

4.3 Serviço Social e as perspectivas da renovação 87

4.4 Serviço Social nos anos de chumbo 89

4.5 A abertura política e a luta pela redemocratização 93

4.6 A classe operária e a abertura democrática 95

**5. Considerações finais** 101

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

**6. Referências bibliográficas** 106

**Anexos**

Anexo 1 - Demonstrativo dos documentos encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas 115

Anexo 2 - Demonstrativo dos documentos encontrados no Banco de Dados Brasil Nunca Mais Digital – BNM Digital 116

Anexo 3 - Nomes de assistentes sociais encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas 119

Anexo 4 - Nomes de assistentes sociais encontrados no Banco de Dados Brasil Nunca Mais Digital 120

Anexo 5 – Organograma do aparelho repressivo 122

Anexo 6 - Organograma das organizações de esquerda 123

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## Lista de Figuras

Figura nº 1 – Figura nº 1 – Relação de brasileiros cassados pelo AI-1, 1964 32
Figura nº 2 - Organograma do aparelho repressivo 35
Figura nº 3 – Organograma das organizações de esquerda 45
Figura nº 4 – Edição do Jornal Tribuna da Imprensa de 29/03/1968 52
Figura nº 5 - Enterro de Edson Luís 53
Figura nº 6 – Primeira página do Jornal Correio da Manhã, 21/06/1968 54
Figura nº 7 - Passeata dos Cem Mil 55
Figura nº 8 – Correio da Manhã noticia a prisão de estudantes em Ibiúna 59
Figura nº 9 – Estudantes de Serviço Social presas em Ibiúna 59
Figura nº 10 – Denúncias de tortura, por ano, de 1964 a 1977 73
Figura nº 11 - Trecho do auto de prisão de José Paulo Netto, em 1973 78
Figura nº 12 – Ficha conceito de Vicente de Paula Faleiros – parte 1 83
Figura nº 13 – Ficha conceito de Vicente de Paula Faleiros – parte 2 84
Figura nº 14 – Informação sobre atividades de Maria Alice Correia no PAM 13 de Maio/RJ, 1976 85
Figura nº 15 – Informação sobre atividades de Maria Alice Correia no PAM 13 de Maio/RJ – detalhe do documento 86
Figura nº 16 – Relatório sobre a 1ª Reunião Geral de assistentes sociais do Grande ABC, 1986 97

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## Lista de Siglas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
AC - Agência Central
AI – Ato Institucional
AI-1 - Ato Institucional nº 1
AI-5 - Ato Institucional nº 5
AIs- Atos Institucionais
ALN - Ação Libertadora Nacional
AP - Ação Popular
APML - Ação Popular Marxista Leninista
AR - Agências Regionais
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASI - Assessoria de Segurança e Informação
BNM – Brasil Nunca Mais
BNM Digital - Brasil Nunca Mais Digital
CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR - Centro de Informação da Marinha
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CIE - Centro de Informações do Exército
CIEx - Centro de Informação do Exterior
CIO - Célula de Integração Operária
CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV - Comissão Nacional da Verdade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

COBRASMA S/A - Companhia Brasileira de Material Ferroviário Sociedade Anônima

COLINA - Comando de Libertação Nacional

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DEOPS - Departamentos de Ordem Política e Social

DI/SAE - Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamentos de Ordem Política e Social ou Delegacia de Ordem Política e Social

DPF - Departamento de Polícia Federal

DPF/RJ - Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

DSI - Divisão de Segurança e Informação

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

EsNI - Escola Nacional de Informações

EUA - Estados Unidos da América

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FPA - Fundação Perseu Abramo

FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GTR - Grupo de Trabalho Revolucionário

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

ID/4 - 4ª Região Militar/Divisão de Infantaria

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional de Previdência Socia

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPM – Inquérito Policial-Militar

JCI - Junta Coordenadora de Informações

JEC - Juventude Estudantil Católica

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDBs - Levantamento de Dados Biográficos
LSN - Lei de Segurança Nacional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação
MIA - Movimento Intersindical Antiarrocho
MJ - Ministério da Justiça
MPF - Ministério Público Federal
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirante
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
P2 - Serviço Reservado da Polícia Militar
PAM - Posto de Assistência Médica
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Formação Científica
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI - Plano Nacional de Informações
PP - Partido Popular
PRORURAL - Programa de Assistência do Trabalhador Rural
PRORURAL - Programa de Assistência do Trabalhador Rural
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformação
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SISNI - Serviço Nacional de Informações e Contrainformação
SNI - Serviço Nacional de Informações
SSI - Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

STF - Supremo Tribunal Federal

STM - Superior Tribunal Militar

TRAPPUS - Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social

UCMG - Universidade Católica de Minas Gerais

UDN - União Democrática Nacional

UEES - Uniões Estaduais dos Estudantes

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UME - União Metropolitana dos Estudantes

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - *United States Agency for International Development*

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

*"Os povos que não podem ou não querem confrontar-se com o seu passado histórico estão condenados a repeti-lo".*

(Dom Paulo Evaristo Arns)

# 1
# Introdução

A presente dissertação é resultado de pesquisa iniciada na graduação em Serviço Social, na PUC-Rio, período em que participei durante dois anos (2017-2018) do Programa Institucional de Bolsas de Formação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O estudo proposto se insere na linha de pesquisa Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, no âmbito do núcleo de estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus).

A pesquisa tem por objetivo contribuir para dar mais visibilidade ao legado histórico de violações dos direitos humanos praticados durante o regime ditatorial de 1964-1985, examinando em especial as violações sofridas por assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que estavam engajados na luta contra o regime opressor estabelecido em 1964, no Brasil.

Para tanto, considera-se necessário conhecer mais sobre o golpe civil-militar perpetrado contra o Estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral possam refletir sobre a construção socio-histórica do país e, em particular, da profissão de Serviço Social.

A ditadura militar brasileira foi instituída por meio de golpe de Estado em 1º de abril de 1964, utilizando-se de instrumentos excepcionais para perseguir, prender, torturar e matar aqueles que se opusessem ao regime. Todo cidadão “suspeito” era considerado, antes de tudo, um subversivo em potencial.

A população brasileira passou a ser comandada por sucessivos governos militares, até 15 de março de 1985. Após a implantação da ditadura, fazia-se necessário ao novo governo criar mecanismos legais que, no âmbito possível, demonstrassem a articulação e a implementação de suas decisões políticas em prol da governabilidade do país.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

O governo Castelo Branco (15 de abr. de 1964 – 15 de mar. de 1967) seguiu a prática de baixar Atos Institucionais (AI) para *legalizar* as ações políticas e policiais do regime militar - os AIs não passavam de fórmula jurídica para neutralizar a Constituição de 1946, então em vigor, à luz da qual o regime de força era ilegal. Foram decretados, entre 1964 e 1969, 17 atos institucionais com 104 atos complementares que davam poder quase absoluto ao Executivo.

Passados 57 anos do golpe de Estado de 1964, e mais de três décadas do fim do último governo militar brasileiro, persiste, ainda, a necessidade de reforçar o entendimento coletivo de que o período da ditadura militar[1] foi marcado, na história política e social brasileira, por violações sistemáticas de direitos humanos – inclusive assassinatos, desaparecimentos forçados e pela prática da tortura por motivos políticos –, bem como pela negação de valores democráticos e pelo arbítrio do Estado.

De acordo com pesquisa publicada em março de 2014 pelo Datafolha (2014), para 16% da população brasileira tanto faz se o governo é democrático ou uma ditadura, 14% defendiam que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático, e 8% não souberam responder. Esse quadro de desconhecimento ou negação dos valores democráticos, ainda existente e presente mesmo durante o período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), associado a não responsabilização de perpetradores de violações de direitos humanos, traz impactos diretos para a atuação dos órgãos de segurança, como é evidenciado pelo fato de que a polícia brasileira mata mais e comete mais abusos hoje do que no período da ditadura, conforme reconhecido pelo próprio governo federal (SDH/PR, 2010, p. 37).

Assim, sem memória e sem justiça, reproduzem-se e multiplicam-se práticas, usos e costumes lastreados na impunidade e no esquecimento. Tal situação se acentua em momentos históricos de radicalização do conservadorismo e de práticas autoritárias, como vem ocorrendo com o governo de Jair Bolsonaro, desde que assumiu em janeiro de 2019.

[1] Refiro-me à caraterização da ditadura como militar por compreender que não exclui outras análises. Embora seja factual o predomínio das Forças Armadas na política nacional durante os anos de 1964-1985, há que se considerar, como esclarece Silva (2003, p. 271), as "íntimas e complementares relações entre empresários e militares na conspiração contra o regime constitucional no Brasil". Neste sentido, minha opção pelo termo pretende demarcar o que Ianni (1981) e Fernandes (1979) denominam como a ditadura do grande capital e Netto (2014) caracteriza como autocracia burguesa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Neste sentido, considera-se importante não somente garantir o entendimento do que ocorreu, mas, também, reforçar a compreensão de que não é possível a um povo (re) conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social. Nesse processo, iniciativas voltadas para a recuperação e difusão de informações contidas nos arquivos da repressão e da resistência assumem posição de destaque, em meio a tensões e disputas pela memória. Dentre tais iniciativas destaca-se, a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, instituído em maio de 2009, e, em dezembro de 2011, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi instalada em agosto de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O longo prazo decorrido desde o fim do período da ditadura militar para a adoção dessas iniciativas tem motivo devido à pressão de alguns setores, sobretudo militares, que se opuseram às investigações e punições das perpetrações de graves violações de direitos humanos. Outra iniciativa importante foi a promulgação da Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, inclusive as contidas em documentos antes classificados como secretos ou sigilosos. Isso é particularmente importante no que se refere ao período ditatorial aqui em exame.

É importante também destacar que, para este estudo, utilizamos informações contidas em documentos encontrados nas bases de dados do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas[2] do Arquivo Nacional, e Brasil Nunca Mais Digital[3]. Além destes instrumentos, também foram utilizados depoimentos de assistentes sociais que vivenciaram este período e que foram alvos da repressão.

Sobre os depoimentos de assistentes sociais, eles foram localizados em sites sobre a temática, em relatórios de comissões da verdade e, na maior parte dos casos, no livro Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura, editado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2017 (CFESS, 2017). Registra-se, por oportuno, que o livro é um dos produtos do projeto Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura, idealizado e realizado pelo referido Conselho na gestão 2011-2014 e finalizado na gestão

[2] Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br. Acesso em 14 abr. 2020. Acesso em 18 mar. 2021.
[3] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/. Acesso em 14 abr. 2020. Acesso em 18 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

2014-2017. O projeto teve como objetivo recuperar e tornar pública a memória de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social cujos direitos foram violados nos trágicos e violentos acontecimentos da ditadura militar. Pessoas que lutaram pela liberdade e pela justiça ao lado de muitas outras que resistiram e sobreviveram a cruéis violações de direitos humanos e contribuíram na luta pela democracia no país.

Dessa forma, a nossa pesquisa foi de caráter qualitativo e incluiu a utilização de fontes primárias (documentos de arquivo) e depoimentos de assistentes sociais. Documentos que até recentemente eram restritos, ou seja, não estavam acessíveis à consulta pública.

A busca desses documentos, iniciada na experiência de Iniciação Científica (IC), se deu através dos fundos documentais digitalizados nas bases de dados do Arquivo Nacional (banco de dados Memórias Reveladas). Também foi possível pesquisar documentos no banco de dados Brasil Nunca Mais (BNM).

Para a elaboração da dissertação partimos de dados obtidos durante as atividades de IC, quando buscamos localizar documentos utilizando palavras-chave como, por exemplo, “Serviço Social” “Assistente Social” “Estudantes” etc. É importante apontar que, no banco de dados BNM, quando procuramos os documentos usando a palavra-chave “Serviço Social” foram encontrados 4.035 registros; ao buscar por “Assistente Social” foram encontrados 798 registros; e na busca por “Estudantes” foram encontrados 15.028 documentos, já no banco de dados Memórias Reveladas, ao inserir na busca as mesmas palavras-chave, foram encontrados em “Serviço Social” 7.944 registros, “Assistente social” 3007 registros, “Estudantes” 69.626 registros, “Estudantes de Serviço Social” 84 registros e “Reconceituação no Serviço Social” 6 registros.

Procuramos, na pesquisa iniciada no estudo preliminar, realizado durante o período de atividade no programa de iniciação científica, localizar registros de violações de direitos de trabalhadores, particularmente as assistentes sociais e estudantes de Serviço Social. Muitos foram presos por não aceitarem a realidade imposta por ditadores, e lutaram e resistiram a esse período sombrio da história brasileira recente.

Após a sistematização dos documentos encontrados foi necessário, para o avanço do estudo, buscar depoimentos de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que sofreram tais violações. Portanto, pesquisamos nos relatórios de comissões da verdade, livros, sites e outras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

fontes que localizamos na internet, como entrevistas, que contribuíam para o enriquecimento do estudo feito durante o período da graduação, o qual deu elementos e motivou a continuidade da pesquisa no mestrado.

Neste estudo, analisamos, portanto, o período da ditadura militar brasileira, bem como a participação do Serviço Social, após o golpe militar perpetrado contra o Estado democrático brasileiro, de forma que foi possível refletir sobre a construção socio-histórica do país e da profissão. Neste sentido, a memória é elemento fundamental para o desenvolvimento do estudo proposto.

Estruturada com este propósito, a presente dissertação encontra-se organizada em três capítulos além desta introdução (numerada como capítulo 1) e das considerações finais (numerada como capítulo 5).

O segundo capítulo intitulado “A ditadura militar e seu contexto”, procurou situar os antecedentes do golpe militar de 1964, trazendo também uma leitura do pós-golpe, a montagem do aparelho repressivo e o uso dos instrumentos de torturas que foi implementado pelo regime. A proposta deste capítulo é caracterizar o regime militar, principalmente como se deu a construção dos aparatos para estruturar e manter o sistema repressivo.

No terceiro capítulo denominado “Oposição e resistência do Estado autoritário-1964”, apresentamos os principais meios de resistências contra o regime autoritário. Pretendeu-se mostrar como a ação política dos movimentos sociais atuou no processo contra a oposição ao regime militar.

No quarto capítulo “Serviço Social e ditadura militar no Brasil”, buscamos analisar o contexto do Serviço Social no período da ditadura militar. Buscamos, também, abordar a luta pela redemocratização e pela abertura política, salientando o desenvolvimento dos movimentos sociais que foram de suma importância para a derrocada do regime.

Por fim, apresentamos as considerações finais, que enfocam o processo de pesquisa, retomando os objetivos propostos e os principais resultados alcançados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# 2
# A ditadura militar e seu contexto

Tendo em vista que a ditadura militar brasileira foi instituída por golpe de Estado em 1° de abril de 1964, este capítulo tem como objetivo abordar brevemente os antecedentes do golpe e caracterizar o regime militar, abordando, principalmente, como se deu a construção dos aparatos para estruturar e manter o sistema repressivo.

## 2.1
## O autoritarismo no Brasil – antecedentes de 1964

Em breve resumo, que não pretende dar conta de toda a complexidade da experiência brasileira, cabe rememorar que, em 1961, assumiu a presidência da República o político conservador Jânio Quadros[4], que iniciou seu mandato com grande déficit público.

A inflação e a acumulação da dívida externa mostravam um país em crise financeira e a inflação gerava instabilidade social. As medidas do governo para combater a inflação, contendo os preços e não permitindo o aumento dos salários, produziam a reação negativa dos trabalhadores e dos empresários (Beloch; Abreu, 2001, recurso eletrônico).

Outro motivo que provocou a crise em seu governo foi a sua política externa, na qual tentou aplicar uma política externa independente, uma política em que o Brasil não dependeria de nenhuma potência estrangeira, além do reatamento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Leste Europeu e com a China. A aproximação com os países socialistas tinha por objetivo aumentar o nosso comércio externo.

O Brasil restabeleceu relações com a União Soviética e Jânio viajou por alguns países socialistas, ocasionando violenta oposição de setores ligados ao capital estrangeiro. Também, no episódio conhecido como a Invasão da Baía dos Porcos (quando o governo americano armou tropas de dissidentes para derrubar o governo de Fidel Castro, em 1961), Jânio Quadros não

[4] Jânio da Silva Quadros foi presidente do Brasil entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961, data em que renunciou ao mandato.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

atendeu o apelo do presidente americano para enviar forças armadas para a ilha caribenha. A neutralidade brasileira possibilitou a salvação de vinte padres espanhóis que haviam sido condenados à morte por atividades contrarrevolucionárias, em Cuba (Farias, 2008, recurso eletrônico).

A pena foi transformada em banimento, por interferência de Jânio Quadros. O interlocutor da negociação foi Ernesto Che Guevara, que, ao visitar o Brasil, em 19 de agosto, recebeu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. As atitudes de Jânio provocaram o rompimento com a União Democrática Nacional (UDN)[5]. Em agosto de 1961, o governador do então Estado da Guanabara e porta-voz da UDN, Carlos Lacerda, declarou, através de uma cadeia de rádio e televisão, que Jânio pretendia dar um golpe e fortalecer-se no poder.

Jânio Quadros não tinha base no Congresso. Isolado no poder, sem o apoio da UDN, sem o apoio da imprensa, dos seus ministros militares e do Congresso Nacional, em 25 de agosto tentou criar uma comoção política, pretendendo receber mais poderes por parte do Legislativo. Não deu certo e entregou sua carta de renúncia ao Congresso Nacional:

> [...] Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia. [...]. (Trecho da carta renúncia de Jânio Quadro, divulgada no dia 25 de agosto de 1961)[6].

Esperava que o povo fosse às ruas para manter seu mandato e que o Parlamento temesse pela posse do vice-presidente, João Goulart, representante de setores mais progressistas da sociedade. O seu pedido de renúncia foi imediatamente aceito pelo Congresso Nacional e o poder foi

[5] A União Democrática Nacional (UDN) foi um partido político brasileiro, fundado em 1945, de orientação conservadora e frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas. Seu lema era uma frase apócrifa de Thomas Jefferson, "o preço da liberdade é a eterna vigilância", e seu símbolo era uma tocha acesa. O udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico e da moralidade, e pela forte oposição ao populismo. Além disso, algumas de suas bandeiras eram a abertura econômica para o capital estrangeiro e a valorização da educação pública. O partido detinha forte apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite. Concorreu às eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955, postulando o brigadeiro Eduardo Gomes nas duas primeiras e o general Juarez Távora na última, perdendo nas três ocasiões. Em 1960 apoiou Jânio Quadros (que não era filiado à UDN), obtendo assim uma vitória histórica (CPDOC, 1997, recurso eletrônico).

[6] Fonte: Projeto Memória da Fundação Banco do Brasil. Disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/JK/verbetes/carta_renuncia.html. Aceso em 14 fev. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

provisoriamente entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli, já que o vice-presidente estava visitando a República Popular da China. O ato de Jânio e a conspiração dos ministros militares, que não queriam a posse de Goulart, mergulharam o país numa crise política.

Como virmos, o governo Jânio Quadros foi breve e errático, tanto do ponto de vista interno quanto de sua política externa (Markun; Hamilton, 2001). Em seu lugar, e após um conturbado processo político, no qual sua posse chegou a ser impedida por setores das Forças Armadas Brasileiras, assumiu o então vice-presidente[7] do Brasil, João Goulart (1961-1964), popularmente conhecido como Jango. A renúncia de Jânio mudou a conjuntura brasileira.

É importante pontuar que Jânio e Jango representavam partidos políticos opostos, o que foi possível porque, de acordo com o art.1 da Constituição então vigente (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946), o presidente e o vice-presidente da República deveriam ser eleitos simultaneamente, mas não havia a obrigação de pertencerem ao mesmo partido ou coligação. A Constituição trazia, assim, elementos da crise política que explodiriam em breve. Se, por vezes, não é fácil garantir a lealdade entre titular e vice da mesma coligação, que dirá de coligações opostas (Rodrigues, 2017, p.25).

Dessa forma, a população brasileira elegeu Jânio Quadros, que participava da coligação de pequenos partidos liderada pela União Democrática Nacional (UDN), e o vice, João Goulart que era representado pela coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD).

Com a renúncia de Jânio Quadros, Jango assumiu a presidência em meio a uma crise política, herdou uma grave crise financeira advinda dos governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, com o grande endividamento externo. Também, com rápido crescimento da população urbana, associado ao aumento do poder aquisitivo dos assalariados e à insuficiente produção agrícola, gerava crises de abastecimento.

Jango assumiu o governo em 7 de setembro de 1961 com os poderes limitados porque, no Parlamentarismo, o Poder Executivo é chefiado pelo Primeiro-Ministro. Entretanto, com o amplo apoio do Congresso Nacional e da

[7] De acordo com o art. 81 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, o presidente e o vice-presidente da República deveriam ser eleitos simultaneamente, mas não havia a obrigação de pertencerem ao mesmo partido ou coligação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

classe operária através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), João Goulart conseguiu a aprovação de um plebiscito para 6 de janeiro de 1963, no qual o povo votou pela volta ao presidencialismo (9.457.448 votos) e pela continuidade do parlamentarismo (2.073.582 votos). João Goulart assumiu suas plenas funções presidenciais em 23 de janeiro de 1962 (Beloch; Abreu, 2001).

## 2.2
## A tentativa de combater a inflação

Em 1963 o presidente João Goulart e seu ministro do Planejamento, Celso Furtado, lançaram um plano de combate à inflação e para o desenvolvimento econômico. Este plano, conhecido como Plano Trienal[8], propunha o refinanciamento da dívida externa, redução dos investimentos públicos e captação de novos recursos externos. Houve a eliminação dos subsídios ao petróleo e ao trigo, com a elevação dos preços, o que causou reação dos sindicatos. Pelo lado do empresariado as críticas eram pela falta de crédito.

Os trabalhadores continuavam fazendo greves e reivindicando aumento salarial. Os salários aumentavam, porém, aumentavam muito mais a inflação e o custo de vida, o que desenvolvia ainda mais os problemas sociais. O auxílio financeiro pedido aos Estados Unidos da América (EUA) para a execução do Plano Trienal e o aumento de 70% dos salários do funcionalismo público enterraram o plano econômico.

Com o fracasso do Plano Trienal, o governo começou a preparar as reformas de base, que consistiam em fazer as reformas agrária, administrativa, bancária e fiscal. Não se pensava em reformas “revolucionárias”, mas em propostas para desenvolver o capitalismo nacional. Ainda assim, a oposição conservadora temia por suas propriedades. O medo dos conservadores, latifundiários, industriais e de parte da Igreja Católica motivaram a conspiração militar, que tomava corpo nos últimos meses de 1963.

O período do governo de Jango foi um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, confrontos e debates propiciou

[8] O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social era uma resposta política para a disparada da inflação, que se encontrava, em 1963, na taxa de 78,4%, e a deterioração do comércio externo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi uma fase de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno de diferentes projetos para o país.

As reformas de base eram urgentes. O movimento popular exigia as reformas em todo o país. Perdendo o apoio no Congresso Nacional, Goulart tenta o apoio de setores populares anunciando a implantação das reformas por decreto.

## 2.3
## Dos movimentos ao golpe de 1964

A partir de 1964, esgotam-se as negociações com o PSD, que fica cada vez mais próximo da golpista UDN, um dos maiores inimigos do governo. Goulart busca então apoio para seu projeto reformista junto a grupos de esquerda. O comício das Reformas marca o início dessa nova fase.

Com o objetivo de fortalecer o seu governo e promover uma agenda política reformista, Jango realizou um grande comício, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que ficaria conhecido como o *Comício das Reformas de Base*[9], no qual anunciou para cerca de 150.000 trabalhadores um projeto de reformas estruturais – bancária, administrativa e agrária - consideradas necessárias para melhorar as condições de vida da população, contudo, sem afastar o país do marco legal e democrático. Mas, o ato criou pânico nos conservadores, que contra- atacaram com a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, com um número aproximado de participantes entre 300 e 500 mil pessoas[10], preconizando a preservação da propriedade.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento organizado com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart. Congregou setores da classe média temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Dissolveu-se pouco depois do movimento político-militar de 31 de março de 1964.

[9] Concentração realizada no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Comício das Reformas, também conhecido por Comício da Central, reuniu membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. Tinha por meta demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base e defender as liberdades democráticas e sindicais (Lamarão, 2004).
[10] Estimativa da imprensa da época, como a Folha de S. Paulo (2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

O movimento consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas. A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, a 19 de março, tendo como principal articulador o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno[11], apoiado pelo então governador Adhemar de Barros[12], que se fez representar no trabalho de convocação por sua mulher, Leonor de Barros.

Preparada com o auxílio da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades, a marcha paulista recebeu também o apoio das classes produtoras do estado, através da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. O manifesto de convocação contou com a assinatura de 30 entidades lideradas pelo Conselho de Entidades Democráticas. O jornal O Estado de S. Paulo divulgou a manifestação, que contou com a participação de figuras públicas, entre as quais Auro de Moura Andrade[13], presidente do Senado à época, e Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. A marcha saiu da Praça da República e terminou na Praça da Sé, com uma missa “pela salvação da democracia” (CPDOC, 2000)[14]. Durante o trajeto foi distribuído o Manifesto ao povo do Brasil, convocando a população a reagir contra Goulart.

A iniciativa da Marcha da Família repetiu-se em outras capitais, mas já após a tomada do poder pelos militares, o que as tornou conhecidas como “marchas da vitória”. A marcha do Rio de Janeiro, articulada pela Camde, levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964.

Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (Teles; Leite, 2013, p.53), foi a partir deste momento que os conspiradores golpistas aceleraram seu trabalho para derrubar João Goulart. Passaram a ter necessidade urgente de mobilizar as bases sociais que deveriam dar sustentação política e “legitimação” às suas ações golpistas contra a democracia vigente.

[11] Foi eleito deputado estadual pelo PSD em 1947 e deputado federal em 1950. Foi candidato a vice-governador de São Paulo em 1954 na chapa de Prestes Maia num pleito vencido por Jânio Quadros, em cujo governo foi secretário do Interior. Reeleito deputado federal em 1958 e 1962, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena) tão logo o partido foi criado pelo regime militar em 1965, sendo reeleito em 1966. Porém, foi cassado pelo Ato Institucional N. 5 (AI-5) em 16 de janeiro de 1969.

[12] Pertencente a uma família de tradicionais cafeicultores do interior do estado de São Paulo, foi prefeito da cidade de São Paulo (1957-1961), interventor federal (1938-1941) e duas vezes governador de São Paulo (1947-1951 e 1963-1966). Concorreu à presidência da República do Brasil em 1955 e em 1960, conquistando, nas duas eleições, o terceiro lugar.

[13] Auro Soares de Moura Andrade foi um advogado e político brasileiro. Nasceu numa abastada família de fazendeiros do interior paulista, filho do pecuarista Antônio Joaquim de Moura Andrade, conhecido como "o rei do gado" (CPDOC, 2004).

[14] Disponível em: http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade. Acesso em 15 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Entende-se que este golpe de Estado se deu com o apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, com a falsa suposição de que a democracia estava sendo ameaçada, pois as direitas civis alardeavam que as reformas de bases visavam *comunizar* o país. René Dreifuss explica que:

> O fato de muito civis e militares considerarem o golpe apenas como uma efêmera intervenção das Forças Armadas nas atividades do governo e não como a tomada política da máquina do Estado assinalava a extraordinária capacidade do bloco multinacional de articular frações e facções variadas acima de suas diferenças específicas, bem como acima e além de sua própria compreensão do processo. A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como "infestada pelo caos e corrupção", de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção de forças populares, e outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças socioeconômicas populistas e seu bloco dominante (Dreifuss, 1981, p. 143).

Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação decisiva de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso da força militar (Dreifuss, 1981).

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais, comandou suas tropas em direção ao Rio de Janeiro. As tropas do I Exército, comandadas pelo general Armando de Moraes Âncora[15], se posicionaram para defender o presidente, na região do Vale do Paraíba, mas Goulart não autorizou a resistência.

Jango é então deposto e o deputado Raniere Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assume a presidência da República. Em 1° de abril de 1964 é criada uma Junta Revolucionária, representando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para governar o país (D'araujo; Soares; Castro, 1994).

## 2.4
## 1964, o golpe de Estado

[15] Foi comandante do I Exército, durante a época do golpe militar de 1964. Ao verificar a divisão do Exército, o general Âncora optou por evitar confrontos armados entre os militares legalistas (favoráveis ao golpe) e as tropas contrarrevolucionárias (apoiadoras de João Goulart, pois o movimento era chamado por seus apoiadores de "revolução") que queriam impedir que isso acontecesse. No encontro de Resende, Âncora, que estava assumido interinamente o Ministério da Guerra, declarou o fim da resistência das forças que davam proteção ao governo (CPDOC, 2000).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Em 31 de março de 1964 deu-se o golpe de Estado que selou o fim do governo de João Goulart. O golpe teve como resultado mais do que a derrubada do presidente, levando ao estabelecimento de um governo comandado por uma junta militar, representando, ademais, a demolição do sistema constitucional democrático estabelecido após o fim do Estado Novo (1937-1945).

Após a implantação da ditadura militar em 1º de abril 1964, fazia-se necessário ao novo governo criar mecanismos legais que tornassem possível a articulação e a implementação de suas decisões políticas em prol da governabilidade do país. Visto que a Constituição de 1946, vigente até então, tornava o regime militar inexecutável, os Atos Institucionais (AIs) vieram criar uma espécie de "legalidade paralela" (Rodrigues, 2017) à Constituição que continuava formalmente em vigor, e se edificavam como instrumentos de legalidade para acomodar as ações políticas dos governos militares.

Com isso, foi aberto o caminho para os membros dos governos militares estabelecerem legalmente uma gama de poderes a eles mesmos, de caráter extraconstitucional. Erigidos sobre a argumentação de que os atos institucionais objetivavam combater a corrupção e a subversão, foram decretados, entre 1964 e 1969, 17 atos com 104 atos complementares que davam poder quase absoluto ao Executivo (Fico, 2001).

Mal tinha se instalado no Palácio do Planalto, a junta militar decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), com apenas onze artigos. O AI-1 deu ao Executivo federal o poder de alterar a Constituição e cassar mandatos legislativos e direitos políticos, além da faculdade de demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer adversário do regime autoritário, sem apreciação judicial desses casos. Da mesma forma, estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República:

> Foi necessário alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Em outras palavras: foi necessário montar um Estado cada vez mais forte, apesar de se manterem alguns disfarces da normalidade democrática (Fundação Perseu Abramo, 2006, recurso eletrônico).

Desse modo, embora a Constituição de 1946 somente tenha sido oficialmente substituída em 1967, não se encontrava mais em vigor, mutilada pelos atos institucionais do regime militar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Os Atos Institucionais tiveram grandes impactos sociais e políticos, como, por exemplo, determinando que todos aqueles que tiveram a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos eletivos com base em outros atos institucionais estariam proibidos de desempenhar quaisquer funções dentro da administração pública, direta ou indiretamente. Na lista de documentos em que constam os nomes de brasileiros cujos direitos políticos foram cassados, encontramos o nome do assistente social João Batista Gomes, conforme ilustra a figura nº 1.

**Figura nº 1 – Relação de brasileiros cassados pelo AI-1, 1964**

Relatório Projeto Brasil Nunca Mais TOMO I - O Regime Militar (2)

-129-

| N O M E | CASSAÇÃO | | SUSPENSÃO | |
|---|---|---|---|---|
| | D.O. | Página | D.O. | Página |
| JOÃO BATISTA GOMES | | | | |
| Assistente Social | - | - | 10.04.64 | - |

Fonte: Relatório Projeto Brasil Nunca Mais Tomo I - O Regime Militar (2)[16].

Foi a partir do AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, que a repressão se ampliou com o cerceamento aos instrumentos de luta, como os sindicatos, os movimentos populares, estudantil e rural. Foi determinado o fechamento do Congresso Nacional e inaugurado o período mais brutal da repressão política no Brasil, caracterizado pelos *desaparecimentos* forçados, assassinatos e tortura generalizada, ocorridos nos aparelhos policiais, oficiais e extraoficiais do Estado brasileiro (Fico, 2001).

Mesmo mantendo uma fachada democrática, os golpistas modificaram o ordenamento jurídico nacional com recursos autoritários tais como a Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais (AIs). Dessa forma, enquadrando qualquer um que fosse contrário a nova ordem estabelecida, sob a acusação de subversão. Os que eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional

[16] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Jo%C3%A3o+batista+gomes. Acesso em 22 ago. 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

(LSN) perdiam o direito ao *habeas corpus*[17]e passaram a ser julgados por tribunais militares, sem direito a recursos.

## 2.5
## O aparelho repressivo do Estado

A Lei de Segurança Nacional foi o eixo jurídico da repressão durante a ditadura militar brasileira. A expressão "Segurança Nacional" aparece no direito brasileiro com a Constituição Federal de 1934 que, no seu título VI, criou o Conselho de Segurança Nacional (art.159), com atribuições que se relacionavam com a defesa e a segurança do país. A partir daí todas as constituições se referem ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) (Rodrigues, 2017).

Os governos autoritários, através de leis, trataram de fortalecer o aparelho repressivo. Embora a Constituição de 1946 somente tenha sido oficialmente substituída em 1967, não se encontrava mais em vigor, mutilada pelos Atos Institucionais do regime militar. Em 24 de janeiro de 1967 uma nova Constituição foi aprovada, legitimando o regime militar, incorporando os Atos Institucionais e dando mais poderes ao presidente da República. Também, em 1967, foi publicado o Decreto-Lei n° 314/1967[18], instituindo a Lei de Segurança Nacional, primeira do regime ditatorial, que introduziu o princípio da regra segundo a qual "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei" (art.89).

Esse processo abriu caminho para a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)[19], através da Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, com o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

[17] O *habeas corpus* é um *remédio* judicial que tem como objetivo a proteção da liberdade de locomoção do indivíduo, quando esta se encontra ameaçada ou restringida de forma direta ou indireta.

[18] O Decreto-Lei n° 314, de 13 de março de 1967, definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dava outras providências. Foi revogado pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que também definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelecia seu processo e julgamento e dava outras providências. Este, por sua vez, foi revogado pela Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que definia os crimes contra a segurança nacional, estabelecia sistemática para o seu processo e julgamento e dava outras providências, sendo também revogada pela Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 que continua em vigor e "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências" (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7170.htm#art35).

[19] Sua extinção se deu pelo presidente Fernando Collor de Mello, logo após sua eleição, substituindo-o pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (DI/SAE). No governo de Itamar Franco, o Departamento foi elevado à condição de Subsecretaria de Inteligência (SSI). A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) foi criada em 1999, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, desenvolvendo operações que eram de responsabilidade do SNI.

objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI).

O SNI funcionava como um órgão de espionagem da ditadura e ajudou a encobrir casos de corrupção da ditadura militar e criou a percepção no público de que os governantes militares eram menos corruptos, quando na verdade os casos criminosos eram escondidos (Campos; Brandão; Lemos, 2020).

Segundo Moreira Alves (1984, p.72), o seria um órgão de assessoramento do Executivo, responsável não perante o Congresso Nacional, mas perante o Conselho de Segurança Nacional e o presidente da República. A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em "todas as questões afetas à Segurança Nacional". Declarava que seu principal objetivo seria "coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna".

Nesse contexto, o Serviço Nacional de Informação, na instância federal, junto com os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), nas instâncias estadual e municipal, além do Distrito Federal, exercia pressão e atuava no sentido de coagir ou ameaçar as atividades organizadas de resistência ao regime, principalmente dos trabalhadores.

Vejamos um exemplo de como era feito o registro da vigilância e das informações sobre os "subversivos":

> [...] Maria Helena Teixeira de Lacerda – codinome "Marilia" – assistente social, com 27 anos – MG, presa preventivamente, como incursos na Lei de Segurança Nacional. Conseguinte à efetivada prática de delito tipificada pelo art.43 e sob as seguintes circunstâncias fáticas: Em decorrência das investigações sigilosas que vinham sendo efetivadas pelo Centro de Operação de Defesa Interna – CODI, em termos das atividades de organizações clandestinas e subversivas, intituladas 'Ação Popular' (AP) e 'Ação Popular Marxista Leninista' (APML), neste Estado, de âmbito Nacional e sob orientação metodológica Leninista, cuja linha de ação visa 'a tomada do poder pela violência através da luta armada' (Portal Brasil Nunca Mais Digital, BNM- 169(1), p.152)[20].

[20] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02. Acesso em 17 dez. 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Importante registrar, como muito bem esclarece o banner de alerta do Brasil Nunca Mais Digital[21], que "parcela expressiva dos depoimentos de presos políticos e das demais informações inseridas nos processos judiciais foi obtida por meio de tortura e de outros meios ilícitos e não pode ser considerada como expressão absoluta da verdade" (BNM Digital)[22].

Nesse sentido, os acervos esclarecem menos a respeito da verdade sobre os "fatos" que os agentes da ditadura pretendiam registrar, e mais sobre a forma como se produzia e se controlava a informação e como era feita a vigilância durante o regime. O vasto aparato repressivo era amparado judicialmente pela Lei de Segurança Nacional, comandada por oficiais generais do Exército. E dentre os diversos órgãos que constituíam a comunidade de informações, se destacava o Serviço Nacional de Informações e a violência era operada paralelamente ao SNI, como se pode observar na figura nº 2, a seguir.

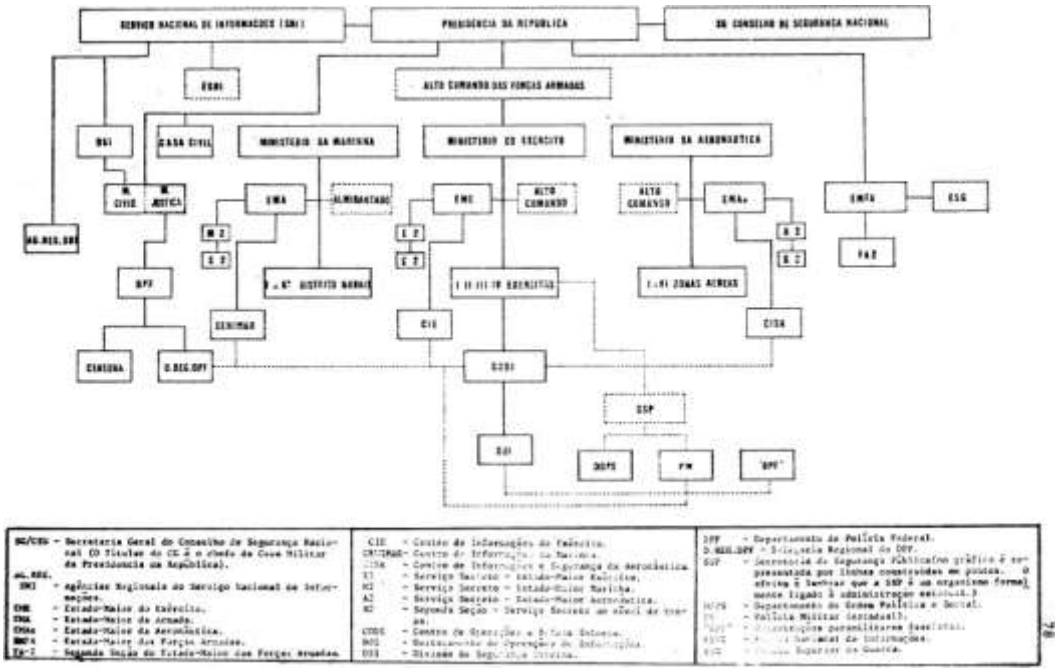
**Figura nº 2 - Organograma do aparelho repressivo[23]**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

[21] Brasil: Nunca Mais (BNM) é a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM). O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. O sucesso da publicação continua influenciando gerações e impulsionou o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento à tortura. O livro Brasil: Nunca Mais foi e é um dos maiores sucessos de vendas na história do Brasil. Lançado pela Editora Vozes em 1985, permaneceu na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se – à época – o livro de não ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos. Pela primeira vez, o tema dos direitos humanos entrou na casa da população brasileira. É fruto do trabalho de Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Jaime Wright. O projeto Brasil: Nunca Mais Digital (BNM Digital) traz para a era virtual o acervo do histórico Brasil: Nunca Mais, desenvolvido nos anos 1980 pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo. Antes recluso aos arquivos em papel e em microfilme, disponíveis apenas para os pesquisadores com possibilidade de ir a Campinas, Brasília ou ao exterior, esse valioso material passou a ser acessível de qualquer lugar do planeta. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/. Acesso em 17 mar. 2021.

[22] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/. Acesso em 17 set. 2019.

[23] A mesma imagem em melhor resolução pode ser encontrada no anexo 5 desta dissertação.



Fonte: Relatório Projeto Brasil Nunca Mais Tomo I - O Regime Militar, 1985, p.102[24].

A estrutura do SNI era composta pelo chefe, que tinha status de ministro, cujo poder de ação e decisão era imenso. De suas apreciações poderiam emanar atitudes do chefe de Estado das mais diversas, desde mandar investigar um suspeito, até expurgá-lo do país. O SNI acumulava fichas técnicas de pessoas consideradas suspeitas.

Possuía uma Agência Central (AC), que coordenava as atividades de forma centralizada, absorvendo as informações provindas de todos os escritórios e agências, catalogando-as, processando-as, separando informes de informações, e enviando aos escritórios competentes para posterior utilização, ou arquivamento.

As Agências Regionais (AR) agiam de maneira similar à agência central, porém com informações ao nível regional. Como a coleta de informações neste nível era descentralizada, seu processamento também o era. Dessa forma, com o controle pulverizado, uns controlavam aos outros mais eficientemente.

Já os Escritórios estavam espalhados por todo o país, para coletar os informes e informações e remetê-los às instâncias superiores. Os escritórios coordenavam o trabalho dos agentes, também chamados de "cachorros" e

[24] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102. Acesso em 12 ago. 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

"secretas". Cachorros eram agentes que não eram remunerados, agiam de forma voluntária sempre esperando algum tipo de favorecimento resultante de suas ações. Muitos cachorros eram funcionários públicos que obtinham cargos de confiança de Brasília em troca das informações que colhiam de seus colegas e parentes de seus colegas. Os secretas eram agentes remunerados e treinados pelo SNI, em geral eram infiltrados nos mais diversos setores da administração pública e privada. Muitos destes agentes agitavam os grupos onde se encontravam na busca de prováveis lideranças que deveriam ser neutralizadas.

Era comum a presença de secretas e cachorros, principalmente em escolas, faculdades, universidades, empresas estatais, autarquias, etc. Uns desconheciam a presença e atuação de outros, gerando assim um controle eficaz por parte do escritório central, que reunia as informações e informes trazidos pelos dois grupos de agentes.

Todo esse aparato de agentes, colaboradores e informantes era coordenado pelo Serviço Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), que era composto, durante o período autoritário, por 16 órgãos especializados, estruturados em forma de malha, que ia da centralização em nível federal até as atividades de coleta e busca nos setores mais específicos em nível local, espalhados pelo país. O órgão central do sistema era o SNI. As Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) eram as ramificações que produziam, dentro dos ministérios civis e dos organismos e empresas federais, a vigilância e a produção de informações para o regime (Rodrigues, 2017).

Além da Agência Central, sediada em Brasília, o SNI possuía oito agências Regionais: Manaus (Amazonas), Recife (Pernambuco), Salvador (Bahia), Belo Horizonte (Minas Gerais), Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), São Paulo e Rio de Janeiro.

Aos dez anos desde sua fundação, a propriedade do SNI em Brasília correspondia a mais de 200 mil metros de gramado. No local, funcionava a Escola Nacional de Informações (EsNI) desde 1971, equipada com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrânea e uma emissora de televisão. A Agência Central do Serviço ainda dispunha de um avançado sistema de computadores do modelo IBM - 360/115, trazido ao país ilegalmente. Era lá que ficavam armazenadas as fichas de Levantamento de Dados Biográficos (LDBs) (Rodrigues, 2017).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

A função do SNI era estabelecer informações sobre um determinado fato, ou sobre algum “suspeito”. Se houvesse necessidade de prisões ou inquéritos o SNI transferia os dados apurados para os órgãos competentes. Para entender como funcionavam os órgãos que agiam diretamente na repressão dos escalões superiores, é preciso focalizar individualmente cada uma. Subordinados dos Estados-Maiores há o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967, o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), Centro de Informação do Exterior (CIEx), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), a Divisão de Segurança e Informação - ministérios (DSIs), as Assessorias de Segurança e Informação – empresas estatais, autarquias e universidades (ASIs), dentre outros organismos. Destes, o mais conhecido em termos de repressão direta é o Cenimar, sendo o único existente antes de 1964, embora os dois outros organismos militares (CIE e Cisa) sejam igualmente responsáveis por prisões, torturas e mortes de opositores ao regime.

O Cenimar notabilizou-se, particularmente, no período imediatamente posterior ao golpe militar, chegando a ter três sedes no Rio de Janeiro: 5° andar do prédio central do Ministério da Marinha, Ilha das Flores e Ilha das Cobras. O Cisa tem seu nome ligado a numerosas prisões efetuadas por contingentes da Aeronáutica, que recolhiam os presos na unidade do Galeão (Rodrigues, 2017).

Nos estados da federação e nos municípios o Sisni contava com as Comunidades Complementares de Informações, pertencentes às entidades privadas que fossem selecionadas, e poderiam, a critério exclusivo do chefe do SNI, colaborar no que lhes fosse solicitado. Além disso, contava com o Departamento de Ordem Política e social (Dops) e o Serviço Reservado da Polícia Militar (P2), ou seja, o Sisni tinha braços e olhos vigilantes em todo o território nacional (Stampa; Rodrigues, 2014).

O Dops - sigla que apresenta algumas variações em alguns locais (Dops, Deops, etc.), era um órgão vinculado aos governos estaduais através da Secretaria da Segurança Política de cada unidade da Federação, secretaria que era comandada, quase sempre, por oficial superior do Exército. O Dops era composto por civis da esfera policial: delegado e investigadores.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) era composto pelo mesmo tipo de pessoal, mas existia em cada Estado (Delegacias Regionais), como órgão da União, vinculado ao Ministério da Justiça (MJ). Seus policiais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

também estavam encarregados do serviço de censura às manifestações artísticas e literárias. Tanto o Dops quanto o DPF prosseguiram atuando de forma independente em todos os níveis de repressão: investigavam, prendiam, interrogavam e, conforme abundantes denúncias, torturavam e matavam. Em Estados onde não existia DOI-Codi, esses órgãos se responsabilizavam, pela repressão, ora predominando o estadual, ora o federal.

As denúncias de torturas eram conhecidas através da divulgação das cartas enviadas à imprensa por familiares de pessoas que eram presas ou sumiam repentinamente. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apesar da polícia ditatorial e da censura, algumas vezes conseguiu driblar a polícia e divulgar tais cartas dos desaparecidos (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, 2009, p.620).

Mesmo o governo militar não admitindo as atrocidades cometidas contra os opositores ao regime ditatorial, os depoimentos e até mesmo documentos comprovam que as torturas foram largamente utilizadas como um meio de opressão e repressão política.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 2.6
## Instrumentos de torturas

Em 1975 foi enviado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) um esclarecedor registro elaborado por presos políticos sobreviventes das práticas de torturas cometidas durante o regime militar, na Operação Bandeirante[25]. O documento relatou uma série de abusos das autoridades, tais como:

[25] A Operação Bandeirante (Oban), foi uma organização criada em 1969 pelo regime militar do Brasil. Seu objetivo era investigar e desarticular facções revolucionárias comunistas que subsistiam à época no país. Essa organização também contou com setores da sociedade civil, sobretudo empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). De mera organização com finalidade contrarrevolucionária, a Oban tornou-se um centro irradiador de arbitrariedades e violação dos direitos fundamentais. A criação da Oban caracterizou-se pela integração das forças de repressão do Regime Militar, tanto no âmbito da inteligência (informação e conhecimento estratégico) quanto no âmbito operacional (investigação, ações de combate etc.). Essa integração ocorreu entre as polícias estaduais (militares e civis), a Polícia Federal e as Forças Armadas. A demanda por essa integração partiu de uma orientação direta da Presidência da República, especificamente da Diretriz para a Política de Segurança Interna de junho de 1969. Como diz o jornalista Elio Gaspari, a Oban: "[…] foi lapidada por meio de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna, pela presidência da República em junho de 1969, que resultou no surgimento de estruturas semelhantes em outros estados. Estabelecia as

[...] queimar com cigarros, nádegas e saco escrotal do torturado (quando se tratava de presas, queimam-se principalmente os seios); arrancar com alicate pelos do corpo, particularmente os pelos pubianos; obrigar o torturado que se mostra com sede - às vezes provocada pela ingestão de sal - a beber salmoura; introduzir buchas de palha de aço no ânus e nelas aplicar descargas elétricas; vestir o preso com camisa de força ou obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em camas, ou ainda mantê-lo por muitos dias com os olhos vendados ou com um capuz na cabeça; amarrar fio de nylon entre os testículos e os dedos dos pés e obrigar a vítima a caminhar; manter o preso sem comer, sem beber e sem dormir por vários dias, confinando-o por longos períodos em celas fortes (também chamadas de "cofre"), que são pequenos cubículos sem janela e sem ventilação; ascender refletores de luz muito intensa, fazendo-a incidir nos olhos da vítima.

[...] O Pau-de-Arara consistia numa barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca era utilizado isoladamente, seus complementos normais eram eletrochoques, a palmatória e o afogamento. O Choque Elétrico foi um dos métodos de tortura mais cruéis e largamente utilizados durante o regime militar. Geralmente, o choque dado por um telefone de campanha do exército que possuía dois fios longos que eram ligados ao corpo nu, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos. O acusado recebia descargas sucessivas, a ponto de cair no chão.

A pimentinha era uma máquina constituída de uma caixa de madeira que, no seu interior, tinha um imã permanente, no campo do qual girava um motor combinado, cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios. Essa máquina dava choques em torno de 100 volts no acusado.

No afogamento, os torturadores fechavam as narinas do preso e colocavam uma mangueira, toalha molhada ou tubo de borracha dentro da boca do acusado para obriga-lo a engolir água. Outro método era mergulhar a cabeça do torturado num balde, tanque ou tambor cheio de água (ou até fezes), forçando sua nuca para baixo até o limite do afogamento.

A cadeira do dragão era uma espécie de cadeira elétrica, onde os presos sentavam pelados numa cadeira revestida de zinco ligada a terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choques em todo o corpo. Muitas vezes, os torturadores enfiavam na cabeça da vítima um balde de metal, onde também eram aplicados choques.

Na geladeira, os presos ficavam pelados numa cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema muito frio de refrigeração e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. Os presos ficavam na "geladeira" por vários dias, sem água ou comida.

A palmatória era como uma raquete de madeira, bem pesada. Geralmente, este instrumento era utilizado em conjunto com outras formas de tortura, com o objetivo de aumentar o sofrimento do acusado. Com a palmatória, as vítimas eram agredidas em várias partes do corpo, principalmente em seus órgãos genitais.

Vários tipos de agressões físicas eram combinados às outras formas de tortura. Um dos mais cruéis era o popular "telefone". Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso. A técnica era tão brutal que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente.

De certa forma, falar de tortura psicológica é redundância, considerando que todo o tipo de tortura deixa marcas emocionais que podendo durar a vida

---

normas que centralizavam o sistema de segurança, colocando-o sob as ordens de um oficial do Exército classificado na seção de informações do comando militar. Ele requisitaria efetivos à PM, delegados e escreventes à polícia" (Gaspari, 2002, p. 62).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> inteira. Porém, havia formas de tortura que tinha o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos [26].

Como se pode observar neste extenso e terrível relato, a metodologia da tortura e os utensílios eram abrangentes. Muitas vezes um preso político era submetido a vários tipos de agressões físicas, que eram combinadas a outras formas de tortura.

Vejamos, como exemplo, o documento referente à assistente social Gilse Maria Cozensa Avelar, encontrado no Banco de Dados Memórias Reveladas, nominado como "Prisões e Torturas em Minas Gerais":

> Brasileira, casada, nascida a 28\12/1943, em Paraguassu, MG, residente a rua Leopoldina, n 196, em Belo Horizonte, assistente social da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1967, tem uma filha, nascida em 27/02/1969.
> A declarante foi presa no dia 17/06/1969, sendo tratada aos empurrões e bofetadas, conduzidas ao DI, onde se encontravam presos dezenas de pessoas. Durante os dez dias que permaneceu no DI foi submetida a enormes pressões psicológicas pelos interrogadores, oficiais do Exército e da polícia de MG, através de ameaças a sua filha de três meses de idade, na época, sua filha e gêmea prematura tendo vivido em constante risco de vida. A declarante saíra a poucos dias do hospital, onde sua filha estivera internada quase agonizante, tratada a soro e transfusão de sangue. Os interrogadores afirmavam que iriam buscar a criança e descreviam o que pretendiam fazer na presença da mãe: deixou a criança sem alimentos, coloca-la em uma bacia de água fria, etc. No dia 19/06 a declarante, junto com outras prisioneiras, foi transferida para a Penitenciaria de Mulheres "Estevão Pinto" e colocada incomunicável em uma das celas, descritos no final destes depoimentos. Na cela n. 5, onde ficou durante dois meses, havia lâmpada de 100 wats, claridade ofuscante em um cubículo com uma única e mínima abertura, ficou impossibilitada de dormir durante noites seguidas, pois a luz não era apagada, sendo acometida de fortes perturbações nervosa e visuais, estando atualmente incapacitada para qualquer trabalho que exija esforço individual.
> No dia, 23 de agosto, às 17:30 horas, foi retirada da Penitenciária e levada a presença do Tem-Cel. Valdir Teixeira Goes, no 12° RI da 4° Região Militar, onde se encontravam o Cap. Jofre Lacerda e as prisioneiras políticas Delcy, Laudelina e Loreta. O Ten. Cel Goes afirmou a declarante que ela seria entregue aos torturadores Cap. Jes e Sarg. Léo, ambos da Polícia Militar de MG, que se encarregariam de espanca-la, coloca-la no "pau-de-arara", divertir- se com o seu corpo e, finalmente, violentá-la.
> A finalidade era forças à declarante "assinar confissões" relativas a pretensos crimes políticos que os militares desejam provar, além de obter informações que julgam necessárias para as diligências contra outras pessoas. A resistência da declarante a estas arbitrariedades, determinou sua presença naquele local e logo foi entregue aos torturadores.
> Às 19 horas do mesmo dia 23/08 foi conduzida pelo Cap. Jseu e Sarg. Léo em um jipe para um foi posto policial isolado, cuja localização lhe é impossível determinar, por, não conhecer os locais ermos dos arredores de Belo Horizonte e por já ser noite. Mas pode fornecer os seguintes dados; e numa pequena construção de 3 a 4 cômodos, à beira de uma estrada e no meio do mato, na

[26] Disponível em: http://www.mpf.mp.br/regiao3/atuacao/ditadura-militar/providencias_civeis/acao_civil_publica_-_caso_oban/docs_que_acompanham_a_inicial/ditadura_casooban_doc2.2735.pdf. Acesso em 30 jul. 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

direção do caminho que leva ao município de Neves. O Sarg. Léo comentava com o Cap. Jseu a respeito do local: - Aqui nós podemos trabalhar a vontade porque ninguém vai ouvir os gritos dessa gente. Vou requisitar esse local sempre.

Nesse local a declarante foi torturada das 20 horas do sábado até às 5 horas do domingo, por ambos, auxiliados por um terceiro homem, não identificado. Após ter sido violentamente despida, de modo a ficar totalmente nua, a declarante esteve entregue durante nove horas a sanha desses policiais, que alternaram ou combinaram os mais diversos tipos de torturas físicas, psicológicas e sexuais, como:

1- Espancamentos – socos em todo o corpo, golpes de Karatê no estômago e pescoço, bofetadas, violentos apertões na base dos ouvidos e do pescoço, beliscões e torceduras nos bicos dos seios, golpes de cassetetes.

2- "Telefone" - tapas fortíssimos nos ouvidos, simultâneos.

3- Choques elétricos – a declarante foi colocada em cima de uma mesa a atadas aos dedos dos seus pés fios elétricos de uma pequena máquina chamada "manivela" um dos policiais imobilizava a declarante sobre a mesa, o segundo tapava-lhe a boca com um pano, enquanto o terceiro acionava a "manivela", produzindo descargas elétricas. Só interrompiam este tratamento quando percebiam estar a declarante quase sem sentidos, braços e pernas contorcidos, espasmos e temores.

4- "Latinha" – a declarante, descalça, foi obrigada a ficar, por longos períodos, de pé em cima da parte aberta de uma ou duas latas, de alturas diferentes. Em pouco tempo as latas começavam a se afundar nas pontas dos pés, os músculos das pernas enrijeciam, provocando uma dor enorme. Quando perdia o equilíbrio e caía, era espancada e recolocada no lugar. Não conseguindo se manter em pé sozinha, era segurada pelo Sarg. Léo, que ao mesmo tempo torcia-lhe os bicos dos seios e acrescentava a dor física a tortura moral, acariciando-lhe lubricamente todo o corpo.

5- Pau-de-Arara – já havia sido levada do 12° RI um pedaço de madeira, semelhante a um cabo de vassoura. A declarante foi obrigada a abraçar os próprios joelhos e os cotovelos, ao pedaço de madeira. Este foi colocado em posição horizontal a um metro do chão, tendo uma das extremidades apoiada a uma mesa e a outra a uma pilha de gavetas sobre uma cadeira. Ficou a declarante pendurada de cabeça para baixo, enquanto o Cap. Jseu fazia funcionar a "manivela" dos choques elétricos, e o Sarg. Léo espancava-lhe as nádegas, as pernas e as plantas dos pés com um cassetete. Às vezes o Sarg. Léo interrompia o espancamento para se dedicar a atos sexuais no corpo da declarante. Quando os torturadores percebiam que a torturada estava ficando sufocada e prestes a perder o sentido, levantavam-lhe um pouco a cabeça, voltando, entretanto, a torturar-lhe assim que se reanimava.

6- Torturas sexuais – tendo permanecido nua durante toda a noite, a declarante foi vítima de todo o tipo de violentos atentados ao pudor, só faltando ao Sarg. Léo forçá-la a relações sexuais completas. Enquanto estava colocada nas "latinhas" ou dependurada no "Pau de Arara", manuseavam-lhe todo o corpo. Em certas horas, o Cap. Jseu se retirava do local, deixando o Sarg. Léo a sós com a declarante, propositadamente, para que este tivesse mais liberdade de ação. Para o que se compreenda o que isto significa é necessário explicar que este sargento, portador de uma anomalia sexual denominada "sadismo", ou seja, é uma pessoa que se excita sexualmente a vista do sofrimento causado a uma mulher. Tal afirmação não só se baseia na análise das violências sexuais impostas à declarante, como por ter sido esta anomalia reconhecida até por dois membros da comissão do IPM, o próprio Cap. Jseu, e o capitão Jofre Lacerda, do Exército, o Cap. Lacerda afirmou no dia 22 de agosto o seguinte; "Vou lhe dar um conselho, porque você é uma senhora casada e mãe de uma filhinha de três meses e eu, pessoalmente, não desejo que lhe aconteça o que lhe está planejado. Faça um depoimento como o Cel. Goes quer, pois do contrário ele vai entregá-la ao sargento Léo, e você não sabe o que isso significa: é um homem tremendamente violento, um sádico que sente prazer em torturar e eu não aceitaria para trabalhar comigo, porque se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> não o vigiarem atentamente, ele é capaz de tudo". Após estas explicações, é fácil imaginar o que aconteceu à declarante. Teve seu corpo manuseado, beijado e mordido de forma tal que, por motivos óbvios, ela não tem a coragem de descrever em detalhe nesta carta. Pelos mesmos motivos, deixa de citar os comentários ofensivos que, em palavras do mais baixo calão, foi obrigada a escutar durante todo o período da tortura. Às 5:30hs, da manhã a declarante foi reconduzida à penitenciária "Estevão Pinto" pelo Sarg. Léo, sendo recebida pela funcionária chefe de plantão, Da. Maria José Araújo. Junto com outras funcionárias D. Justina, são funcionárias D. Georgina (que viu a declarante ser retirada sábado, dia 23, às 17:30h, em boas condições de saúde, e ter encontrado a declarante na manhã seguinte, desmaiada em sua cela após crise de vômitos, tendo chamado a médica do estabelecimento). Durante três dias, D. Georgina auxiliava a declarante a sair da cela para banhar, pois não conseguia fazê-lo sozinha, estando com manchas roxas, inchaço nos pés e precário estado geral de saúde, a médica Dra. Nohylda (chamada com urgência dia 24/08, às 8 horas da manhã, para medicar a declarante. Examinou-a, tomou conhecimento das causas de seu estado, prescrevendo medicamentos para dores em geral, dores nos ouvidos, estômago, e calmantes, além de orientar D. Georgina no tocante a alimentação e ao banho da torturada), e as presas Delcy, Loreta, Emily (estudante de psicologia da Universidade Católica de MG) e Elza (advogada), que se encontravam em celas ao lado da declarante. Além disso, as presas que estivessem no alojamento coletivo da penitenciária com a declarante (Delcy Conceição de Oliveira, Ione Grossi, Emilia Kita, Laudelina, Loreta, Maria Imaculada Dinis, Maria Nahas, Maria Mendes Barbosa, Maria do Rosário), por sua vez, a declarante também testemunha as torturas impostas às prisioneiras políticas Delcy Gonçalves de Paula, Loreta Kilfer Valadares, Laudelina Maria Carneiro e Maria do Rosário Cunha Peixoto, e o lastimável estado físico em que se encontravam após as torturas. É necessário esclarecer, finalmente, que as observadas pretensões dos inquisidores, a respeito dos pretensos crimes políticos da declarante, não ficaram "provados" como pretendiam, mesmo após as bárbaras torturas determinadas pelos chefes dos IPM. Os atos da declarante, em sua vida universitária, onde foi dirigente estudantil no DCE da Universidade Católica de MG, estão provados pela sua própria condição e são conhecidos por todos que conviveram com a mesma, assim como as suas ideias em favor da libertação do povo brasileiro e de sua determinação de luta contra a ditadura militar e o sistema de exploração e coerção. Ações e ideias que mantém e as quais são necessárias torturas e violências para firmar, pois sua vida estava a esta causa, unicamente (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação AC_ACE_CNF- 22762-70).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Nos métodos de torturas, também eram utilizados insetos, animais, produtos químicos, dentre outros.

Portanto, falar de tortura psicológica é redundância, considerando que todo tipo de tortura deixa marcas emocionais que podem durar a vida inteira. Porém, havia formas de tortura que tinham o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos.

Também podemos observar tais barbáries no depoimento da assistente social Gilse Maria Cosenza Avelar, ex-militante da Ação Popular (AP), recém-formada (à época) em Serviço Social quando foi presa, em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte, MG. Em seu depoimento nos traz as torturas a que

foi submetida, mostrando claramente a repressão sofrida por aqueles que se opuseram à ditadura militar:

> [...] Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob torturas. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir mais respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhas que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arrebentada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da polícia militar. De madrugada, eu percebi que o sol estava nascendo e pensei: se eu aguentar até o sol nascer, vão começar a passar carros e vai ser a minha salvação. E realmente aconteceu isso. Voltei para a solitária muito machucada. A carcereira viu que eu estava muito mal e chamou a médica da penitenciária. Eu nunca mais vou esquecer que, na hora que a médica me viu jogada lá, ela disse: 'poxa, menina, não podia ter inventado isso outro dia, não? Hoje é domingo e eu estava de saída com meus filhos para o sítio'. Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. 'Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar. Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos dela, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: 'pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo'. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: 'Ela já está chegando'. E repetia algumas coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe[27].

[27] Disponível em: https://jornalggn.com.br/blog/iv-avatar/o-testemunho-de-mulheres-que-foram-vitimas-da-ditadura-militar-0. Acesso em 11 dez. 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Muitos foram coagidos e torturados pelos interrogadores e a tortura no Brasil passou, com o regime militar, à condição de “método científico”, incluindo em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. No entanto, o que se passava nos porões do regime era negado pelas autoridades (Arns, 1986, p.32).

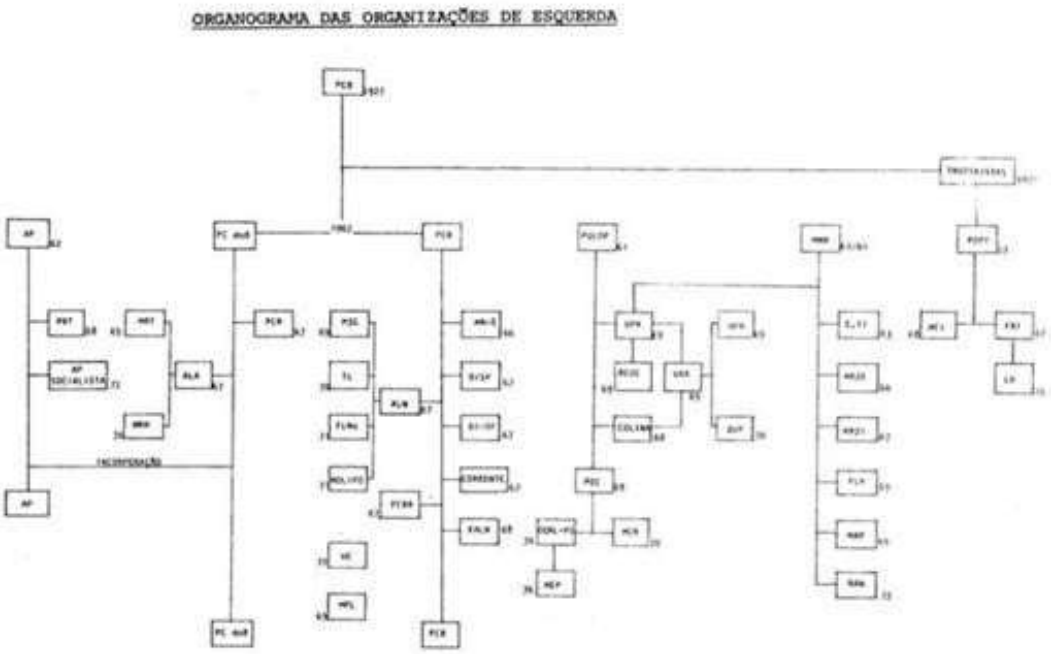
As atividades de espionagem e de polícia política foram as mais minuciosamente planejadas e executadas, com a criação do Sisni, instituído quando da aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI) pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), por meio do Decreto n° 66.732, de junho de 1970. Conforme visto anteriormente, o Sisni era coordenado pelo SNI, em seu mais alto nível, e composto por organismos setoriais de informações no âmbito dos ministérios civis e militares do Poder Executivo, alcançando as autarquias e as empresas públicas a elas vinculadas. Ao Sisni também foram acoplados, por canais técnicos, os órgãos de informações da alçada dos governos dos estados da Federação, além do Distrito Federal. O Sisni estabelecia dois ramos de atividades de informações: a informação, propriamente dita, e a contrainformação, isto é, a tentativa de neutralizar as atividades dos “inimigos”.

A figura nº 3, a seguir, ilustra como os órgãos de vigilância e repressão, organizados em complexa rede, estudavam e registravam dados das organizações de esquerda, por exemplo, para que a “comunidade de informações” do regime tivesse elementos bem consistentes para a vigilância, captura e controle das organizações de esquerda. Esses registros eram distribuídos a todos os órgãos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni).

**Figura nº 3 – Organograma das organizações de esquerda[28]**

[28] A mesma imagem em melhor resolução pode ser encontrada no anexo 6 desta dissertação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA




Fonte: Brasil Nunca Mais Digital. Tomo III - Perfil dos Atingidos, p.140[29].

Desse modo, o sistema repressivo tinha “olhos” e “ouvidos” em todos os lugares e a vigilância estava consolidada pelo Estado autoritário.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

[29] Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102. Acesso: 11 jul. 2019.

# 3
# Oposição e resistência ao Estado autoritário

Ainda que a ditadura militar brasileira tenha reprimido duramente os movimentos de resistência, perseguindo, prendendo, torturando, matando, exilando, etc., a luta pelo sistema democrático persistiu. Neste capítulo apresentamos as principais estratégias de oposição e resistência ao regime autoritário.

## 3.1
## Resistência política contra o regime opressor

Para a compreensão da natureza da ação repressiva executada pelos órgãos de segurança contra os militantes que lutavam pelo fim do regime ditatorial, apontamos, neste estudo, apenas os partidos e organizações clandestinas de esquerda nos quais havia trabalhadores assistentes sociais e estudantes de Serviço Social participantes. Tendo a compreensão de que, dos que estavam lutando contra o regime opressor, muitos eram militantes nestas organizações.

Aqui se faz importante situar o que ocorreu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período da ditadura militar, pois, a partir desta organização de esquerda, surgiram outras tantas naquele período.

De acordo com anotações encontradas no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), o PCB era “o berço de todas as organizações” (Sousa, p.233) em atuação durante o regime militar. Em 1966, o PCB sofreu uma luta interna que resultou no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. As divergências se deram em torno do balanço sobre os “erros e causas da derrota de 1964” (Santana, 2001, p.18) e a respeito da questão da luta armada que vinha sendo impulsionada em vários países da América Latina desde a Revolução Cubana, de 1959, culminando com a morte de Che Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967. Essa luta interna sacudiu o PCB, após 1964, gerando diversas organizações que se estruturaram em todo o país.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

A Ação Popular (AP), por exemplo, formou-se a partir da “dissidência da Ação Católica [Brasileira] e do PCB” (Sousa, p.44)), com atuação em todo o Brasil. Era uma organização clandestina que visava à implantação de um governo revolucionário por meio da luta armada. De acordo com o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), no documento intitulado “Como eles agem II”, a AP, fundada em 1962, teria suas origens numa ala intelectual da Juventude Universitária Católica (JUC) e inspirava-se na encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. A organização estruturou-se em todo o território nacional em grupos de atuação clandestinos. Atuava junto à classe estudantil, na qual conseguiu obter uma posição de liderança importante em seus principais órgãos e representações. Junto aos camponeses, tentava fazer com que o clero local apoiasse suas reivindicações e as defendesse publicamente, se possível. Junto aos operários, procurava explorar as reivindicações salariais e estreitar o contato com a Juventude Operária Católica (JOC) a fim de preparar um ambiente propício à sua doutrinação. (Sousa, 2012, p.44).

Conforme registros do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML) teve início na Ação Popular (AP). Em 1968, após reformulação doutrinária, passou a se chamar APML, apresentando-se estruturada como organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado nacional por meio da direção política das amplas massas populares. Tinha como meta principal a tomada de poder político por meio da luta armada (Ridenti; Reis Filho, 2002).

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) originou-se da cisão, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de militantes que se opunham à linha política determinada por Luiz Carlos Prestes. O PCdoB lançou, em 18 de fevereiro de 1962, um manifesto que, segundo seus atores, não foi organizado para contestar os acontecimentos momentâneos, mas para enfrentar o período histórico revolucionário. Seu teor era embasado em termos clássicos comunistas, mostrando a necessidade da substituição do regime democrático pelo socialista, por meio da luta armada. (Reis Filho, 1991).

Segundo publicação do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), elaborada em dezembro de 1970, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), surgida em 1969, era uma “organização subversiva nascida da união da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Comando de Libertação Nacional (Colina),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

conforme documento de autoria do ex-capitão Lamarca" (Sousa, 2012, p.299).

Desse modo, os trabalhadores que, em algum momento, foram atingidos de forma direta pelo regime ditatorial, estavam ligados a alguma organização política (clandestina e de esquerda) e foram acusados de "subversivos", como podemos observar em documento encontrado na pesquisa, nominado como "Sentença de subversivos condenados". Dele, destacamos os registros referentes à acusada Dorma Tereza de Oliveira, que era a assistente social:

> De codinome "Raquel", era militante estruturada em uma célula Metalúrgica, procedente de Vitória. Foi denunciada porque confessou em suas declarações a prática dos delitos seguintes: ingressou nas quadras da AP como militante em dezembro de 1968, tendo sido doutrinada desde setembro; ingressou na Célula de Integração Operária - CIO; integrou o movimento operário; participou da impressão e distribuição do jornal "o martelo", transferiu-se do Espirito Santo para a Guanabara, onde desenvolveu trabalhos de doutrinação do Diretório Nacional da AP. Para tal empregou-se como simples operária manipuladora na Geral Eletric, em Maria da Graça. (fls 788). Residia em casa de Celso Bradariol e lá também datilografava textos, que eram introduzidos nas fábricas. A máquina de escrever foi devidamente apreendida naquela residência (fls.91). Declarou que a linha política da AP se filiava ao marxismo-leninismo e nos pensamentos de Mao Tse Tung, tendo como objetivo a implantação de uma República Socialista no Brasil. A interrogada negou as declarações sob alegação de que foram tomadas sob sevícias e violências, inclusive pancadas e choques elétricos; entretanto, como tantos outros não deixou de fazer sua demagogia, consignada nos autos, numa demonstração evidente do caminho da subversão, criticando o Governo e investindo contra o mundo capitalista (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação DOI/II EK/4° ZA/SNI – fls 384-483 – DOC_ASP_ACE_8364-81).

Esses são os principais partidos e organizações de esquerda que tinham a presença de assistentes sociais e/ou estudantes de Serviço Social e que estavam lutando pelo fim da ditadura militar. Esta luta aconteceu através de movimentos sociais organizados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 3.2
## Estratégias de resistência e oposição

Durante anos de perseguição política, pois o regime vigorou até março de 1985, muitos estudantes, professores e trabalhadores que lutavam pelos seus direitos foram presos, torturados e exilados do país, incluindo assistentes sociais e estudantes de Serviço Social envolvidos nos movimentos estudantis. Após o golpe militar, o movimento estudantil foi

tratado como ameaça à ordem do Brasil, sendo atacado através de perseguições, torturas e prisões de estudantes.

No período de repressão militar no Brasil verificou-se a falta de direitos fundamentais, principalmente no tocante ao direito à liberdade, à informação e livre expressão do pensamento. Somente eram consideradas “pessoas de bem” aquelas que tinham carteira de trabalho assinada e que não estivessem envolvidas em qualquer movimento “suspeito” ou de resistência ao regime, sendo as demais rotuladas pela polícia e pelo governo, além de setores da sociedade civil que apoiavam o regime, de comunistas, subversivos, terroristas, dentre outros “adjetivos”, utilizados pelas forças de segurança e simpatizantes da ditadura.

Segundo Netto (2014), para o regime militar durar duas décadas (durou 21 anos), ele teve que perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou fazendo “desaparecer”) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo empresários e militares que tinham compromisso com a democracia, o que significa que aquelas décadas foram também de resistência.

A luta contra a ditadura ocorreu junto aos jovens, através dos movimentos estudantis, que ganharam força em 1968, e, também, junto aos professores universitários e demais trabalhadores, inclusive os de chão de fábrica, (através das suas organizações, muitas vezes ocorridas no próprio local de trabalho). Nesta época, houve flagrante violação aos direitos fundamentais mínimos dos cidadãos, especialmente no tocante ao direito à liberdade.

Na história do Brasil, assim como na história de todos os países na contemporaneidade, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos. Em nosso processo histórico, o meio estudantil nas lutas serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentimento nacionalista frente à dominação colonial, impulsionou as lutas pela Abolição da Escravatura e pela República e participou de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país neste século (Reis Filho, 1991).

Em 1937 foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que existiu, a partir daí, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino, quanto às guiadas por motivações políticas explícitas: em defesa da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos, contra as ditaduras (Stampa; Rodrigues, 2014).

Conforme visto anteriormente, o golpe de 1964 impôs um regime representado pela repressão e perseguição a qualquer oposição ao mesmo. A ditadura colocou as organizações operárias e os movimentos sociais na ilegalidade, e isso foi feito de maneira inteiramente arbitrária e totalmente truculenta. Amparados pelos setores mais conservadores da sociedade, os militares tomaram o poder com o objetivo de "colocar ordem na casa". Os partidos políticos, naquele período, foram reduzidos para dois, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foram esses antecedentes que tornaram o ano de 1968 tão marcante para o movimento estudantil e a política no Brasil (Valle, 1999).

No dia 28 de março de 1968, um dos principais acontecimentos referentes às manifestações estudantis foi a morte do estudante Édson Luís de Lima Souto. Seu assassinato marcou o início de um ano turbulento e de intensas mobilizações contra o regime militar, que endureceu até que fosse decretado o chamado Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968. Ele foi morto durante o choque da Policia Militar com estudantes que participavam de uma manifestação da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec), na cidade do Rio de Janeiro.

Os estudantes, nesse dia, organizavam uma passeata para denunciar a alta do preço no então restaurante onde ocorreu a execução de Edson Luís. Porém, o confronto inseria-se de fato em uma série de outros que confrontavam o movimento estudantil e o governo desde o golpe militar. Como exemplo, a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), em 1964, entre outros ataques que reprimiam os estudantes no decorrer dos anos em que vigorou a ditadura militar. O velório do estudante foi igualmente reprimido pela polícia, mas a repressão estimulou mais protestos e o enterro do jovem tornou-se, então, a maior mobilização popular desde o golpe de 1964, reunindo mais de 50 mil pessoas nas ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Após a morte de Édson Luís, outras manifestações políticas foram organizadas pelos movimentos estudantis (Valle, 1999).

O jornal Tribuna da Imprensa, na edição de 29 de março de 1968, trouxe como primeira página o relato da brutalidade da ação policial que eclodiu na morte do estudante Edson Luís, conforme mostra a figura nº 4 a seguir:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

**Figura nº 4 – Edição do Jornal Tribuna da Imprensa de 29/03/1968**

SELVAGERIA

O ASSASSINO E O NAZISTA ALCINO

VIGILIA PARA O MENINO MORTO

28 DE MARÇO: A NOITE DO TERROR

Fonte: Jornal Tribuna da Imprensa. Acervo da Biblioteca Nacional[30].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

"Selvageria" foi como a cidade classificou os acontecimentos que culminaram com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, deixando oito pessoas feridas. O vandalismo da polícia do governo Negrão de Lima (então governador do extinto Estado da Guanabara) tomou de surpresa a população, que mal podia acreditar em tanta truculência. A Assembleia Legislativa, em vigilância forçada, protestou em peso. Em Brasília, no entanto, o deputado Último de Carvalho (do Partido Social Democrático - PSD) afirmava, como vice-líder, que o governo federal apoiava a ação da polícia na Guanabara: "porque não se sabe se foram os estudantes os primeiros a

[30] Disponível em: https://www.bn.gov.br/es/node/423. Acesso em 15 out. 2019.

atirarem". O comandante (demissionário) da Polícia Militar, general Osvaldo Niemeyer, justificava: "A polícia atirou porque o poder de fogo dos estudantes era superior" (Jornal Tribuna da Imprensa. Acervo da Biblioteca Nacional, 1968).

A próxima ilustração mostra como o enterro de Edson Luís se transformou num grande ato político.

**Figura nº 5 - Enterro de Edson Luís**

Fonte: Portal Memórias da Ditadura[31].

Seguiram-se, então, inúmeras manifestações políticas em várias cidades do Brasil, no qual os manifestantes levantavam a bandeira "Abaixo a ditadura" e foram fortemente reprimidos pelos militares.

O segundo episódio de manifestações estudantis ocorreu no dia 21 de junho, e o auge da violência foi vivenciado no Rio de Janeiro, após uma tentativa frustrada de negociação entre estudantes e o ministro da Educação Tarso Dutra, onde os estudantes reivindicavam verbas para a educação e combatiam as restrições às liberdades civis e políticas introduzidas após a instauração do regime militar. A manifestação alastrou-se na região do Centro do Rio de Janeiro, entre a Praça Tiradentes e a Avenida Rio Branco, entre os horários de 9h às 20h. Os estudantes lançavam pedras e tijolos sobre os prédios e a polícia, e eram alvejados com armas de fogo e dispersados com gás lacrimogênio. Não se sabe ao certo o número de mortos e feridos, mas, de acordo com informações de hospitais da região, a "Sexta-feira Sangrenta"

[31] Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2013/03/edson-luis-cenas-de-um-funeral. Acesso em 10 mai. 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

teve 28 mortos e centenas de feridos. Foram detidas pela polícia em torno de mil pessoas (Siqueira, 2014).

O episódio foi amplamente divulgado pela imprensa, descrevendo um cenário de “guerra”, com barricadas e violência generalizada. A matéria do jornal Correio da Manhã de 22 de junho de 1968 identificava os mortos e denunciava a agressão que jornalistas e fotógrafos sofriam, além da violência desmedida utilizada na ação, como mostra a figura nº 6:

**Figura nº 6 – Primeira página do Jornal Correio da Manhã, 21/06/1968**

Correio da Manhã

ESTUDANTES OCUPAM O CONGRESSO
POLÍCIA CAÇA OS LÍDERES NA GB

CONFLITOS COM NEGROS EM DENVER

AULAS E PROVAS SUSPENSAS

HOJE

OS CORPOS DESAPARECERAM

BRASIL ÀS 13H CONTRA OS TCHECOS

MARIA É A MISS GB DÊSTE ANO

NOVAS PASSEATAS AMANHÃ

Fonte: Jornal Correio da Manhã. Edição de 21 de junho de 1968. Acervo da Biblioteca Nacional[32].

Contudo, as medidas de extrema violência, ao invés de desmobilizar o movimento estudantil, repercutiram na intensificação das ações. Em protesto e com a finalidade de denunciar os últimos acontecimentos e reivindicar a

[32] Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1968_23068.pdf. Acesso em 10 jun. 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

liberdade dos presos, lideranças estudantis organizaram uma passeata para o dia 26 de junho de 1968 que, em razão do clima de perplexidade, com a violência do governo autoritário, contou com a solidariedade de diversos setores da sociedade. A concentração do ato ocorreu na Praça Floriano, na Cinelândia, em frente à Assembleia Legislativa, de onde seguiu pela Avenida Rio Branco, reunindo, assim, cem mil manifestantes em um clima pacífico, razão pela qual o ato ficou conhecido com *Passeata dos Cem Mil* e contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.

Ao passar em frente à Igreja da Candelária, a passeata interrompeu seu andamento para ouvir o discurso do líder estudantil Vladimir Palmeira, então presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), que lembrou a morte de Edson Luís e cobrou o fim da ditadura militar (Siqueira, 2014).

A *Passeata dos Cem Mil* partia do repúdio ao assassinato do estudante Edson Luís, mas, também, repudiava toda a política econômica imposta desde 1964 e as inúmeras medidas restritivas à liberdade de manifestação.

**Figura nº 7 - Passeata dos Cem Mil**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Fonte: Fundo Correio da Manhã. Acervo do Arquivo Nacional.

O terceiro episódio de manifestação e repressão ocorreu no dia 2 de outubro e foi nomeado como “Batalha da Maria Antônia”, onde dois grupos paramilitares de direita liderados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ocuparam violentamente a Faculdade de Filosofia da USP, provocando a morte de um estudante e vários feridos.

No ano de 1968, portanto, aproveitando o impacto de uma avalanche mundial de manifestações estudantis que atingiram centros tão diferentes quanto Paris e Praga, o movimento estudantil saltaria para ocupar, no Brasil, o primeiro lugar nas mobilizações de protesto e manifestações de descontentamento frente ao governo, sendo porta-voz dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

descontentamentos da sociedade frente ao regime militar. É preciso observar que a maioria das organizações de esquerda que atuavam no Brasil recrutou seus militantes especialmente no meio universitário (Arns, 1986, p.134).

Neste mesmo ano houve uma operação denominada Ibiúna, empreendida pelas forças do governo, que levou à prisão centenas de estudantes durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em um sítio, em Ibiúna, SP. Segundo o documento "Resultados dos processos de Ibiúna", de 1968, (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, V8 ACE A046670), o Serviço de Inteligência da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo vinha obtendo informações, desde a morte do estudante Edson Luís, de que grupos de esquerda contavam com a adesão do movimento estudantil e previam sua absorção em um movimento mais amplo e radical, chamado Proletário de Libertação.

Em outubro de 1968 o Dops tomou conhecimento do planejamento do 30° Congresso da UNE, entidade posta na clandestinidade pelo regime, a ser realizado em Ibiúna, área metropolitana de Sorocaba, SP. Um levantamento topográfico foi realizado no local, com indicação de vias de acesso e saída e identificação dos postos de observações e segurança. Um relatório completo foi elaborado com todos os dados e levado à apreciação das autoridades executivas. Com a posse de todas as informações, foi organizada a ação repressiva. O Dops/SP uniu-se à força pública e, com o 7° Batalhão de Caçadores Paulistas efetuou[33], no dia 12 de outubro de 1968, a prisão de 693 estudantes no local conhecido como Sítio Murundu (Fico, 2001).

Com base nos documentos consultados, podemos observar como se constituíram as prisões e acusações aos estudantes presos em Ibiúna, como o caso do assistente social Verônica Aguiar dos Santos, estudante de Serviço Social à época:

> Em 1968, era Tesoureira da Universidade Católica de Minas Gerais. Em abril, participou de passeatas de protesto da morte de Edson Luís, na Guanabara. No mesmo ano, participou de reuniões preparatórias do 30° Congresso da

[33] Atualmente denominado 7º Batalhão de Polícia Militar do Interior (7ºBPM-I), é responsável pelo policiamento de Sorocaba, SP. Durante o regime militar, atuou na operação que resultou na prisão de centenas de estudantes que participavam do congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968. Em 1970, as tropas do 7º Batalhão Policial estiveram na Operação Registro, no Vale da Ribeira, combatendo o guerrilheiro Carlos Lamarca e os membros da Vanguarda Popular Revolucionária. Fonte Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 02/08/2020. Disponível em: https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/7o-bpm-i-foi-criado-em-dezembro-de-1912/#:~:text=A%20pesquisa%20detalha%20que%20no,7%C2%BA%20Batalh%C3%A3o%20de%20Ca%C3%A7adores%20Paulistas. Acesso em 19 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> UNE, sabendo ser essa organização considerada ilegal, conforme declarou. Em 12 de outubro de 1968, foi presa junto com demais participantes do 30° congresso da UNE, em Ibiúna-São Paulo. Indiciada no IPM, ficou detida na Penitenciária de Mulheres de onde foi liberada por ordem do Comando da ID/4[34], em 9 de janeiro de 1969. Ao ser posta em liberdade assumiu, por escrito, o compromisso solene e formal de não se envolver em agitações esquerdistas e só ausentar-se de Belo Horizonte mediante prévia autorização do comando da ID/4 (Brasil Nunca Mais Digital, BNM_300(11) p.247).

Em seu depoimento para o Livro Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura (CFESS, 2017), Maria Beatriz Costa Abramides, que foi aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP, a chamada "Escola da Rua Sabará", diz:

> [...] Logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo home, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. Entrei para Ação Popular (AP) - de Orientação Marxista- Leninista-, tendência cuja origem saiu dos quadros da JEC/JOC/JUC (Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica) vinculada à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja. Fazia parte do Grupo de Trabalho Revolucionário (GTR), na frente estudantil. As tendências e organizações de esquerda tinham, como ainda têm, método tático e estratégico diferenciado face à revolução social. As teses do movimento estudantil para a universidade eram de Universidade crítica, popular, democrática, em uma luta pela Universidade pública, laica, gratuita, universal, como hoje lutamos. Lutávamos contra os acordos MEC-USAID[35], Lei Suplicy de Lacerda[36], o Decreto 477[37], que emanavam do imperialismo norte-americano e da ditadura, que tinham, na mercantilização e elitização do ensino suas premissas no ataque e destruição do ensino público e na repressão ao movimento estudantil. Lutávamos contra a reforma universitária da ditadura[38], assim como lutamos contra as contrarreformas universitárias na democracia burguesa. Lá e cá ancoradas na orientação programática do grande capital. A União Nacional dos Estudantes (UNE) "Somos nós, nossa força e nossa voz", era nossa palavra de ordem. No dia em que fui presa, chegamos à noite para o 30º Congresso em 1968, que ocorria em Ibiúna (SP), após várias horas de maratona, várias escalas, paradas, olhos vendados, mas de fato nada seguro. Tomamos um sopão e, no

[34] Refere-se à 4ª Região Militar/Divisão de Infantaria, compreendendo Minas Gerais e subordinada ao I Exército. A Infantaria Divisionária 4, de Belo Horizonte, supervisionava o 12º Regimento de Infantaria na mesma cidade, o 11º em São João Del-Rei e o 10º em Juiz de Fora.
[35] O acordo MEC/USAID incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid).
[36] Refere-se à Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda.
[37] O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969) e previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime.
[38] A reforma universitária da ditadura militar (chamada também de reforma universitária de 1968) se trata de uma série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, incluindo como medidas, dentre outras, a substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros, e a desintegração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Celeste Filho, 2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> dia seguinte, após a fila enorme do café, num frio danado, mal iniciava a mesa de abertura, fomos surpreendidos pela repressão. Nós mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de “putas” pelos “gorilas”, por termos pílulas anticoncepcionais conosco. Lutávamos contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, direito à sexualidade e decisão sobre nossos corpos. A luta pelo direito ao aborto era parte de nosso debate [...] (CFESS, 2017, p. 57-62).

O jornal Correio da Manhã, de 13 de outubro 1968, noticia o episódio.

**Figura nº 8 – Correio da Manhã noticia a prisão de estudantes em Ibiúna**

Correio da Manhã

POLÍCIA CERCA CONGRESSO DA UNE E PRENDE MAIS DE MIL ESTUDANTES

STF SORTEIA RELATOR DA CASSAÇÃO

NOVO ROUBO EM SP LEVA 48 MILHÕES

TERRORISMO MATA CAPITÃO DOS EUA

Festa

Ascensão

Queda

Fonte: Jornal Correio da Manhã. Edição de 13 de outubro de 1968.
Acervo da Biblioteca Nacional[39].

Foram encontrados, nas buscas para a nossa pesquisa, 57 (cinquenta e sete) documentos contendo nomes de estudantes de Serviço Social que, em algum momento da ditadura militar, sofreram com a violência do Estado. Conforme já registrado, estes estudantes se somavam aos demais estudantes brasileiros que protagonizaram a resistência democrática contra a ditadura. A figura nº 9 apresenta partes da relação de estudantes presos em Ibiúna contidas em documentos do SNI.

**Figura nº 9 – Estudantes de Serviço Social presas em Ibiúna**

[39] Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1968_23164.pdf. Acesso em 15 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

663 - ELZE MARIA DOS SANTOS
FILIAÇÃO : JOSÉ CAMILO DOS SANTOS
MARIA JOSÉ DOS SANTOS
NASC : 17 OUT 42 CIDADE: ARACAJU/SE
PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Serviços Sociais da FUFS

550 - MARLENE DO AMARAL SIMONETTI
FILIAÇÃO : HINTON SIMONETTI
EMMA DO AMARAL SIMONETTI
NASC : 27 MAR 48 CIDADE: AYMORES/MG
PROFISSÃO : Estudante do 3º ano da Escola de Serviços Sociais de VITÓRIA

543 - ESTELA MARIA OURIQUE DA SILVA
FILIAÇÃO : ALCYRO PIMENTEL DA SILVA
ZENITH OURIQUE PIMENTEL
NASC : 31 JAN 48 CIDADE: SÃO JOSÉ DO CALÇADO/ES
PROFISSÃO : Estudante do 1º ano da Escola de Serviços Sociais de VITÓRIA

557 - ANA MARIA TEREZA FRÕES BATALHA
FILIAÇÃO : CARLOS DA COSTA BATALHA
ANNA ADELAIDE FRÕES BATALHA
NASC : 03 ABR 46 CIDADE: SALVADOR/BA
PROFISSÃO : Estudante da Escola de Serviços Sociais da Universidade Católica de SALVADOR

522 - CLARICE CHONCHOL
FILIAÇÃO : ABNER CHONCHOL
LUCY CHONCHOL
NASC : 28 FEV 48 CIDADE: NITERÓI/RJ
PROFISSÃO : Estudante da Escola de Serviço Social de NITERÓI/RJ

Fonte: Montagem da autora com dados localizados no Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação AC_ACE_46670_84_002 e AC_ACE_46670_84_003.

A resposta dada aos militantes ocorreu com a promulgação do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o fechamento do Congresso pelo presidente Costa e Silva (1967-1969). Esta ação significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito. O auge do autoritarismo. Suspendia as garantias constitucionais e o direito de *habeas corpus*, dando ao presidente o poder de intervir nos estados e municípios, decretar estado de sítio por tempo ilimitado sem aprovação do Congresso Nacional, cessar mandatos e suspender por dez anos os direitos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

políticos de um cidadão e, ainda, demitir ou reformar oficiais das Forças Armadas e das polícias militares.

A violência foi, portanto, intensificada, como podemos ver no depoimento da assistente social (estudante à época) Ana Maria Tereza Fróes Batalha:

> Eu, como representante eleita em assembleia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, assim como todos os estudantes, fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Por ser estudante de universidade particular, pude prosseguir os estudos, enquanto companheiros da Universidade Federal tiveram suas matrículas canceladas, trazendo-lhes transtornos ainda maiores. As limitações decorrentes do enquadramento, para mim, duraram aproximadamente três anos e foram superadas após contratação de advogado, quando pude circular livremente sem precisar prestar contas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), tirar habilitação para dirigir e, por fim, trabalhar (CFESS, 2017, p. 19).

Ainda em seu depoimento, disse que o regime militar prendeu, torturou, exilou, executou milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores brasileiros:

> Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escalada da violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de atos institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, tortura, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, supressão total dos direitos constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, à falta absoluta de democracia. (CFESS, 2017, p. 20).

Nos documentos e depoimentos encontrados nesta pesquisa, foi possível observar vários inquéritos e depoimentos que apontaram a tortura psicológica e física como instrumentos utilizados por membros do governo e grupos militares como forma de mostrar quem estava no comando, quem podia controlar a população.

No entanto, é importante registrar também, conforme procuramos demonstrar neste item, que, mesmo impedidos de realizar manifestações políticas pelo Decreto-Lei 477 de 1969, os estudantes universitários voltaram às ruas das principais capitais, realizando assembleias e passeatas. As lutas estudantis, que se iniciaram com reivindicações limitadas à área universitária, acabaram colaborando para desencadear outras manifestações, inclusive da classe trabalhadora, em resistência ao regime instaurado em 1964.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 3.3
## Vigilância e cerco aos movimentos organizados de trabalhadores

Após o golpe de 1964, o regime militar conseguiu aniquilar rapidamente as forças progressistas que lutavam por transformações no Brasil e o processo de desenvolvimento do movimento sindical foi interrompido. Isto porque, no governo do general Castelo Branco (1964-1967), as intervenções, além de trabalhar no ataque direto às entidades sindicais, também buscaram atacar em longo prazo a legislação sindical.

Em 1º de junho de 1964, o governo do general Castelo Branco sancionou a Lei n° 4,330[40], regulando o direito de greve. Entre questões positivadas neste texto legal, destaca-se a proibição da demissão do funcionário por motivo de greve, exceto em casos não pacíficos, nos termos do artigo 19, inciso II. Todavia, faz-se mister a análise do artigo 22, que trata da legalidade da greve:

> Artigo 22. Inciso II: se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou indiretamente, à categoria profissional (Brasil, 1964).

O governo passou a controlar, através de várias medidas, o movimento sindical, já presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vigente à época. A Lei n°4.330 tinha como um dos seus objetivos o controle da classe trabalhadora. Mesmo havendo um regulamento sobre as greves, podemos compreender na leitura *entrelinhas*, pois deixava totalmente aberto o espaço para as interpretações de interesse para controle da organização da classe trabalhadora, pois os trabalhadores que estivessem envolvidos em algum movimento - e os movimentos grevistas estavam sempre ligados a alguma questão política – além do que, a greve, em si, já é um instrumento político e social de pressão por parte dos trabalhadores. Desse modo, o Artigo 22 tinha uma enorme abertura para interpretações contra os grevistas.

Portanto, apesar da garantia do direito de greve, o que se deu, de fato, foi a proibição das greves políticas e de solidariedade, limitando-se quase que

[40] Lei no 4.330, de 1º de junho de 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Foi revogada pela Medida Provisória nº 59, de 26 de maio de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Esta, por sua vez, foi convertida na Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

exclusivamente a greves para a cobrança de salários atrasados, e mesmo assim estas eram reprimidas.

Outro ponto de ataque da ditadura para com os trabalhadores foi a tentativa de contenção da inflação, através de uma política de “arrocho salarial” (Santana, 2008, p. 281). As negociações salariais entre os sindicatos e patrões foram substituídas por decretos do governo, que passou a fixar os índices de aumentos salariais, com a Lei n°4.725, de 13 de julho de 1965[41], que estabeleceu normas para os processos dos dissídios e, dessa forma, regulamentou o reajuste salarial em um valor menor que a inflação. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aberto pelos empregadores em nome dos trabalhadores, recolhia mensalmente 8% da remuneração, foi responsável pelo fim da estabilidade decenal, permitindo contratações e demissões com contraprestação de pagamento de 40% de indenização do seu FGTS (Santana, 2008).

Todo esse controle do governo e as mudanças na legislação sindical e trabalhista trouxeram consequências deletérias para os trabalhadores, como a alta rotatividade de mão-de-obra por parte dos patrões e, paralelamente, acarretou também a dificuldade de uma ação sindical mais coesa e efetiva a partir dos locais de trabalho.

A ideia do Estado era fortalecer o sindicato pelo sistema corporativo para colaborar na *construção* da nação e da coesão social (Erickson, 1979, p.214). O governo tinha em mente tornar mais atrativa a filiação ao sindicato, fornecendo mais *benesses* dos que as já dispostas na CLT de 1943 para tentar cooptar os trabalhadores:

> Os *privilégios* passavam por preferência em indicação para o serviço público, se ficassem desempregados os filiados do sindicato; créditos no Banco Nacional da Habilitação ou outras instituições oficiais para facilitar a compra da casa própria; bolsa de estudo para educação secundária para eles próprios ou seus filhos, dentre outras (Erickson, 1979, p.215).

Todas essas medidas tinham por finalidade o controle absoluto do Estado sobre os sindicatos.

Dessa forma, o Estado espalhava sindicatos oficiais sob o controle de líderes previamente aprovados por ele. No interior das fábricas, os operários

[41] Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4725.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.725%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201965.&text=Estabelece%20normas%20para%20o%20processo,Art.&text=856%20a%20874)%2C%20com%20as,e%20as%20constantes%20desta%20lei. Acesso em 20 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

iam enfrentando a ditadura militar e o intervencionismo do Estado nos sindicatos como podiam. Todavia, o Estado atacava duramente a estrutura das organizações nos locais de trabalho que podiam servir de pilar para a recomposição do sindicato combativo (Santana, 2008).

O Ministro do Trabalho à época, Arnaldo Sussekind, após autorizar eleições em todos os sindicatos, elaborou uma portaria, a de n. 40, segundo a qual vedava o acesso aos sindicatos de todas as pessoas que fossem contrárias ao pensamento do general Castelo Brancas, impedindo-as de retornarem aos sindicatos via eleição (Santana, 2008, p. 283).

Diante disso, fica clara a manobra do governo para controlar e dirigir os movimentos organizados de trabalhadores, através de líderes escolhidos pelo próprio governo e que não deixariam fomentar nos trabalhadores *o germe* do combate à ditadura, nem a reivindicação por melhores condições de trabalho de e vida.

A visão de ocupar espaços, impedindo que os sindicatos fossem colocados a serviço da ditadura militar, assume lugar importante na preocupação de alguns grupos de esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Santana, 2008). O partido conclama os militantes a participar de forma organizada das eleições dos sindicatos, de reuniões, organizações, confederações e congressos, impedindo a colaboração com a ditadura.

A pressão era exercida pelos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops)[42] e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Ambos atuavam no sentido de coagir ou ameaçar as atividades organizadas dos trabalhadores (Frederico, 1987, p.80).

Os trabalhadores foram a principal parcela da população alvo das perseguições políticas e de diversas medidas tomadas pelo governo ditatorial militar, sofrendo ataques dos seus órgãos representativos, como, por exemplo, a desarticulação dos sindicatos (Brasil, 2014, p.58). Para corroborar esta afirmativa, citamos Erickson (179, p.209):

> O governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em 19% dos sindicatos. Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidos com mais intensidade, proporcionalmente, que os

[42] Conforme já mencionado e para ilustrar como a vigilância e perseguição aos trabalhadores eram acirradas, lembramos que os Dops atuavam como braços estaduais do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), que tinha como cabeça de sistema o Serviço Nacional de Informações (SNI).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> outros setores. E significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1000 membros. O governo militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista.

Com isso, o Estado tentava controlar os sindicatos, mas o movimento sindical combativo se reorganizou junto ao movimento dos operários. Já em outubro de 1967 mais de quarenta grandes sindicatos criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

## 3.4
## Os trabalhadores e a resistência

Em abril de 1968 ocorreram greves importantes e que trouxeram visibilidade para o movimento operário brasileiro. Mesmo com as repressões e intervenções nos sindicatos, essas greves surpreenderam o governo militar. O MIA foi criado para pressionar o governo a acabar com o arrocho salarial. Com a participação de sindicatos, como os dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco, o MIA programou a realização de cinco concentrações que culminariam com um ato político no dia 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, na cidade de São Paulo.

Contudo, as divergências sobre a condução e a postura do movimento chocaram-se no interior do MIA. José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, conclamou os operários a realizarem uma manifestação autêntica no 1° de Maio, falou sobre a criação de uma central única dos trabalhadores, que canalizaria o movimento contra a compressão salarial, e concluiu com um manifesto conclamando os trabalhadores à luta. Como sua posição não era acatada pelos demais, e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) já estava pronta para enquadrar seus organizadores, o MIA acabou perdendo força. Após diversos conflitos, foi dissolvido, tendo sido criada uma comissão para se ocupar da organização do 1° de Maio.

Os atos dos movimentos no Dia do Trabalho, realizado na Praça da Sé, levaram os trabalhadores a realizar outras manifestações no dia 16 de julho de 1968, na fábrica metalúrgica de Osasco, a Cobrasma S/A[43], com três mil

[43] Companhia Brasileira de Material Ferroviário S/A, foi a primeira fábrica para a produção de equipamentos ferroviários no Brasil. Ampliando sua atuação, passou a produzir peças fundidas em aço para a indústria automobilística, de tratores agrícolas, cimento, mineração e britagem eletrônicas e outros. Na década de 1970 engajou-se na expansão siderúrgica brasileira com a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

operários que anunciaram a ocupação da fábrica. A greve ocorreu com base em forte organização dos trabalhadores, que aderiram em massa ao movimento, mas foi brutalmente reprimida, o que ressaltou a coragem dos trabalhadores grevistas, que foram acusados de subversivos. O Ministério do Trabalho decretou a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, acionando cerco policial, invasão das fábricas e prisões dos grevistas.

Contudo, os grevistas continuaram o movimento, mesmo quando a greve foi declarada ilegal e os policiais ameaçaram invadir as fábricas. A repressão veio ainda mais brutal e, sem lideranças e sitiados, os trabalhadores viram-se sem alternativa senão voltarem ao trabalho após três dias de forte repressão. As estratégias de organização dos trabalhadores pela base e a democratização dos sindicatos foram um marco importante no processo de luta contra o regime ditatorial.

Essas greves fizeram com que o governo lançasse mão dos Atos Institucionais e, com isso, decretou o AI-5. Começava o período mais duro da história do regime militar, conhecido como “os anos de chumbo” (Fico, 2001).

O AI-5 restringiu de todas as formas as garantias e os direitos fundamentais dos cidadãos, pois, como já dito anteriormente, o Congresso Nacional foi fechado, mandatos de parlamentares opositores cassados, os direitos constitucionais suspendidos, houve a suspensão de garantia do *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e economia popular, formando o Estado de exceção.

Como apontam D’Araújo, Soares e Castro (1994, p.112):

> O governo passaria a exercer amplo controle sobre as organizações e os trabalhadores, ficando, assim, juridicamente aparelhado para dar andamento ao seu programa de desenvolvimento, sem temer reações sindicais em favor de aumentos salariais.

Dessa forma, compreende um período autoritário e coercitivo, em que o governo ditatorial exercia o domínio da população através de graves violações de direitos humanos. Neste sentido, a ditadura militar contou com o apoio de amplos setores da sociedade civil, incluindo a grande imprensa, o que nos faz lembrar Gramsci (2002, p.95) que aponta:

---

fabricação de vagões especiais, panelas de vazamento, fornos de reaquecimento de placas, unidades completas de sinterização, etc. Desde maio de 1998 a empresa encerrou totalmente suas atividades fabris. Fonte: http://www.cobrasma.com.br/index.html. Acesso em 15 mar. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.

Nesta afirmação parece clara a ampliação da ideia de hegemonia como a capacidade de um bloco histórico dominante exercer sobre os demais, por meio da força e do consenso, a direção e o domínio. Gramsci amplia o campo de aplicação do conceito de hegemonia para o estudo da dominação capitalista, que era o que estava ocorrendo no Brasil, em última análise, com as investidas do governo ditatorial iniciado em 1964. Ou seja, os motivos de perseguição e cerco aos trabalhadores tinha, sobretudo, motivação econômica, daí o grande apoio que o golpe de 1964 recebeu das classes dominantes, conforme se buscou demonstrar no capítulo 2 desta dissertação.

A repressão, que se agravou com o AI-5, nos mostra que quando houve o apoio ao golpe, em que grande parcela conservadora da população acreditava nas teorias conspiratórias àquele momento, esta não esperava que este período durasse tanto. Houve, portanto, rupturas dentro do próprio grupo que apoiou a o golpe e a ditadura dele advinda.

Durante a luta em busca do restabelecimento da democracia, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e, muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas, configurando a violência coletiva[44] que ainda afeta grande parte da sociedade brasileira. Segundo Adorno (1995, p.236), "[...] a violência permanece enraizada: costumeira, institucionalizada, positivamente valorizada e moralmente imperativa".

Martín-Baró destaca nos seus últimos escritos que a violência é componente estrutural do capitalismo, por se tratar de um sistema de divisão de classes sociais. Entretanto, a violência não se reduz à desigualdade social. Segundo o referido autor:

> A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade

[44] Segundo o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde (2002): "A violência coletiva é subdividida em violência social, política e econômica. Diferentemente das outras duas categorias, as subcategorias de violência coletiva sugerem a existência de motivos possíveis para a violência cometida pelos grandes grupos de pessoas ou pelos Estados" (Krug; Dahlberg; Mercy; Zwi; Lozano, 2002, p. 21).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos (Martín-Baró, 2012, p. 402).

O regime militar prendeu, torturou, matou e exilou. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada em grande escala a violência contra os direitos humanos. As violências que ocorreram nos porões da ditadura acabaram com os vestígios de liberdade por meio da prática da edição de Atos Institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, suspensão total dos direitos constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, a falta absoluta de democracia.

Como aponta Goffman (2008, p. 16), há um tipo de "instituição total" que é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais e o bem-estar das pessoas isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração.

No período ditatorial, presídios e outros espaços, tais como áreas militares, hospitais e, até mesmo, "insuspeitas" residências foram utilizados para isolar os que, de alguma forma, se opuseram ao regime. Todo cidadão "suspeito" era considerado, antes de tudo, um subversivo em potencial.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Brasil, 2014) concluiu que 200 (duzentas) pessoas foram presas e torturadas na base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1971. As apurações da CNV indicam que a base foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- Codi), um órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército, no Rio de Janeiro, a partir de 1971, que funcionava como centro de tortura.

Em um documento encontrado na base de dados do BNM-Brasil Nunca Mais Digital, em depoimento, a assistente social Dorma Teresa de Oliveira, afirma que:

> [...] Foi vítima de arbitrariedade e violências; que quando regressava a casa, foi abordada por policiais e fizeram-na entrar no carro a pretexto de prestar informações, aproximadamente às 11 horas da noite, que desde esse momento, até às 4 horas da manhã, sofreu por parte dos policiais toda a sorte de violências, inclusive, espancada, ameaçada de morte e seviciada, que apertaram a ponta de seus seios e introduziram instrumentos de metal em suas unhas; que sofreu dores terríveis e toda sorte de insultos; que depois foi levada para a Ilha das Flores, juntamente com outros presos; lá ficaram de pé, virados para a parede, algemados e com grandes ameaças nesse meio tempo; depois ela foi levada para Oitis, que é um local bem afastado, que lá um dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> torturadores disse à depoente que ela poderia gritar a vontade [...]. (Portal Brasil Nunca mais Digital, BNM, Tomo V, Vol.1, A Tortura (4), p. 758).

De acordo com Teles e Leite (2013, p. 63-64), “a repressão política demonstrava o quanto era impossível concretizar eficazmente, dentro da legalidade, qualquer iniciativa de protesto, por mais tímido que fosse. Nem mesmo a oposição mais servil era consentida”. Os trabalhadores foram duramente reprimidos, fazendo com que as suas organizações enfraquecessem, e as variadas resistências, mesmo que intimidadas, cautelosamente tentassem se reorganizar, ainda que enfrentassem graves violações de seus direitos e a repressão a que estavam expostas.

## 3.5
## Mulheres em movimento

No auge do regime militar brasileiro, o movimento feminista, no Brasil, conhecido como “segunda onda” (Medeiros, 2018), ressurge, a partir dos anos 1960 e 1970, fazendo parte do conjunto dos movimentos sociais que lutavam contra o regime ditatorial, ao mesmo tempo em que denunciavam as formas de opressão das mulheres na sociedade. Joffily (2010, p. 129) aponta que:

> As mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país, além de lutarem por um mundo mais justo do ponto de vista da distribuição de renda e da participação de amplos setores sociais, integravam o esforço no sentido de redimensionar o papel da participação das mulheres no mercado formal de trabalho, o crescimento do movimento feminista e a revolução de costumes, que se seguiram à disseminação da pílula anticoncepcional, começaram a alterar radicalmente o antigo quadro social.

As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações ao longo da nossa história. No período da ditadura não foi diferente. Elas resistiram de muitas formas. Como afirmam Teles e Leite (2013), elas foram à luta de forma mais autônoma e por sua própria vontade, nas greves operárias, nos movimentos populares, nas periferias e áreas rurais. Muitas viveram clandestinamente, precisando optar pela invisibilidade nos momentos de perseguição. Durante a repressão enfrentaram os riscos de sequestro, tortura, da morte e do desaparecimento forçado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Portanto, falar da luta feminina na ditadura militar e da luta feminista pode soar contraditório, pois neste momento da história do Brasil, as mulheres das classes trabalhadoras não estavam participando dos movimentos em busca dos próprios direitos. Nos movimentos feministas, no primeiro momento, buscava-se a libertação da mulher. Uma ação muito importante, à época, na década de 1960, foi o surgimento da pílula anticoncepcional. A segunda onda do movimento feminista tentava encontrar uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres não apenas por espaço político e social.

Contudo, as mulheres que resistiam à ordem estabelecida, buscando meios de sobreviver a este período, estar inseridas nos movimentos sociais, nos movimentos de esquerda, eram motivos suficientes para estarem visadas pelo sistema repressivo, vivendo em constante ameaça e, desta forma, a atenção das delas estava voltada para o enfrentamento da ditadura. Segundo Pinto (2010, p.16), o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas.

Essas mulheres foram violadas em seus direitos humanos básicos e fundamentais. A tortura psicológica e física foi um dos instrumentos utilizados por membros do governo e por grupos militares como forma de mostrar o domínio e que detinham o controle da população. A tortura foi aplicada no Brasil, indiferente da idade, gênero ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividade subversiva.

Muitas foram sequestradas e tantas outras desaparecidas. O Projeto Brasil: Nunca Mais (Arns, 2011, p.111) analisou os casos de 7.367 militantes processados pela Justiça Militar durante a ditadura e constatou que, destes, 12% eram mulheres. O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que diferenciava era a forma de tortura, “embora sejam graves violações de direitos humanos de homens e mulheres, são praticados de forma distinta quando se trata de violações de direitos humanos das mulheres” (Teles; Leite, 2013, p.507). Portanto, para além das perversidades que as mulheres sofriam, também eram alvo de violência sexual.

Isso pode ser observado no documento nominado “Prisões e torturas”, no qual foram encontradas informações sobre as torturas que a assistente social Laudelina Maria Carneiro sofreu, por ser uma militante mulher:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Brasileira, 22 anos de idade, formada pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universitária de São Paulo.
A declarante foi presa em 15 de junho de 1969, às 17:30 horas, em sua residência, situada a rua Helium,479, onde morava com sua amiga, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. A casa foi invadida pela equipe de diligências do Exército e da Polícia Militar de MG composta pelo Cap. Portela, Ten. Padua, Sarg. Léo, Cap. Pedro Ivo, Major Rubens (ex-chefe da G2, PMMG). Em meio a gritos e ofensas do mais baixo calão, despiram a declarante violentamente, sendo levada para a cozinha, sendo brutamente espancada, com golpes de karatê e socos no estômago, intestino, rins e nádegas, além de violentos pontapés nos tornozelos. O Cap. Pedro Ivo depois a levou a um quarto e a espancou no rosto, fazendo-a sangrar, além de apagar um cigarro e um fósforo na pele nua do estômago. No mesmo dia, às 23:30 horas, foi levada para a G2, na Praça da Liberdade, onde novamente foi despida pelos oficiais militares, tendo à frente o Cap. Portela, que queria forçá-la ao strip-tease. O Capitão Portela também levou a declarante para a tortura dos choques elétricos na mesma noite, com uma máquina chamada "manivela", na qual se lê a inscrição US ARMY. Durante 15 dias a declarante apresentou manchas roxas no corpo, seus tornozelos ficaram inchados, não podendo andar durante uma semana. As consequências das torturas foram testemunhadas por outras prisioneiras políticas (como Vera Magalhães, Maria do Espírito Santo, Emily, Loreta, Maria do Rosário, Gilse) e militares (como Cel. Heles, comadante do DI, Cel. Drummond, da PM, Cap. Cícero, da PM, Cabo Matias Martins, da PM, Ten. Ribas, da PM), e enfermeiras. Wanderley Andrade, o médico que a atendeu, pensando em fraturas, determinou que fossem tiradas chapas dos tornozelos no Hospital Militar, que se encontravam com a advogada da declarante. Durante o tempo que ficou no DI sofreu continuamente torturas físicas e sexuais, sempre descritas com riquezas de detalhes pelo Ten. Ribas, nas horas do almoço e jantar, em "conversas amigáveis". Foi transferida, dia 28 de junho, para a penitenciária de mulheres, onde ficou 60 dias incomunicável em uma cela imunda. No dia 18 de julho, reiniciaram as torturas, feitas no consultório médico da penitenciária, começando pela tortura da "latinha", obrigada pelo Cap. Lacerda e Cap. Schubert, além do investigador José Perpetuo de Resende. No dia 19, repetiu-se o interrogatório e a tortura, com a presença também dos mesmos militares e mais do Cap. Sebastião Geraldo da Paixão. No dia 20, no mesmo local, encheram uma banheira de água, planejando manter a declarante nua e imersa por tempo indeterminado... ameaças, pressões e ofensas continuaram durante todo o interrogatório, das 18 horas até a madrugada, diariamente.
Para pressionar mais a declarante, ameaçaram prender e torturar em sua presença, seu noivo e sua mãe. O Ten. Cel. Waldir Teixeira Goes chegou a expedir ordem de prisão para a mãe da declarante que foi revogada por ordem superior. Mesmo assim, passou a fazer ameaças diretas a sua mãe, sempre que vinha visitar a declarante, chegando a submetê-la a um interrogatório de dez horas, na presença do Cap. Lacerda e do investigador Perpetuo. [...] A mãe da declarante que conta 46 anos de idade e estava grávida (a declarante é filha única), sofreu um aborto em consequência das torturas psicológicas a que foi submetida.
No dia 14 de setembro de 1969, a declarante, numa das celas do 12° Regimento de infantaria da IV Região Militar, onde foi levada pelo Cap. Lacerda, foi torturada até as 03:30 horas da madrugada pelo Cap. Lacerda, Cap. Sebastião Geraldo da Paixão e Cap. Schubert. O Cap. Schubert envolveu fios elétricos nos braços e nos pés, o Cap. Paixão acionava a "manivela". A tortura só foi interrompida quando a declarante perdeu os sentidos, caindo da cadeira onde estava colocada. Testemunharam sua saída e volta os funcionários da penitenciária, Maria José Aradejo e outras, como D. Laurentina, Adelina, Justina e Georgina. A declarante também testemunhou os espancamentos e torturas contra as pessoas de Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Delcy Gonçalves de Paula, Loreta Kiefer Valadares e Gilse Conzensa Avelar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> O motivo das prisões e torturas contra a declarante e outras prisioneiras políticas, e de toda esta sanha desesperada dos militares, é tentar extorquir confissões para manter IPMs contra os estudantes, operários, camponeses e pessoas do povo em geral. Agem indistintamente contra moças e velhas, e aplicam todos os sistemas de torturas possíveis para conseguir seus intentos. Entretanto, a firmeza demonstrada por todas, no geral, fez recuar aos inquisidores, que não contavam com que, moças e rapazes estudantes, os enfrentassem de modo digno e correto, além de mostrar suas posições em defesa de nossa liberdade e de uma nova democracia.
> Representante eleita em assembleia da Escola de Serviço social da Universidade Católica de Salvador, assim como todos os estudantes, fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional. As limitações decorrentes do enquadramento, para mim, duraram aproximadamente três anos e foram superadas após contratação de advogado, quando pude circular livremente sem precisar prestar contas ao Serviço Nacional de Informação (SNI), tirar habilitação para dirigir e, por fim, trabalhar. (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação AC_ACE_CNF_22762_70).

As mulheres eram consideradas duplamente transgressoras. Primeiro, por desafiarem a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar; em segundo lugar, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas. Rompiam, assim, com os estereótipos do que é ser mulher, ocupando o espaço público, a política, e até a luta armada. Por isso mesmo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu “devido lugar”. Eram chamadas de “vagabundas” e “prostitutas” e eram obrigadas a ficar nuas em frente aos agentes da ditadura, sempre do sexo masculino. Quando encarceradas, depois da tortura, eram tratadas com igual dureza (Merlino; Ojeda, 2010).

De acordo com Teles e Leite (2013), os agentes do Estado ditatorial utilizaram da condição feminina para acirrar todo o processo de repressão contra a população, inclusive para executar os sequestros, as torturas e os assassinatos.

Para combatê-los, uma parte da esquerda, que acreditava na derrubada da ditadura, através da luta armada, teve como apoio mulheres que participaram deste movimento, que lutavam pelo Estado de direito, defendendo ideais democráticos e em busca da liberdade.

Neste sentido, podemos observar o relato de Rosalina de Santa Cruz, que diz:

> [...] Era preciso construir outra sociedade, em que as pessoas não fossem divididas entre quem tinha o capital e quem tinha força de trabalho. Quando aprendi isso, eu aprendi também a necessidade de fazer a revolução. Uma frase que me acompanhou, durante toda a época da luta pela revolução, que tem uma certa ingenuidade, mas está no nosso hino: “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Ela inspirou minha geração, aqueles que optaram pela luta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> armada e, quando optei pela luta armada, foi lendo Girap, Mao Tse Tung, os cubanos, e começar a entender que o mundo inteiro, naquele momento, não era eu e nenhum pequeno grupo de brasileiros. Era um mundo acreditando na importância do socialismo, do comunismo e que, para isso, precisava ter uma revolução [...] (CFESS, 2017, p. 111).

Dentre as várias formas de resistências, a luta armada foi um dos movimentos importantes para a causa, pois serviu, naquele momento, como alternativa tática e estratégica no combate à repressão. Principalmente com a intensificação da violência através do AI-5, em que havia a impossibilidade de manifestações do pensamento, a censura veio com tudo, os casos de torturas nos porões da ditadura aumentaram de forma alarmante.

Podemos averiguar no quadro abaixo, em recorte de documento extraído do Portal Brasil Nunca Mais Digital, informações sobre números de denúncias de tortura por ano, no período de 1964 a 1977:

**Figura nº 10 – Denúncias de tortura, por ano, de 1964 a 1977**

| ANO | QUANTIDADE |
|---|---|
| 1964 | 203 |
| 1965 | 84 |
| 1966 | 66 |
| 1967 | 50 |
| 1968 | 85 |
| 1969 | 1.027 |
| 1970 | 1.206 |
| 1971 | 788 |
| 1972 | 749 |
| 1973 | 736 |
| 1974 | 67 |
| 1975 | 585 |
| 1976 | 156 |
| 1977 | 214 |
| TOTAL | 6.016 |

Fonte: Portal Brasil Nunca Mais Digital. BNM-
Tomo V- Vol. I – A Tortura, 1985, p.70.

Os anos de 1969 e 1970 foram os que mais concentraram denúncias. A partir disso, entendemos que foram os anos em que houve o endurecimento do regime através do AI-5.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 3.6
## A resistência armada

Quando o Governo Castelo Branco, em 1965, editou o Ato Institucional n. 2, determinando que as eleições para presidente e governadores fossem indiretas, extinguiram-se os partidos políticos, criando condições para a organização de dois novos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conforme já visto anteriormente.

Portanto, todos os partidos de esquerda que surgiram durante a ditadura eram clandestinos, conforme ilustrado pela figura nº 2 desta dissertação (organograma das organizações de esquerda). Com isso, houve perseguições por parte do Estado e a repressão se potencializou de forma que, ao ocorrer alguma prisão de militantes, era necessário que buscassem outro local para se protegerem, pois, devido às torturas, muitos acabavam entregando os companheiros e houve, também, situações em que dirigentes dos partidos foram presos, assassinados e tantos outros desaparecidos, levando-os, por questão de segurança, a mudar o nome das organizações ou formar um novo partido.

As dissidências dos partidos fizeram com que surgissem as organizações que visavam à luta armada. A luta interna que sacudiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB), após 1964, gerou inúmeras organizações que se estruturaram em todo o país, rompendo com o bloco ortodoxo que tinha em Prestes a principal liderança. Comum às organizações dissidentes foi o projeto de passar, logo após a primeira onda repressiva que se seguiu a abril de 1964, à preparação da luta armada guerrilheira que já crescia em toda a América Latina.

Os principais grupos armados durante a ditadura militar no Brasil foram: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR–Palmares); e Ação Libertadora Nacional (ALN).

A entrada oficial da esquerda brasileira na luta armada aconteceu a partir de 1967, quando foi criada, em Cuba, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas). O ex-deputado comunista Carlos Marighella, que estava rompendo com o PCB, participou do Congresso da Olas e recebeu apoio para preparar a guerrilha rural. Em 1968 este grupo passa a ser

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

conhecido como Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi o primeiro e mais atuante grupo da esquerda armada no Brasil.

Cada grupo se organizava em “células”, ou seja, pequenos grupos de militantes, coordenados pelas lideranças. Essas lideranças se reuniam com as lideranças de outras células, até chegar ao comitê central da organização. Esses grupos se dedicavam a estudos e longos processos de discussão teórica, pautados em textos dos artigos revolucionários e teóricos do marxismo (Ishaq; Franco; Sousa, 2012).

No documento localizado na pesquisa com o nome da assistente social Maria Helena de Frota, uma das acusações é que ela pertencia ao “esquema de vinculação do Jornal Hora do Povo, porta voz do MR-8” (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000422_d0002de0002). Já no depoimento da assistente social Ana Maria Ramos Estevão, ela diz que “na primeira prisão, oferecia apoio logístico aos militantes do Grupo Tático Armado da ALN” (CFESS, 2017, p. 16).

Desse modo, é errôneo afirmar que todos que estavam envolvidos com a luta armada tenham utilizado armas ou participado de sequestros e assaltos a bancos, por exemplo. Esses feitos, apesar de serem repudiados por parcela da população, foi uma forma que a luta armada encontrou de tirar dos porões da ditadura os militantes que foram pegos pelos militares, como, por exemplo, a fusão das organizações VPR e Colina, em 1970, que comandaram três sequestros de diplomatas e trocaram por 115 presos políticos.

Com as ações destes grupos, as Forças Armadas perseguiram incessantemente as organizações, prendendo, matando e desaparecendo com muitos dos guerrilheiros. Em 1975, a Guerrilha do Araguaia é destruída quando uma força especial de paraquedistas foi enviada à região.

A Guerrilha do Araguaia foi uma tentativa de ação revolucionária de ideário comunista, no Brasil, com atuação entre 1967 e 1974, e que se instalava na região conhecida como “Bico do Papagaio”, na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, e tem este nome pelo fato da região passar pelo rio Araguaia.

É necessário apontar também a importância da “luta teórica” ou “a batalha das ideias”. Os militantes que estavam engajados nas diversas organizações de esquerda, também disputavam entre si a liderança política da revolução brasileira, mas, para isso, os dirigentes precisavam estudar, usar livros que eram proibidos no país. Precisavam escrever, discutir e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

divulgar textos teóricos, mesmo que isso fosse arriscado, pois, se presos com estes materiais, serviam de provas “subversivas” nos tribunais militares.

Pode-se afirmar, assim, que as assistentes sociais que vivenciaram este período da história, também viveram um momento de “luta teórica”, no que se refere à profissão, pois foi nesta época que se deu o movimento de reconceituação do Serviço Social, que perpassou pelos níveis político, teórico, metodológico e operativo. Sobre este tema vamos tratar no próximo capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# 4
# Serviço Social e ditadura militar no Brasil

Segundo Netto (2007, p.75), o Serviço Social latino-americano se articulou através do Movimento de Reconceituação, composto por assistentes sociais conscientizados de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas. Este processo, que ocorreu no período da ditadura, transformou o Serviço Social brasileiro, principalmente o exercício profissional. Neste capítulo buscamos analisar o contexto do Serviço Social no período da ditadura militar. Procuramos, também, abordar a luta pela redemocratização e pela abertura política, salientando o desenvolvimento dos movimentos sociais, que foram de suma importância para a derrocada do regime, destacando, neste cenário, a participação de assistentes sociais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 4.1
## Serviço Social no contexto da ditadura militar

A existência de um governo militar e autoritário esteve presente em vários países, em momentos diferentes e normalmente iniciados através de golpes militares. No Brasil e na Bolívia os golpes ocorreram em 1964; na Argentina houve golpes em 1966 e 1976; no Uruguai e no Chile em 1973; no Peru, em 1968; e na Guatemala e no Paraguai, em 1954.

A ditadura brasileira ficou marcada como um período extremamente repressor. Todos aqueles que se opuseram ao governo foram perseguidos e sofreram violências exercidas pelos agentes públicos do Estado. Conforme visto nos capítulos anteriores, não foi diferente com assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que resistiram ao regime.

De acordo com elementos apresentados anteriormente nesta dissertação, foi possível observar que há registros sobre estudantes e assistentes sociais que ingressaram em movimentos contra a ditadura, pacifistas ou de luta armada. Muitos passaram a integrar movimentos cuja origem saiu dos quadros da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Universitária Católica

(JUC), todos vinculados à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja. Importante recordar aqui que a AP, fundada em 1962, teria suas origens numa ala intelectual da JUC e inspirava-se na encíclica *Mater et Magistra*. Mas é bom lembrar também que a Igreja católica teve participação ativa durante o regime, seja apoiando-o, através de sua ala conservadora, seja combatendo-o, através de sua ala progressista.

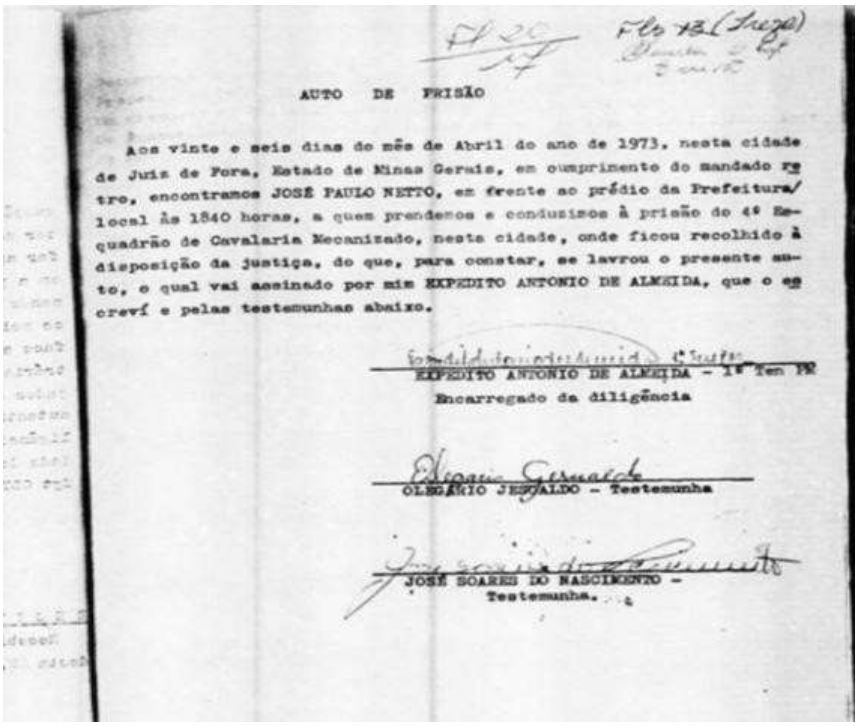
Nesse ponto, é interessante notar que tanto a Encíclica papal *Mater et Magistra* (de 1961, como já visto) e a *Pacem in Terris*[45] tratavam de temas relacionados a problemas sociais da época. Esses dois documentos papais possuem significados muito simbólicos para as lutas sociais na América Latina, na década de 1960. Assim, seja por influência desses movimentos, seja pelo engajamento em outros movimentos dissidentes, inclusive os de luta armada, e muitos oriundos do PCB ou do PC do B, conforme já mencionado anteriormente, estudantes e assistentes sociais participaram ativamente nas lutas de oposição ao regime. Aqui importa também notar que no período a profissão iniciava um intenso movimento de revisão de seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos. Voltaremos a este ponto mais diante.

Nos documentos encontrados na pesquisa, os intitulados “inquéritos” apontavam, dentre outros “fichados”, assistentes sociais não como trabalhadores, mas como subversivos e aliciadores. Identificamos registros sobre o assistente social José Paulo Netto, que foi preso em 1973, acusado de exercer atividades contrárias à Segurança Nacional. A figura nº 11 apresenta trecho do auto de prisão do referido assistente social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

**Figura nº 11 - Trecho do auto de prisão de José Paulo Netto, em 1973**

[45] *Pacem in Terris* (Paz na Terra) é uma Carta-Encíclica do Papa João XXIII sobre “a Paz de todos os povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade". Foi publicada em 11 de abril de 1963, dois meses antes da morte de João XXIII, dois anos depois da construção do Muro de Berlim e alguns meses depois da Crise dos Mísseis em Cuba, no contexto da Guerra Fria (período de tensão geopolítica entre a União Soviética e os Estados Unidos e seus respectivos aliados, após a Segunda Guerra Mundial - o período abrange a Doutrina Truman, de 1947 - que buscava conter o avanço do socialismo junto aos chamados “elos frágeis” do sistema capitalista - até a dissolução da União Soviética, em 1991). João XXIII (1963). **Pacem in Terris**. Santa Sé. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john- xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acessio em 23 jun. 2020.



AUTO DE PRISÃO

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de 1973, nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em cumprimento do mandado retro, encontramos JOSÉ PAULO NETTO, em frente ao prédio da Prefeitura/ local às 1840 horas, a quem prendemos e conduzimos à prisão do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, nesta cidade, onde ficou recolhido à disposição da justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim EXPEDITO ANTONIO DE ALMEIDA, que o escreví e pelas testemunhas abaixo.

EXPEDITO ANTONIO DE ALMEIDA - 1º Ten PM
Encarregado da diligência

OLEGÁRIO JESUALDO - Testemunha

JOSÉ SOARES DO NASCIMENTO -
Testemunha.

Fonte: Brasil Nunca Mais Digital. BNM_181(31), p.25.

Essa prisão prejudicou muito sua carreira. Atentemos a algumas informações localizadas sobre o mesmo, em documentos da Agência Central do SNI, sobre levantamento de antecedentes para nomeação para cargo público, em 1975:

> [...] José Paulo Netto é citado em Infe A-1, de 10 de maio de 1975, como tendo sido responsável pelas notícias inverídicas vinculadas pelos Diários Associados de Juiz de Fora/MG, com respeito a acontecimentos na UFJF, onde se valeu dos estudantes para agitar a cidade. Apesar de aprovado em primeiro lugar em concurso realizado pela UFJF, onde pretendia ser professor de Sociologia, o nominado, por sua posição ideológica, não foi contratado por aquela entidade de ensino superior. "É de se admitir pelos antecedentes acima mencionados que a presença de José Paulo Netto em cargo de destaque na Secretaria de Serviços Públicos do Governo do Distrito Federal venha a se constituir num risco à tranquilidade da área dos transportes coletivos, no Distrito federal, podendo o nominado tentar desenvolver uma ação sub-reptícia visando a conturbar aquele setor com a intenção de promover a agitação e intranquilidade, conforme seu passado e suas atuações na cidade de Juiz de Fora, no Setor estudantil. A presença de elementos como o epigrafado numa administração municipal é um desrespeito às autoridades que lutam contra a subversão no país e particularmente em Minas Gerais, parecendo-nos caber uma medida das autoridades que tem ingerência no campo político, no sentido de banir tais elementos da administração pública, incentivando a quem luta contra a subversão e garantindo a manutenção da ordem e do respeito aos ideais revolucionários de 1964 [...]. (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR_DFANBSB_V8_ACE_5657-82, p.1/10).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> Ligado ao Senador Itamar Franco e, devido aos seus antecedentes, não teve sua contratação efetivada para o cargo de professor de sociologia da UFJF. (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_9292-76).

A caça aos "subversivos" fez com que muitos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social se exilassem. Os que não conseguiram, quando presos foram torturados, se tornaram vítimas da violenta repressão do regime.

Em seu depoimento para o livro Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura (CFESS, 2017, p.54), José Paulo Netto, diz:

> Quando o braço da ditadura se abateu sobre mim, em princípios de 1973 (fui sequestrado e depois "legalmente" preso por uns poucos meses), e quando, posteriormente, em 1974-1975, a repressão empreendeu sua grande escala contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), obrigando-me a sair do país, não me surpreendi nem me vitimizei: fui apenas mais um entre milhares de brasileiros que se insurgiam contra o regime que servia ao grande capital.

Se o período ditatorial nos deixou, como um de seus sombrios legados, o maior acervo documental da repressão no Cone Sul (Stampa; Rodrigues, 2014), também é verdade que somos herdeiros de importantes registros de lutas e resistência, na busca de alternativas ao regime e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, pode-se afirmar com segurança que esse momento histórico restringe uma etapa do desenvolvimento da profissão, na qual reflete, de modo imediato e indireto, uma falta de posicionamento político mais explícito em momentos anteriores de sua história. (Castro, 1989).

Segundo Netto (1994), na década de 1960 o Serviço Social tradicional entra em crise. É o momento das grandes contestações no mundo, demarcando uma crise mundial de base urbano-industrial, expressão de uma conjuntura desgastada do crescimento, os Estados burgueses reestruturaram estratégias para o direcionamento dos recursos aplicados às políticas sociais e as demandas de interesses econômicos, reivindicadas pelos movimentos sociais.

O Serviço Social, em seu processo de profissionalização, foi marcado pela tradição positivista, cuja base é o pensamento conservador, vertente fundadora das Ciências Sociais. Adentrando a década de 1960 com a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, no Rio de Janeiro, em 1961, com o tema "O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social", os assistentes sociais começavam a desenvolver um intenso processo de discussões internas na busca de um novo perfil profissional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

No documento encontrado na Base de Dados Memórias Reveladas (notação BR_DFANBSB_V8_ABE_ACE_7456_89 p.21, fundo SNI, acervo do Arquivo Nacional), que trata do "I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social"[46], Luiza Erudina de Souza, assistente social e ex-prefeita de São Paulo, SP, no seu posicionamento registrado pelos agentes do SNI que a tudo observavam, disse que "a história do Serviço Social está vinculada à história do capitalismo, portanto, o Serviço Social, na sua origem, é filho do capitalismo e como tal serve para amaciar as contradições e conflitos gerados pelo próprio capitalismo". Segundo ela, durante o Encontro Latino Americano de Trabalhadores Sociais, em 1965, em Porto Alegre, RS, ficou clara a necessidade de rever a prática e os conceitos sobre todos os valores, e a partir daquele encontro começou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

O Encontro Latino Americano de Trabalhadores Sociais deu origem ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano por meio de organizações de seminários em diferentes países.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 4.2
## O Movimento de Reconceituação no Brasil

Com o golpe de 1964, no Brasil, e depois, com os demais golpes militares que ocorreram pelo Cone Sul[47] no contexto geopolítico da Guerra Fria, os movimentos de resistência à repressão nos diversos países foram se conectando e, neste âmbito, aconteceu uma articulação entre os profissionais de Serviço Social da América Latina, dando origem ao processo ou movimento de "reconceituação".

Segundo Netto (2007, p.75), o Serviço Social latino-americano se articulou através do Movimento de Reconceituação, composto por assistentes sociais conscientizados de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas. O Movimento expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social. Compunham este movimento dois grandes segmentos: um que apostava na modernização do Serviço Social a fim de torná-lo compatível

[46] Conhecido como ENESS, foi realizado em 1978 na cidade de Londrina, PR.
[47] Em ordem de data - Paraguai: 1954; Brasil: 1964; Chile: 1973; Uruguai: 1973; Argentina: 1976.

às demandas macrossocietárias; e outro que defendia a total ruptura com o passado da profissão e a vinculação aos projetos de superação das estruturas sociais de exploração e dominação vigentes na América Latina.

A princípio, estes dois segmentos atuaram como uma frente ampla no combate ao tradicionalismo da profissão; entretanto, esta frente acabou se dividindo entre os reformistas-democratas e os radicais-democratas. Esta diferenciação seria decisiva para o direcionamento do Movimento, mas as ditaduras instauradas no Cone Sul reprimiram todas as alternativas democráticas. Segundo Netto, "não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas de 'desaparecidos' nas ditaduras" (Netto, 2007, p.76).

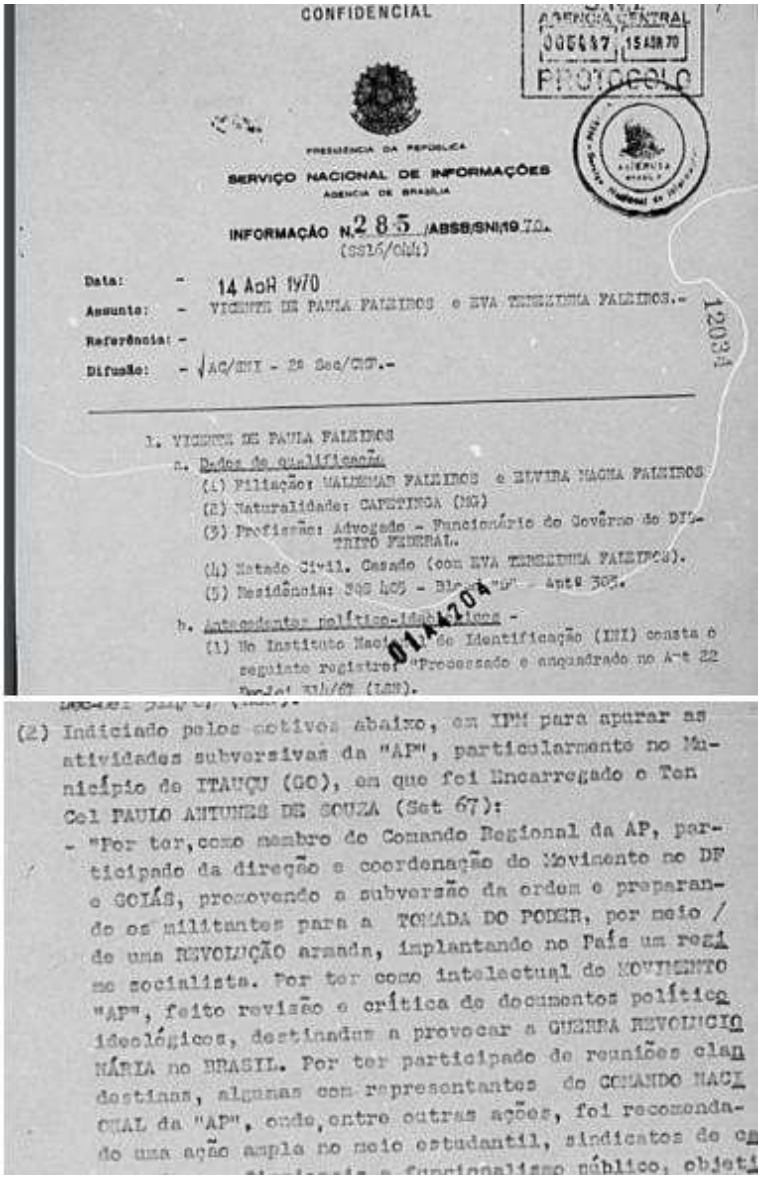
Numa ficha conceito[48] utilizada pelo SNI, foi localizado o nome do assistente social Vicente de Paula Faleiros e o de sua esposa, a assistente social Eva Teresinha Silveira Faleiros.

As figuras nº 12 e nº 13, a seguir, apresentam partes da ficha conceito do assistente social Vicente de Paula Faleiros:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

[48] Documento produzido para fornecer conhecimento ao chefe do SNI sobre pessoas que apresentavam ou poderiam vir a apresentar relevante participação no contexto nacional. Uma ficha-conceito possuía por assunto o nome do indivíduo investigado. Nela eram analisados seus antecedentes políticos e criminais, serviço de proteção ao crédito, endereço residencial e informações funcionais, além de informações a respeito da sua postura profissional e ideológica no trabalho. Fonte: Arquivo Nacional, acervo do SNI, notação BR AN BSB V8, caixa 08, pasta 21.

**Figura nº 12 – ficha conceito de Vicente de Paula Faleiros – parte 1**



CONFIDENCIAL

AGENCIA CENTRAL
006687 15 ABR 70
PROTOCOLO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE BRASÍLIA

INFORMAÇÃO N.285 /ABSB/SNI/1970.
(SS16/CH4)

Data: - 14 ABR 1970
Assunto: - VICENTE DE PAULA FALEIROS e EVA TERESINHA FALEIROS.-
Referência: -
Difusão: - AC/SNI - 2ª Sec/CIE.-

12034

1. VICENTE DE PAULA FALEIROS
a. Dados de qualificação
(1) Filiação: WALDEMAR FALEIROS e ELVIRA MAGNA FALEIROS
(2) Naturalidade: CAPETINGA (MG)
(3) Profissão: Advogado - Funcionário do Govêrno do DISTRITO FEDERAL.
(4) Estado Civil. Casado (com EVA TERESINHA FALEIROS).
(5) Residência: SGS AO5 - Bl. "G" - Apto 303.

b. Antecedentes político-ideológicos -
(1) No Instituto Nacional de Identificação (INI) consta o seguinte registro: "Processado e enquadrado no Art 22 Decreto 314/67 (LSN).

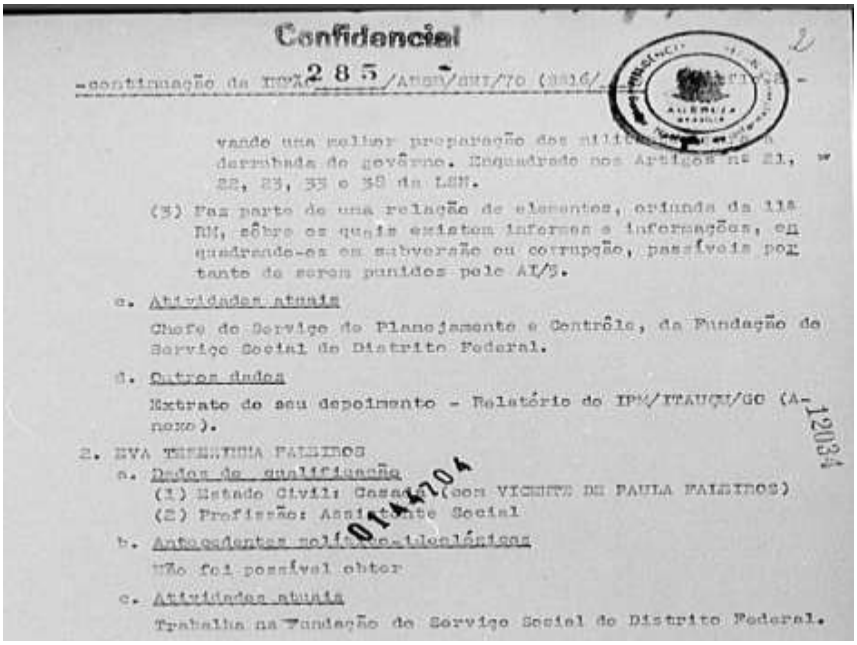
01A4204

(2) Indiciado pelos motivos abaixo, em IPM para apurar as atividades subversivas da "AP", particularmente no Município de ITAUÇU (GO), em que foi encarregado o Ten Cel PAULO ANTUNES DE SOUZA (Set 67):
- "Por ter, como membro do Comando Regional da AP, participado da direção e coordenação do Movimento no DF e GOIÁS, promovendo a subversão da ordem e preparando os militantes para a TOMADA DO PODER, por meio / de uma REVOLUÇÃO armada, implantando no País um regi me socialista. Por ter como intelectual do MOVIMENTO "AP", feito revisão e crítica de documentos políticos ideológicos, destinados a provocar a GUERRA REVOLUCIONÁRIA no BRASIL. Por ter participado de reuniões clandestinas, algumas com representantes do COMANDO NACIONAL da "AP", onde, entre outras ações, foi recomendado uma ação ampla no meio estudantil, sindicatos do co

Fonte: Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR-DFANBSB-_V8-MIC-GNC-AAA-70012034-d0001 de 0002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

**Figura nº 13 – ficha conceito de Vicente de Paula Faleiros – parte 2**



Confidencial

-continuação da IPM 285/ASGN/SNI/70 (2016/

vando uma melhor preparação dos milit
derrubada do govêrno. Enquadrado nos Artigos nº 21,
22, 23, 33 e 38 da LSN.

(3) Faz parte de uma relação de elementos, oriunda da III RM, sôbre os quais existem informes e informações, en quadrando-os em subversão ou corrupção, passíveis por tanto de serem punidos pela AI/5.

c. Atividades atuais

Chefe do Serviço de Planejamento e Contrôle, da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal.

d. Outros dados

Extrato de seu depoimento - Relatório do IPM/ITAUÇU/GO (Anexo).

2. EVA TERESINHA FALEIROS

a. Dados de qualificação

(1) Estado Civil: Casada (com VICENTE DE PAULA FALEIROS)

(2) Profissão: Assistente Social

b. Antecedentes político-ideológicos

Não foi possível obter

c. Atividades atuais

Trabalha na Fundação de Serviço Social do Distrito Federal.

Fonte: Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR-DFANBSB-_V8-MIC-GNC-AAA-70012034-d0001 de 0002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

O assistente social foi acusado de “promover a subversão da ordem e preparar os militantes para a tomada do poder, por meio de uma revolução armada, implantando no país um regime socialista” (Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo nacional, fundo SNI, notação BR_DFANBSB_V8_MIC-GNC-AAA-70012034-d0001 de 0002).

Vicente Faleiros, em seu depoimento para o livro Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura, conta: “Com minha mulher, decidimos fugir da repressão para não sermos trucidados, e seguimos para o Chile, onde tinha contatos em Valparaíso” (CFESS, 2017, p. 125).

O exílio foi o destino de milhares de brasileiros forçados a abandonar o país por conta da política repressiva da ditadura militar. Num primeiro momento, de maneira geral, Chile, Cuba e, em alguns casos, a Argentina foram os grandes focos dos exilados.

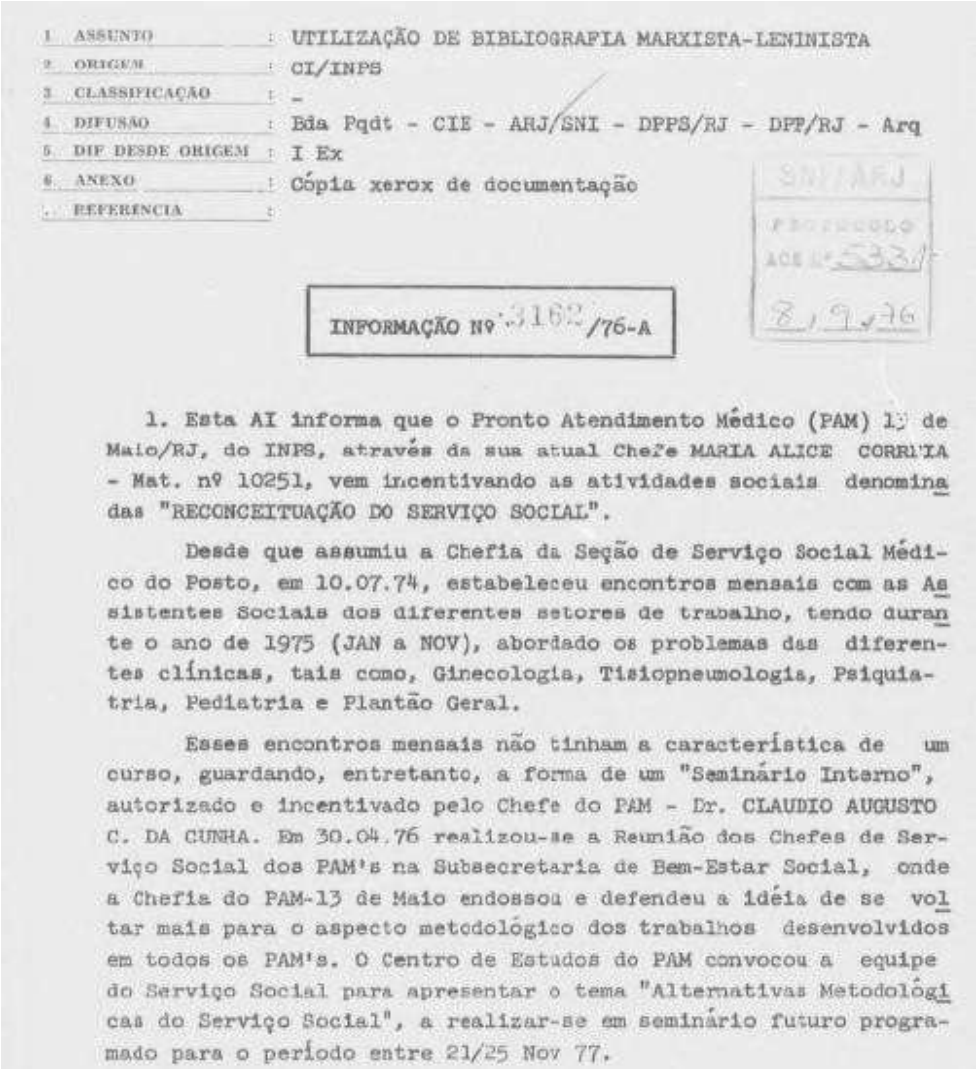
O referido assistente social ainda diz que:

> “No dia 11 de setembro de 1973, no Chile, foi estabelecido o estado de guerra e, no dia 19, fui preso. Depois de passar pela prisão comum e corredor polonês, com ameaça de ser jogado no mar, fui levado a um barco chamado Lebu. [...] do Lebu, fomos levados, sob escolta militar, para um refúgio protegido pelas Nações Unidas, aterrorizados pelas notícias de centenas de pessoas fuziladas. Outras conseguiram se refugiar em várias embaixadas.

> Minha mulher com o filho de 2 anos teve que fugir de Valparaiso para Santiago, onde pude encontra-los no refúgio" (CFESS, 2017, p. 126-127).

No Brasil, as repressões continuavam pesadas e as perseguições constantes. A figura nº 14 ilustra como a vigilância do SNI agia sobre as atividades de assistentes sociais que estavam discutindo os rumos da profissão, em 1976.

**Figura nº 14 – Informação sobre atividades de Maria Alice Correia no PAM 13 de Maio/RJ, 1976**



1. ASSUNTO : UTILIZAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA MARXISTA-LENINISTA
2. ORIGEM : CI/INPS
3. CLASSIFICAÇÃO : -
4. DIFUSÃO : Bda Pqdt - CIE - ARJ/SNI - DPPS/RJ - DPF/RJ - Arq
5. DIF DESDE ORIGEM : I Ex
6. ANEXO : Cópia xerox de documentação
7. REFERÊNCIA :

SNI/ARJ PROTOCOLO ACE Nº 5331/- 8.9.76

INFORMAÇÃO Nº 3162/76-A

1. Esta AI informa que o Pronto Atendimento Médico (PAM) 13 de Maio/RJ, do INPS, através da sua atual Chefe MARIA ALICE CORREIA - Mat. nº 10251, vem incentivando as atividades sociais denominadas "RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL".

Desde que assumiu a Chefia da Seção de Serviço Social Médico do Posto, em 10.07.74, estabeleceu encontros mensais com as Assistentes Sociais dos diferentes setores de trabalho, tendo durante o ano de 1975 (JAN a NOV), abordado os problemas das diferentes clínicas, tais como, Ginecologia, Tisiopneumologia, Psiquiatria, Pediatria e Plantão Geral.

Esses encontros mensais não tinham a característica de um curso, guardando, entretanto, a forma de um "Seminário Interno", autorizado e incentivado pelo Chefe do PAM - Dr. CLAUDIO AUGUSTO C. DA CUNHA. Em 30.04.76 realizou-se a Reunião dos Chefes de Serviço Social dos PAM's na Subsecretaria de Bem-Estar Social, onde a Chefia do PAM-13 de Maio endossou e defendeu a idéia de se voltar mais para o aspecto metodológico dos trabalhos desenvolvidos em todos os PAM's. O Centro de Estudos do PAM convocou a equipe do Serviço Social para apresentar o tema "Alternativas Metodológicas do Serviço Social", a realizar-se em seminário futuro programado para o período entre 21/25 Nov 77.

Fonte: Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação ARJ_ACE_5331_7656.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

A figura nº 15 traz detalhes do documento anterior:

**Figura nº 15 – Informação sobre atividades de Maria Alice Correia no PAM 13 de Maio/RJ – detalhe do documento**

2. Para os estudos de "RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL", foi distribuída uma bibliografia para apreciação pelos Assistentes Sociais, denominada "HISTÓRIA DEL SERVICIO SOCIAL" - Esquema dialectivo para su elaboracion e interpretacion de autoria de JUAN BARREIX, onde estranhamente se ressalta, na página 21, numa linguagem tipicamente Marxista-Leninista, o êxito da Revolução Cubana de Fidel Castro como verdadeiro feito histórico do Serviço Social, na América Latina.

3. Causou espécie a esta Assessoria o fato de que, quando a Chefe de Seção do Serviço Social Médico - MARIA ALICE CORREIA, soube da presença de uma funcionária de segurança e informação no recinto, se exasperou a ponto de declarar que "em trabalho dessa natureza, feito a portas abertas, possa ser alvo de denúncias que se constituem em subversão da ordem e da rotina normal dos trabalhos da equipe, já que desde 15.7.76 com a presença de uma funcionária/ do Centro de Informações da Presidência, com a finalidade de investigar fatos, não se consegue desempenhar as tarefas com a serenidade que os segurados merecem. Tal tipo de denúncia, pelo seu caráter traiçoeiro e injurídico, se constitui, segundo nosso entendimento, em verdadeira subversão da ordem institucional, pois como / se pode observar..."

Da análise do referido trecho observa-se que MARIA ALICE CORREIA, que nada deveria temer e ainda mais, todo o apoio deveria / ter dado ao elemento de segurança e informações, inverte o problema, taxando de "subversão da ordem constitucional", o fato de haver no recinto pessoa da Comunidade de Informações.

Termina, afirmando: "É verdade, contudo, que aos poucos estamos tentando reagir a esta posição niilista e nos voltarmos, com o empenho costumeiro, para nossas atividades profissionais...etc.", passando a atacar como maneira para se defender.

Fonte: Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação ARJ_ACE_5331_7656.

O documento é um registro da Assessoria de Informação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)[49], sobre

[49] O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia federal, foi criado em 1977, pela Lei nº 6.439, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), definindo um novo desenho institucional para o sistema previdenciário, voltado para a especialização e integração de suas diferentes atividades e instituições. O novo sistema transferiu parte das funções até então exercidas pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para duas novas instituições. A assistência médica aos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

utilização de bibliografia marxista em “atividades sociais denominadas Reconceituação do Serviço Social” no Posto de Assistência Médica (PAM) 13 de Maio, na cidade do Rio de Janeiro. O documento, elaborado por agentes de vigilância infiltrados dentro do PAM 13 de Maio, é difundido para o Centro de Informações do Exército (CIE), a Agência Rio de Janeiro do SNI (ARJ/SNI), a Delegacia de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ), o Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro (DPF/RJ) e para o Arquivo do I Exército, mostrando claramente como funcionava a vigilância e a rede de informações do Sisni.

É nesse cenário de lutas e repressão que os profissionais e estudantes buscam a reconceituação do Serviço Social.

## 4.3
## Serviço Social e as perspectivas de renovação

Para que a reconceituação do Serviço Social brasileiro acontecesse, foi gerado um amplo processo de discussão entre os assistentes sociais. Os documentos que retratam a situação do Serviço Social em seus momentos históricos foram produzidos através de estudos e análises de profissionais e elaborados a partir dos seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

No período da Reconceituação, destacam-se três seminários: “em 1967, na cidade mineira de Araxá, MG, sobre “Teorização do Serviço Social”; em 1970, em Teresópolis, RJ, sobre “Metodologia do Serviço Social”; e, em 1978, no Centro de Estudos da Arquidiocese do Rio de Janeiro, no Sumaré, sobre “Cientificidade do Serviço Social” (CBCISS, 1986, p.8).

Segundo Iamamoto (2010, p. 205), o movimento de reconceituação “[...] é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática mais eficaz, que busque caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos”.

Netto (2012, p. 43-60) entende por renovação o conjunto de características novas que, “no marco das constrições da autocracia burguesa,

---

segurados foi atribuída ao INAMPS e a gestão financeira, ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), permanecendo no INPS apenas a competência para a concessão de benefícios. O INAMPS foi extinto em 1993 e suas competências transferidas às instâncias federal, estadual e municipal gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

o Serviço Social articulou, à base de rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais".

Com o movimento de reconceituação, surge na profissão uma disputa entre projetos políticos que divergem entre si. Essa disputa, segundo Netto (2002, p. 157) apresenta-se em três vertentes teórico-metodológicas: a primeira, conhecida como perspectiva modernizadora, que foi uma adequação do Serviço Social como um instrumento do regime, na qual se buscavam técnicas que atendessem às exigências do mesmo. Marcada por dois seminários de teorização do Serviço Social – Araxá e Teresópolis. Contudo, essa visão não rompeu com o Serviço Social tradicional, só o modernizou.

A segunda perspectivava trazida por Netto é a reatualização do conservadorismo, que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, no qual confere à profissão um legado das suas raízes, de intervenção, embasado nos fundamentos da Igreja Católica.

A terceira perspectiva é a intenção de ruptura. Ao contrário das anteriores, esta vertente possui uma crítica ao Serviço Social tradicional, manifestando a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, traçando lentamente seu embasamento pautado na teoria social de Marx. Sua emersão é baseada principalmente no Método Belo Horizonte, que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, elaborado por jovens profissionais preocupadas em dar uma nova visão ao Serviço Social, "elaboraram [...] uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissional e no plano da formação" (Netto, 2005, p. 263).

Iamamoto (1998) afirma que a primeira aproximação do Serviço Social à tradição marxista se deu neste momento de reconceituação da profissão, que, segundo ela, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social na América Latina. A autora apresenta o surgimento daquilo que a chamou de "pilares do novo perfil da categoria profissional":

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

> O aprofundamento da expansão monopolista, com as alterações que provocou no processo de produção (desenvolvendo-o tecnologicamente e alterando os processos de trabalho), na reorganização do aparelho de Estado com irradiação no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade), criou as condições históricas que tornaram possível a gestação, no interior do período ditatorial, dos pilares do novo perfil da categoria profissional. Consolida-se um mercado efetivamente nacional para os Assistentes Sociais, amplia-se o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino pública e privadas. Realiza-se a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Instala-se a pós-graduação "stricto sensu" nesta área profissional, criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente. Renovam-se e qualificam-se os quadros docentes. [...] expande-se a interlocução do Serviço Social com as ciências afins, galgando progressivamente, apesar de inúmeras dificuldades, a condição de parceiro válido no diálogo acadêmico mais tarde reconhecido pelas entidades oficiais de fomento científico (Iamamoto,1998, p.216-217).

Desse modo, o Serviço Social brasileiro buscou a renovação da profissão, mesmo com as dificuldades impostas pela conjuntura da sociedade brasileira no período. Embora ainda haja disputas entre projetos profissionais mais ou menos alinhados com a vertente de ruptura, o trabalho do assistente social passou, de forma quase hegemônica, a ser direcionado para as camadas mais pobres da sociedade brasileira, em claro compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 4.4
## Serviço Social nos anos de chumbo

A ditadura militar, e o que ela expressa, pode ser compreendida em termos do significado político e econômico que tem para as diversas classes que formam a sociedade (Ianni,1981, p.1).

No período ditatorial, a assistência social era vista como caridade e não como um direito social. Para Iamamoto (1998), na crise da ditadura o Serviço Social vivia um descompasso. Ao mesmo tempo em que passou a dispor das condições materiais prático-profissionais e de suporte acadêmico para avançar rumo às lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania, carecia também de massa crítica acumulada para embasar sua autorrenovação.

Durante o período do regime militar, o Serviço social era demandado para aperfeiçoar tecnicamente as prestações de serviços e benefícios da assistência social, ou o "trato da pobreza", na implementação dos programas

sociais instituídos pelo Estado para manter o controle social da classe trabalhadora e corrigir os problemas e distorções gerados pela adoção de uma política de repressão e de arrocho salarial. O Serviço Social, então, assume uma prática profissional essencialmente burocrática, utilizando-se de velhos instrumentos operacionais (Silva; Carvalho, 2007, p.195).

De acordo com Cardoso (2013), a atuação da profissão nesse período se deu em três frentes:

> 1) No Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital.
> 2) Nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/ trabalho em meio às manifestações dos trabalhadores.
> 3) Na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana (Cardoso, 2013, p. 133)

O governo tomou algumas medidas significativas neste sentido. Em dezembro de 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Em 1969, o Decreto-Lei n°593 transformou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) de associação civil em Fundação Pública e a Lei Complementar de 1971[50] instituiu a assistência ao trabalhador rural, através do Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural), garantindo benefícios como aposentadoria por velhice e por invalidez; pensão; auxílio funeral; e serviços de saúde, sem a necessidade de comprovar tempo de contribuição.

Essas ações ocorreram devido à preocupação do Estado em controlar as explosões dos conflitos no campo. A realização destas políticas sociais fez com que os trabalhadores saíssem do estado de indigência, mas não foi suficiente para alterar o quadro de exploração, miséria, concentração de terras e renda e, consequentemente, violência.

É importante pontuar que apesar de identificarmos o avanço da assistência social, não podemos esquecer que tais direitos foram conquistados à custa de muita repressão e do silêncio imposto pela censura. E aí reside outra característica marcante da ditadura militar de 1964-1985: dentre tantos direitos que foram violados, a liberdade de expressão foi um direito que, fortemente, afetou os assistentes sociais à época, pois foram

[50] Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp11.htm. Acesso em 11 fev. 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

perseguidos dentro das universidades e dentro dos seus postos de trabalho. Quando acusados de subversão, eram afastados ou perdiam seus empregos.

Para Faleiros (CFESS, 2017, p.122), o golpe de 1964 foi uma ação tanto contra a democracia formal, como contra as lutas e propostas pela reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana no interesse das massas oprimidas. Resistir à ditadura era estar disposto a sofrer terríveis consequências. O assistente social Vicente de Paula Faleiros, em depoimento informou que quando foi detido, foi acusado pela Lei de Segurança Nacional de "tentar derrubar o Estado pela força" (CFESS, 2017, p. 125). Com esta acusação, mesmo voltando ao trabalho, foi rebaixado na função, demitido dos cargos de confiança e ainda mais vigiado. É importante apontar que havia pessoas do governo infiltradas em quase todos os espaços.

Em seu depoimento Rute Gusmão Pereira de Azevedo, disse que:

> [...] sofreu vários tipos de violências. [...] foi afastada da subchefia de divisão que ocupava na Legião Brasileira de Assistência (LBA); o fichamento pelo Serviço de Segurança da instituição em que trabalhava, a LBA, dirigido por um general; o isolamento de qualquer tipo de trabalho e convivência no trabalho por cerca de um ano; a discriminação no trabalho por razão ideológica; a ameaça, pela direção do Departamento de Serviço Social da LBA, por escrito, de demissão por razão ideológica (CFESS, 2017, p.116).

A assistente social Maria Lúcia de Souza, em depoimento, relata as violações de direitos que também sofreu:

> As violações que sofremos durante a ditadura causaram sérios danos à minha vida pessoal e profissional. Como, por exemplo, a privação do exercício profissional durante onze anos de clandestinidade, passando a cumprir a determinação do partido de integração na produção. E tal atividade se deu em três fábricas, a saber: uma no Nordeste e duas no Sudeste. Também tive limitações de participação em Instituições de ensino regulares; perda da identidade pessoal, pois tive que assumir outras, para não ser mais vitimizada pela ditadura militar (CFESS, 2017, p.67).

A assistente social Marilda Villela Iamamoto, nos mostra, através de depoimento dado durante conferência proferida em aula inaugural do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em março de 2014, que também sofreu diversas violações de direitos: "nesse período eu perdi o emprego. Eu era assistente social do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), hoje o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), eles me demitiram". A assistente social Marilda Iamamoto também contou à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora detalhes de sua prisão durante o regime militar: "Fui sequestrada na porta da minha casa", lembrou. Marilda é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

assistente social, formada pela universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde teve início sua militância. Durante a faculdade, nos anos de 1967 a 1971, militou no movimento Juventude Universitária Católica (JUC), participou ativamente do diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social e também do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Representou a Faculdade de Serviço Social na Executiva Nacional dos Estudantes (UNE), que à época era considerada ilegal. Vinculada ao movimento Ação Popular (AP), durante o Congresso da UNE, que ocorreu em Ibiúna no ano de 1968, Marilda ajudou a organizar "pequenos comícios" em ônibus e espaços público foram anos, denunciando prisões efetuadas pelo regime. "Nunca participei da luta armada. O que fazíamos é o que hoje o movimento estudantil faz numa instância democrática", ressaltou. Assim que se formou, a assistente social foi convidada para ministrar aulas na Universidade Católica de Minas (UCMG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e posteriormente foi aprovada em concurso do antigo INPS, hoje Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando a ser lotada na coordenação de Bem Estar no serviço de assistência ao menor excepcional, em Belo Horizonte, cidade onde ficou detida no DOI-Codi por 62 dias. Por intermédio de um professor da PUC-Minas, também militar, pode receber a visita de seus pais nos primeiros dias de cárcere. "Ele dizia que rapidamente eu seria liberada, mas aí bateu a conexão com o movimento estudantil de juiz de Fora, e resolveram me manter detida", recordou. Marilda relatou à CMV-JF as agressões sofridas e o que viu no tempo em que ficou presa. Nos dois primeiros dias de prisão, ficou sem dormir, passou mais de 24 horas sem água e comida. No terceiro dia, começaram as torturas físicas e a tortura psicológica intensificou-se. Tapas, socos no ouvido, choques nas mãos e ameaças constantes. "Sofri muitas agressões, fui inquirida, tiraram minha roupa, ameaçaram dar choques nos seios, na vagina, agressões do ponto de vista da minha pessoa por ser mulher", relatou. Após esse período no DOI- Codi de Belo Horizonte, foi julgada e condenada a seis meses de prisão. Não havia presídios femininos em Minas Gerais. Dom Geraldo de Moraes Penido, na ocasião, bispo de Juiz de Fora, interviu e a assistente social cumpriu a pena em Juiz de Fora, no instituto João Emílio. Após ser libertada, Marilda se casou, e sofreu na pele, junto com seu marido, a perseguição da ditadura. Perderam várias oportunidades de emprego, em diferentes lugares do país, o que ela denominou como "caça às bruxas". (Relatório à Comissão da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Verdade de Juiz de Fora, 2015, gentilmente cedido pela depoente para uso nesta pesquisa).

O governo militar utilizou-se da repressão, de benefícios assistenciais e da implementação de programas nacionais de cunho social para aumentar a sua base de apoio (Mioto; Nogueira, 2013). Segundo a assistente social Joaquina Barata Teixeira "houve cooptação, acomodação e medo", dos estudantes e profissionais do Serviço Social (CFESS, 2017, p.2 88).

Contudo, mesmo com toda a repressão, milhares de pessoas resistiram e lutaram contra o sistema opressor. Cândida Moreira Magalhães disse que: "Mesmo com repressão, fazíamos nossas reuniões, manifestações e panfletagens nos diversos bairros e no distrito industrial de Fortaleza. [...] a Lei de Segurança Nacional nos considerava inimigos da pátria" (CFESS, 2017, p. 26).

Neste sentido, apesar do forte aparato repressivo praticado contra o povo, a oposição democrática não desistiu da luta, e foram os movimentos de resistência que abriram o caminho para a redemocratização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 4.5
## Abertura política e luta pela redemocratização

O final dos anos 1970 e o início de1980 apresentou, no Brasil, um campo de abertura para os movimentos sociais. Em 1974, com a chegada do novo presidente da República, o general Ernesto Geisel, teve início um processo de abertura política "lenta, gradual e segura". Foi o primeiro passo dado em direção à redemocratização, ainda que o regime militar tenha se mantido alguns anos após o seu governo e, com ele, a vigilância e a repressão. O fato é que o regime, em finais dos anos 1970, começava a dar sinais de enfraquecimento.

O governo Geisel foi marcado pela crise econômica advinda da elevação dos preços do petróleo em 1973, que culminou numa crise mundial; pelas altas taxas de juros e inflação; dívida externa, além de duas mortes no DOI-Codi de São Paulo que, pela sua natureza brutal e covarde, trouxe grande desgaste para o regime. Era a "linha dura" dos militares e do aparato policial que continuava a reprimir e a torturar.

O jornalista Wladimir Herzog foi encontrado "enforcado com seu próprio cinto" em uma das celas do DOI-Codi, no dia 25 de outubro de 1975. Herzog

havia sido procurado, na noite anterior, por agentes de segurança que queriam levá-lo da TV Cultura, onde era diretor de jornalismo, para esclarecimentos sobre suas atividades políticas. O atestado de óbito aponta “asfixia mecânica por enforcamento”. O caso teve enorme repercussão, mas a sua morte pelo Estado brasileiro só foi reconhecida durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

O metalúrgico Manuel Fiel Filho foi morto no ano seguinte, 1976. Ele foi preso na manhã do dia 16 de janeiro por dois homens que o esperavam na fábrica Metal Arte, no bairro paulista da Moóca, onde trabalhava há 19 anos. Antes de irem para o DOI-Codi, os agentes revistaram a casa de Fiel em busca de livros. As circunstâncias da sua morte são idênticas as do estudante Alexandre Vannucchi Leme, do 1º tenente PM José Ferreira de Almeida e do jornalista Vladimir Herzog. Como ocorreu nesses casos, a morte foi registrada, na época, como suicídio, mas abalou significativamente a estrutura do regime militar, provocando o afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello, ocorrido três dias após a divulgação da morte de Manoel. Para os órgãos de segurança, o operário estava envolvido com o Partido Comunista do Brasil. A partir destes fatos, a ditadura entra na reta final.

O chamado “milagre econômico” também contribuiu para o enfraquecimento do governo militar. Foi a partir desta crise do milagre que muitos setores que antes deram sustentação ao regime (especialmente as classes médias) começaram a esboçar descontentamentos. A situação de crise atingiu também diferentes frações da burguesia, que passaram a disputar espaços de poder e avançaram no sentido de fortalecer suas instituições de classe e de exigir maior participação nas decisões políticas.

No campo político-partidário esses descontentamentos ficaram evidentes na significativa votação dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974. Paralelamente, começam a ganhar força os movimentos populares, como os das associações de moradores de bairros, de mulheres e o Movimento do Custo de Vida. Ressurgia também o movimento estudantil, marcado pela reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Além disso, se mobilizavam pelas liberdades democráticas entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), setores da Igreja e a imprensa alternativa.

Por outro lado, houve a manutenção do aparato repressivo e de mecanismos para barrar qualquer oposição mais sistemática ao regime, como a Lei Falcão (que proibia a apresentação de candidatos ao vivo na TV) e o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Pacote de Abril[51] (medidas que limitavam a distensão). Esse período foi marcado por um grande número de assassinatos e desaparecimentos – calcula-se que em torno de 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974 e 1979. Em 1978, foi revogado o AI-5, restaurado o *habeas corpus* para crimes políticos e o direito de não ser preso sem acusação ou mandado.

Inserida na pauta de reivindicações estava também a anistia aos presos políticos, aos cassados e aos banidos e exilados. As manifestações pela anistia começaram timidamente, com pequenas reuniões, mas, em compensação, a campanha recebia forte apoio no exterior, principalmente de órgãos como a Anistia Internacional.

A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, promulgada no governo João Figueiredo, veio, finalmente, para anistiar todos aqueles que cometeram crimes políticos. Foram beneficiados cinco mil brasileiros, entre presos políticos, banidos, exilados e pessoas atingidas por Atos Institucionais. Depois disso, inúmeros exilados regressaram ao país. Muitos destes militantes retomaram sua participação política e começaram a se reorganizar, fundando grupos e organizações de luta.

Mas a legislação não contemplava a anistia "ampla, geral e irrestrita" – refrão gritado nas ruas pelos manifestantes. Aqueles que praticaram crimes em nome do Estado – tortura, morte, desaparecimento – não seriam punidos. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de rever a Lei da Anistia. A OAB pretendia que a Suprema Corte anulasse o perdão dado aos representantes do Estado (policiais e militares) acusados de praticar atos de tortura durante o regime militar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

## 4.6
## A classe operária e a abertura democrática

Em 1978 começou a reorganização do movimento operário e sindical com a greve da fábrica da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, quando os trabalhadores cruzaram os braços. A paralisação de operários, mestres, contramestres, chefes e inspetores foi a primeira com tais proporções desde 1968. Os trabalhadores reivindicavam aumento salarial de 20%.

[51] O Pacote de Abril foi um conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977 pelo presidente Ernesto Geisel que, dentre outras medidas, fechou temporariamente o Congresso Nacional. A imprensa chamou este conjunto de leis de Pacote de Abril.

Os próprios grevistas informaram que o movimento pela paralisação vinha sendo preparado há cerca de dois meses. A greve da Scania foi o estopim para paralisações na Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen, sob a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, o Lula. Com as greves, também se intensificou a repressão policial.

De acordo com Almeida (1983, p.285), a espinha dorsal do movimento sindical deste período pré-redemocratização foi constituída pelos "[...] trabalhadores da grande indústria de ponta-automobilística, metal, mecânica, siderúrgica, petrolífera [...], que contaram com o apoio de [...] dois outros pilares: os profissionais assalariados de 'classe média' e os trabalhadores do campo".

Em 1979, o presidente da República, o general João Baptista Figueiredo, ao tomar posse anunciou a intenção de "fazer deste país uma democracia" (Rodrigues, 2017, p. 121). Figueiredo se comprometeu a conduzir a abertura política e combater a crise econômica, que abateu o país, com a alta dos preços do petróleo e dos juros internacionais. Irromperam inúmeras greves nas indústrias automobilísticas da região do ABC, em São Paulo.

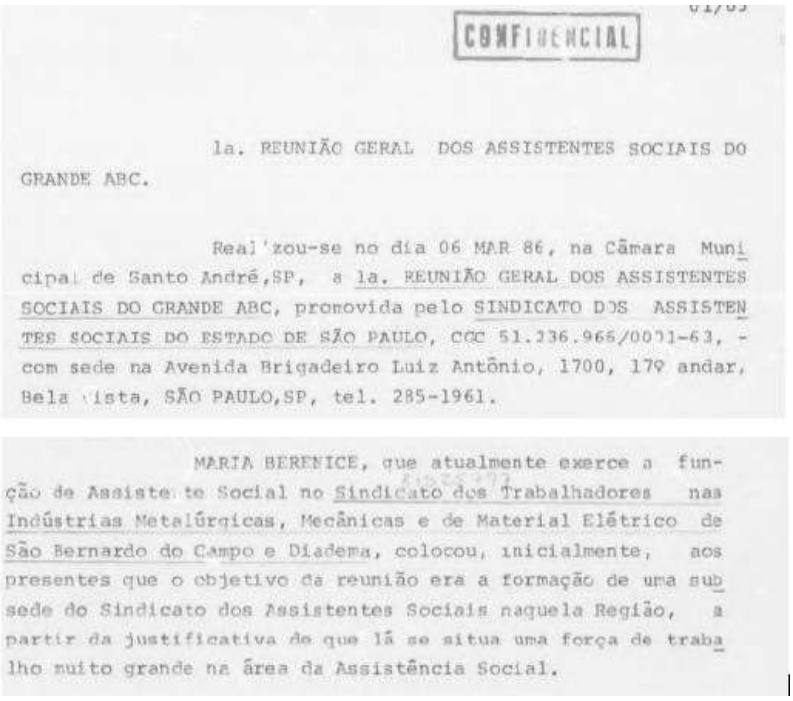
O Brasil explodiu em greves. A grande greve do ABC foi considerada ilegal e a PM, junto à tropa de choque, foi lançada violentamente sobre a classe trabalhadora. O governo interveio nos sindicatos e os dirigentes foram afastados. Em novembro, foi aprovada a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, extinguindo o bipartidarismo. Foram criadas dezenas de partidos, tais como o Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB; a retomada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a criação dos novos agrupamentos: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; o Partido Popular (PP), de Tancredo Neves, e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em abril de 1980 as greves foram retomadas e novamente o sindicato de São Bernardo recebeu intervenção, com a prisão de seus principais líderes, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. As forças democráticas da década de 1980 avançavam com o acirramento da luta de classes, que se expressou em greves massivas com reivindicações que estavam além das questões econômicas. Englobavam, sobretudo, a luta pela própria cidadania dos trabalhadores, que se faz na conquista dos seus direitos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Para ilustrar como assistentes sociais estavam ativos e próximos aos movimentos e lutas sociais da época (lembrando que o movimento de renovação da profissão estava avançado no período), apresentamos parte de documento do SNI reproduzido na figura nº 16, um relatório de vigilância sobre a 1ª Reunião de assistente sociais do Grande ABC, promovida pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo, em 1986, já após o fim "oficial" do regime militar.

**Figura nº 16 – Relatório sobre a 1ª Reunião Geral de assistentes sociais do Grande ABC, 1986**



CONFIDENCIAL

1a. REUNIÃO GERAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO GRANDE ABC.

Realizou-se no dia 06 MAR 86, na Câmara Municipal de Santo André,SP, a 1a. REUNIÃO GERAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO GRANDE ABC, promovida pelo SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CGC 51.236.966/0001-63, - com sede na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1700, 17º andar, Bela Vista, SÃO PAULO,SP, tel. 285-1961.

MARIA BERENICE, que atualmente exerce a função de Assistente Social no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, colocou, inicialmente, aos presentes que o objetivo da reunião era a formação de uma subsede do Sindicato dos Assistentes Sociais naquela Região, a partir da justificativa de que lá se situa uma força de trabalho muito grande na área da Assistência Social.

Fonte: Banco de Banco de Dados Memórias Reveladas. Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação ASP-17945-86.

É importante destacar que nesse processo de distensão da ditadura, o povo estava organizado, com grande articulação dos estudantes, dos movimentos sociais, dos trabalhadores e do movimento pela anistia. Houve, inclusive, neste sentido, a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), em 1975, objetivando que os presos políticos fossem soltos, que os exilados pudessem voltar à pátria e os cassados recebessem justiça.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

No dia 28 de agosto de 1979, o então presidente Figueiredo assinou a Lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia. Com essa lei foram revogadas as penalidades propostas nas legislações do regime militar como o exílio, a perda de direitos políticos, as aposentadorias compulsórias, dentre outras punições. As absolvições foram concedidas tanto aos militares que atuavam em favor do regime, quanto aos demais cidadãos que se opuseram ao regime. Dessa forma, os crimes cometidos pelos agentes do regime também não poderiam ser julgados. Ou seja, esta lei permitiu o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, mas os torturadores também foram anistiados sem ser responsabilizados por suas ações durante o regime de exceção.

O assistente social Vicente Faleiros, que até aquele momento estava exilado com sua família no Chile, disse que:

> Com a anistia em 1979, pudemos obter um passaporte de vinda, válido por um dia, iniciando uma aprendizagem do Brasil na prática do dia a dia, na cidade de São Paulo. Buscávamos trabalho, tendo possibilidade na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que acolheu, em 1980, professores que retornavam ao Brasil (CEFSS, 2017, p.128).

Em novembro de 1979 foram previstas eleições diretas para os governadores de Estados, e foi extinta a eleição indireta para senadores. Somente no ano de 1982 foram realizadas as eleições diretas para compor os quadros executivos dos estados e da Câmara Federal, sendo a oposição majoritariamente vitoriosa nesses pleitos.

Antes, porém, entre 1980 e 1981, os grupos mais reacionários dentro das Forças Armadas apelaram para o terrorismo, em uma série de atentados a bomba e sequestros. No dia 30 de abril de 1981 explodiram uma bomba no Riocentro (centro de convenções do Rio de Janeiro), onde se realizava um grande festival de música em homenagem ao Dia do Trabalhador. Os militares foram inocentados, mas o governo do general Figueiredo foi afetado pelo episódio. Na ocasião, o governo culpou radicais da esquerda pelo atentado, mas essa hipótese já não tinha sustentação na época, pois grupos guerrilheiros de esquerda haviam sido completamente extintos em 1974 (Reis Filho, 1991). Atualmente, restou comprovado, pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade e investigações do Ministério Público Federal (MPF), que o atentado no Riocentro foi uma tentativa de setores mais radicais do governo (principalmente do CIE e parcelas do SNI) de convencer os setores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

mais moderados de que era necessária uma nova onda de repressão de modo a paralisar a lenta abertura política que estava em andamento.

O atentado do Riocentro é emblemático porque revela a torpeza e os objetivos desse grupo de radicais, integrado por membros das Forças Armadas, que estava disposto a detonar artefatos explosivos contra a própria população, num show com 20 mil jovens presentes, com o objetivo de gerar clima de pânico e justificar novo endurecimento da ditadura militar. Esse episódio, portanto, foi um marco na fase de decadência do regime militar no Brasil.

Assim, em 1982, ocorrem as primeiras eleições para governador após dezoito anos de ditadura. A partir de então, os movimentos populares deram continuidade à luta pela redemocratização do país, articulando-se com as centrais de trabalhadores, como a CUT, CGT etc., buscando apoio de vários setores da igreja e, também, de instituições como a OAB. Nesse período ocorreram também diversas manifestações, conhecidas como as “Diretas Já”, entre 1983 até 1984, reivindicando eleições diretas para a presidência da República. Mais de 1 milhão e 200 mil brasileiros foram às ruas exigir o direito de votar para presidente.

Com o crescimento do movimento, que coincidiu com o agravamento da crise econômica (em que coexistiam a inflação e uma profunda recessão), houve a mobilização de entidades de classe e de sindicatos. A manifestação contou com representantes de diversas correntes políticas e de pensamento, todas unidas pelo desejo de eleições diretas para presidente da República e pelo processo de redemocratização do país. A repressão aumentou, mas o movimento pela liberdade não retrocedeu e os democratas intensificaram as manifestações por eleições diretas. Na televisão, o general Figueiredo classificava como “subversivos” os protestos que aconteciam em todo o Brasil.

Assim, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, como candidato da coligação Aliança Democrática, encabeçada pelo PMDB e pela Frente Liberal. Seu opositor foi Paulo Maluf, candidato pelo PDS, que recebeu 180 votos. Mesmo sendo indireta, a oposição mobilizou a população em dezenas de comícios em todo o país. O Colégio Eleitoral era formado por deputados federais, senadores, e delegados de cada Assembleia Legislativa dos Estados.

No plano político, a redemocratização no Brasil se consolidou com a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Foi instalada no Congresso

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Nacional, em Brasília, em 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. Sua convocação foi resultado do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. O presidente, entretanto, morreu antes de assumir o cargo. Ficou nas mãos de José Sarney (1985-1990), o vice-presidente eleito indiretamente, assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia. Os trabalhos da Constituinte foram encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira (Oliveira, 1993).

Sendo promulgada em 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional, que também ficou conhecida como Constituição Cidadã, foi muito celebrada pelas mudanças apresentadas e pela preocupação com os direitos dos cidadãos brasileiros e permitiu, em alguma medida, um novo pacto político.

Este capítulo buscou demonstrar as relações entre o Serviço Social e a ditadura militar no Brasil. Diante do exposto, é possível afirmar que a ditadura militar e o Movimento de Reconceituação marcaram de forma definitiva o Serviço Social latino-americano, em especial o brasileiro. Foi possível também observar que a renovação do Serviço Social se processou durante e após a ditadura militar burguesa, conservando uma ligação intricada e bastante complicada com a representação conservadora anterior a profissão. A renovação surge sob a crise e o esgotamento da legitimação das constituições profissionais “tradicionais”, recuperando seus pontos centrais para desconstruí-los. No entanto, o processo ainda está inacabado, assim como a redemocratização no país, pois as disputas de classes e os interesses dominantes, inclusive os do capital estrangeiro, não dão trégua a perspectivas que buscam a emancipação da classe trabalhadora.

Os dados apresentados indicam que o Serviço Social precisa conhecer melhor o período da ditadura militar no que se refere às atividades de estudantes, professores e assistentes sociais na luta contra o regime instaurado em 1964, para que aspectos ainda pouco debatidos sobre a história do país e sobre a sua própria história, fundamentais para o avanço do processo de renovação da profissão, sejam objeto de mais debates.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# 5
# Considerações finais

Após percorrermos um longo caminho no desenvolvimento desta pesquisa, podemos trazer algumas reflexões finais. Sem, contudo, no intuito de afirmar que o tema se esgotou, mas, antes, deixar posto que ainda é necessário explorar mais e aprofundar o tema proposto, pois o Brasil precisa resgatar a sua memória e manter a esperança de que, períodos como os dos 21 anos de ditadura não mais se repitam. Para que se possa preservar a memória brasileira, temos que compreender, por exemplo, que os documentos que tratam deste assunto também fazem parte da nossa história e devem ser preservados e melhor conhecidos.

Entre 1964 e 1985 a ditadura militar interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. O golpe estabeleceu no Brasil uma ditadura que durou 21 anos. Esse é um aspecto interessante, pois há gerações, principalmente a nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre a ditadura militar, e outra, que passou pelo período da ditadura e olha para a nossa democracia como um processo em constante desconstrução e reconstrução em nosso país.

O que leva ao entendimento da importância de se contribuir para revelar um pouco sobre a história da resistência à ditadura que se implantou no Brasil em 1964 e que permaneceu diretamente no poder até a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985.

Nessa perspectiva, tornou-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação decisiva de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso da força militar. Identificar a participação de relevantes sujeitos para além dos militares no golpe de 1964 permite afirmar que não se sustenta a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/terrorista e outro que defendia uma ordem democrática. Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de repressão e estado de terror, aplicado por meio de atos institucionais e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

extrainstitucionais, que sufocaram lideranças políticas e ensejaram o surgimento de personagens destituídos de ética e de civilidade.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, das mulheres, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente necessário, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Isso permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva para o resgate da memória e do entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade.

E a memória, cabe apontar, é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Ou seja, a memória joga papel fundamental no processo de autorreconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

Dessa forma, enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Esse dever cívico ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações sistemáticas e maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

De forma geral, este estudo pretendeu, portanto, contribuir para revelar um pouco sobre a história da resistência à ditadura que se implantou no Brasil em 1964. Nesse período, muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e diversas pessoas de vários setores da sociedade lutaram pelo restabelecimento da democracia. Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Para sobreviver, inúmeros brasileiros foram obrigados a se exilar. Sem contar aqueles que, geralmente, não são contabilizados, como os povos indígenas e camponeses.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Nesse contexto, entendemos que o estudo realizado acerca das violações de direitos sofridas pelos trabalhadores assistentes sociais no período da ditadura militar, no Brasil, buscou contribuir com dados e reflexões para torná-lo mais conhecido no que se refere às atividades de estudantes, professores e assistentes sociais na luta contra o regime ditatorial instaurado em 1964, para que aspectos ainda pouco debatidos sobre a sua história e sobre a própria história do país, fundamentais para o entendimento do processo de renovação da profissão, sejam objeto de mais debates.

A ditadura militar brasileira vigorou por 21 anos, entre 1964 e 1985. A população brasileira passou a ser comandada por sucessivos governos militares. No que diz respeito a este processo, o nosso estudo buscou apresentar, alguns fatos principais, por exemplo, como se antecedeu o golpe, o pós-golpe e perpassamos pelos estudos sobre os sistemas repressivos e as formas de torturas que o Estado utilizou, tendo um olhar voltado para as violações de direitos que sofreram os assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, em que foi possível analisar documentos e depoimentos que demonstraram as prisões arbitrárias, torturas, estupros, etc., realizados pelas forças militares e policiais no país.

Ainda no que se refere ao regime ditatorial, apontamos os movimentos sociais que foram duramente reprimidos, mas que resistiram e foram de grande importância para a retomada da democracia, principalmente a partir de 1974, quando foi iniciado o processo de “abertura”, que pretendia restaurar as liberdades políticas. Pode-se apontar o ano de 1978, quando houve intensas greves dos trabalhadores na região do ABC Paulista e juntos estavam os movimentos sociais, os estudantes, movimento pela anistia e tantas outras pessoas lutando, contribuindo, dessa forma, no enfraquecimento do regime.

Apesar dos movimentos se encontrarem mais articulados, o regime autoritário intensificou a violência. Um fator importante neste processo foi o movimento pela anistia. A anistia ocorreu em 1979, não sendo “ampla, geral e irrestrita”, ou seja, os torturadores foram anistiados, sem serem responsabilizados pelos crimes e as atrocidades que cometeram. Mesmo que seja inegável reconhecer que a anistia permitiu o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, ainda pensamos que este passado tenebroso precisa ser revisto e analisado, pois o fato dos torturadores serem anistiados nos causa grandes incômodos e levanta várias discussões.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

Nesse contexto, foi possível perceber que, devido ao fato do Estado não ter responsabilizado os torturadores, se abriu margem para interpretações de que as violações de direitos, à época, foram necessárias. E não é diferente quando o atual presidente do Brasil defende e comemora a ditadura militar.

Dessa forma, enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Já, no que concerne ao Serviço Social na ditadura militar brasileira, foi um momento de importantes mudanças. Apesar do sistema autoritário e repressivo, o Serviço Social passou por questionamentos metodológicos, mas sem poder questionar o seu papel na sociedade abertamente, por conta das represálias. Os que lutaram, e lutaram como puderam, e os documentos mostraram muitos assistentes sociais que resistiram à ditadura, ainda que não mostrem claramente que a lutas também eram em prol da renovação do Serviço Social, deixam pistas para pensarmos que, se estes assistentes sociais estavam enfrentando os porões da ditadura, eram porque acreditavam em mundo mais igualitário, e, neste sentido, não se foge ao pensamento de que as expressões da questão social causada pela ditadura militar também eram parte da luta destes assistentes sociais e estudantes de Serviço Social.

A pesquisa desenvolvida permitiu observar que, metodologicamente, a reconceituação marcou de forma definitiva o Serviço Social latino-americano. Mas a renovação do Serviço Social se processou durante e após a ditadura militar burguesa, conservando uma ligação intricada e bastante complicada com a representação conservadora anterior a profissão. A renovação surge sob a crise e o esgotamento da legitimação das constituições profissionais “tradicionais”, recuperando os pontos centrais, como também surge a restrição das opções de escolha inseridas nos contextos da crise.

O estudo realizado também procurou mostrar que o Serviço Social ainda precisa conhecer melhor o período da ditadura militar no Brasil no que se refere às atividades de estudantes, professores e assistentes sociais na luta contra o regime militar instaurado em 1964, para que aspectos ainda pouco debatidos sobre a sua história e sobre a própria história do país, fundamentais para o entendimento do processo de renovação da profissão, sejam objeto de mais debates, pois também compreendemos que este

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

assunto não se esgota, sobretudo porque vivemos num sistema capitalista em constantes mudanças e a profissão necessita se adequar às novas demandas sociais que lhes são postas em cada contexto histórico, mas que são, também, resultantes do processo histórico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# 6
# Referências bibliográficas


ADORNO, Sergio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**. Vol. X, n 2, jul/dez, 1995, p.299-324.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O movimento grevista recente (1979). In: VIANNA, Luís Werneck. **A classe operária e abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes de Bolso, 2011.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. A trajetória política de João Goulart - Jânio Quadros. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros. Acesso em 13 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 4.330 de 1º de junho de 1964**. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4330.htm. Acesso em 14 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 314 de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto- lei/1965-1988/del0314.htm#art68. Acesso em 10 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37


PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 16 abr. 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V. 1. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf . Acesso em 12 jan. 2020.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luiz do Couto Neto e (orgs.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS). **Teorização do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CELESTE FILHO, Macioniro. A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 7, p. 161-188, 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. 2 ed. FGV/CPDOC, 2000. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb. Acesso em 13 fev. 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): partidos políticos nacionais. In: CPDOC. **Navegando na História**. A Era Vargas, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos. Acesso em 13 fev. 2020.

CENTRO DE REFERÊNCIA DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (1964-1985) - MEMÓRIAS REVELADAS. **Relatório do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964- 1985)** – Memórias Reveladas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS. **Dossiê Ditadura**: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura**: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf. Último acesso em 30 mar. 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DATAFOLHA. Instituto de Pesquisas do Grupo Folha. B**rasileiros preferem democracia, mas são críticos com seu funcionamento**. Pesquisa, 31 de março de 2014. São Paulo. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml. Acesso em 12 jan. 2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baia dos Porcos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 105-122, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 mar. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOLHA DE S. PAULO (20 de março de 1964). "São Paulo parou ontem para defender o regime". **Folha de S. Paulo**. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm. Acesso em 15 mar. 2021.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. Vol. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A consolidação do Estado autoritário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 18/04/2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2006/04/18/a-consolidacao-do-estado-autoritario/. Acesso em 10 mai. 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Coleção As ilusões armadas, v.1. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. 3 ed. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. **A escrita da repressão e da subversão**: 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO Rafael. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf. Acesso em 17 fev. 2019.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, vol. 2, núm. 1, jan.-jun., 2010, p. 111-135, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar: Comício das Reformas. In: **A trajetória política de João Goulart**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas. Aceso em 7 dez. 2020.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**. Que as armas não falem. São Paulo: SESC-SP, 2001.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. **Acción Y ideologia**: psicologia social desde Centro América. San Salvador: UCA, 2012.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

MEDEIROS, Luciene (org.). **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**. 1 ed. Rio de Janeiro : Letra Capital; PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIOTO, Regina Celia. Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v.16, 2013.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

NETTO, José Paulo**. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise crítica do Serviço Social no Brasil pós-64. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 84, p. 5-20, São Paulo: Cortez, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. La Reconceptualización continúa viva, 40 años después. In: ALAYÓN, Norberto (org.). **Trabajo Social Latinoamericano**: a 40 años de la reconceptualización. 2 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e transformações societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de Informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987**: quais são, onde buscá-las e como usá-las. Brasília: Senado Federal, 1993. Disponível em:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituinte/fontes.pdf. Acesso em 19 mar. 2021.

PALMAR, Aloisio Ferreira. Site **Documentos Revelados**. Disponível em: https://www.documentosrevelados.com.br/.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Sociologia & Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, Daniel Aarão.(org). **História do marxismo no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do marxismo**. V. 5. Campinas: Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis**: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Sergipe: Edise, 2017.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, 2008, p. 279-309, Florianópolis: UFSC.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A trajetória política de João Goulart – O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: **A trajetória política de João Goulart**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica. Acesso em 17 mar. 2020.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR). **Direitos humanos**: percepções da opinião pública. Brasília: SDH/PR, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

SILVA, Betânia Maria. Ramos da. **Assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na luta contra o regime ditatorial no Brasil (1964-1985)**. Relatório de pesquisa PIBIC. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017. 20 p. Disponível em: http://www.pucrio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2018/relatorios_pdf/ccs/SER/SERBet%C3%A2nia%20Maria%20Ramos%20da%20Silva.pdf. Acesso em 16 jul. 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano**. Vol. 4: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG**, v. 4, n. 8, Brasília, 2007.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.8, 2014, p.379-397.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º semestre de 2014, n.33, v. 12, p. 21- 44.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção de um feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968 - O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXOS

# ANEXO 1

## Demonstrativo dos documentos encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas

| Documentos Encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas - BDMR | |
|---|---|
| **Palavras-Chave** | **Registros** |
| "Serviço Social" | 7.944 |
| "Assistente Social" | 3.007 |
| "Estudantes" | 69.626 |
| "Estudantes de Serviço Social" | 84 |
| "Reconceituação" | 27 |
| Total de Documentos | 80.684 |

## Página inicial de pesquisa do Banco de Dados Memórias Reveladas

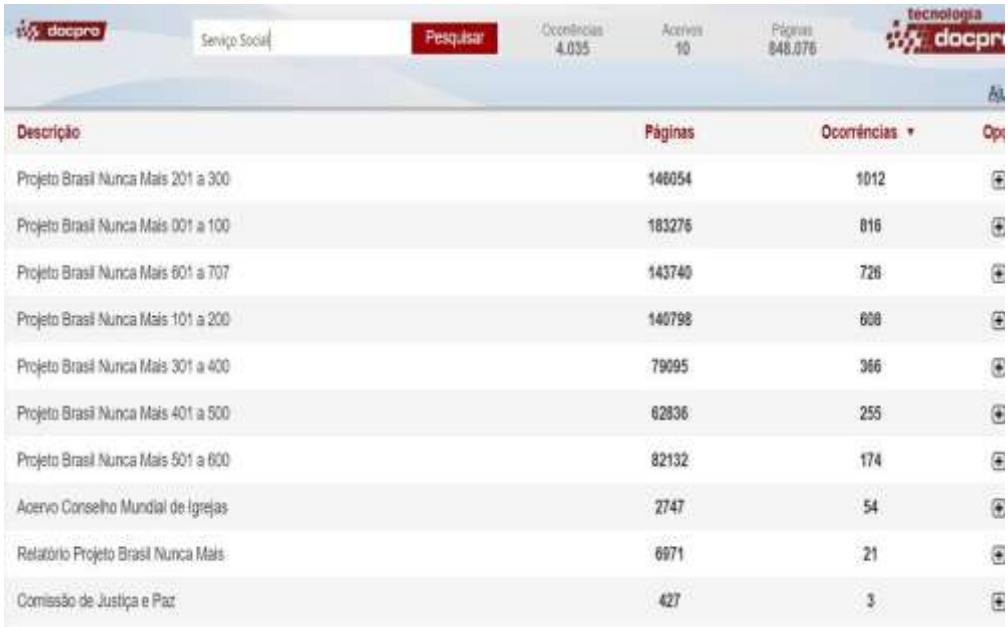
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXO 2

## Demonstrativo dos documentos encontrados no Banco de Dados Brasil Nunca mais Digital – BNM Digital

| Documentos Encontrados no Banco de Dados BNM-Digital | |
|---|---|
| **Palavras-Chave** | **Registros** |
| "Serviço Social” | 4.035 |
| "Assistente Social" | 798 |
| "Estudantes" | 15.028 |
| "Estudantes de Serviço Social" | 248 |
| "Reconceituação" | 01 |
| Total de Documentos Encontrados | 20.110 |

## Páginas com resultados de pesquisa do Banco de Dados Brasil Nunca Mais Digital




| Descrição | Páginas | Ocorrências |
|---|---|---|
| Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300 | 146054 | 1012 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100 | 183276 | 816 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707 | 143740 | 726 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200 | 140798 | 608 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400 | 79095 | 366 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 401 a 500 | 62836 | 255 |
| Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600 | 82132 | 174 |
| Acervo Conselho Mundial de Igrejas | 2747 | 54 |
| Relatório Projeto Brasil Nunca Mais | 6971 | 21 |
| Comissão de Justiça e Paz | 427 | 3 |

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

docpro | Assistente Social | Pesquisar | Ocorrências 798 | Acervos 10 | Páginas 848.076 | tecnologia docpro

Aju

| Descrição | Páginas | Ocorrências ▼ | Opç |
|---|---|---|---|
| Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300 | 146054 | 216 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100 | 183276 | 163 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707 | 143740 | 151 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200 | 140798 | 125 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400 | 79095 | 58 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 401 a 500 | 62836 | 30 | ⊕ |
| Relatório Projeto Brasil Nunca Mais | 6971 | 23 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600 | 82132 | 21 | ⊕ |
| Acervo Conselho Mundial de Igrejas | 2747 | 8 | ⊕ |
| Comissão de Justiça e Paz | 427 | 3 | ⊕ |

docpro | Estudantes | Pesquisar | Ocorrências 15.028 | Acervos 10 | Páginas 848.076 | tecnologia docpro

Aju

| Descrição | Páginas | Ocorrências ▼ | Opç |
|---|---|---|---|
| Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707 | 143740 | 3334 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100 | 183276 | 3095 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300 | 146054 | 2652 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400 | 79095 | 2604 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200 | 140798 | 1374 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 401 a 500 | 62836 | 888 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600 | 82132 | 618 | ⊕ |
| Relatório Projeto Brasil Nunca Mais | 6971 | 365 | ⊕ |
| Acervo Conselho Mundial de Igrejas | 2747 | 85 | ⊕ |
| Comissão de Justiça e Paz | 427 | 13 | ⊕ |

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

docpro | Estudantes Serviço Social | Pesquisar | Ocorrências 248 | Acervos 10 | Páginas 848.076 | tecnologia docpro

Ajuda

| Descrição | Páginas | Ocorrências ▼ | Opções |
|---|---|---|---|
| Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707 | 143740 | 56 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300 | 146054 | 55 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100 | 183276 | 49 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200 | 140798 | 29 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400 | 79095 | 23 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 401 a 500 | 62836 | 13 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600 | 82132 | 11 | ⊕ |
| Relatório Projeto Brasil Nunca Mais | 6971 | 6 | ⊕ |
| Acervo Conselho Mundial de Igrejas | 2747 | 6 | ⊕ |
| Comissão de Justiça e Paz | 427 | 0 | ⊕ |

docpro | Reconciliação | Pesquisar | Ocorrências 1 | Acervos 10 | Páginas 848.076 | tecnologia docpro

Aju

| Descrição | Páginas | Ocorrências ▼ | Opç |
|---|---|---|---|
| Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600 | 82132 | 1 | ⊕ |
| Relatório Projeto Brasil Nunca Mais | 6971 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100 | 183276 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200 | 140798 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300 | 146054 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400 | 79095 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 401 a 500 | 62836 | 0 | ⊕ |
| Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707 | 143740 | 0 | ⊕ |
| Acervo Conselho Mundial de Igrejas | 2747 | 0 | ⊕ |
| Comissão de Justiça e Paz | 427 | 0 | ⊕ |

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXO 3

## Nomes de assistentes sociais encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas

| |
|---|
| 1. Ana Flora do Nascimento Amado |
| 2. Ana Maria Quiroga Fausto |
| 3. Ana Maria Ramos Estevão |
| 4. Ana Maria Santos Rolemberg Cortês |
| 5. Cândida Moreira Magalhães |
| 6. Ceci Soto |
| 7. Cesarina de Tal |
| 8. Consuelo Quiroga |
| 9. Deine Morais |
| 10. Dorma Teresa de Oliveira |
| 11. Eloisa Corrêa de Resende Dias Duarte |
| 12. Erica Boyer Roth |
| 13. Eva Terezinha Silveira Faleiros |
| 14. Geralda de Oliveira Fantini |
| 15. Gilse Maria Cosenza Avelar |
| 16. Helena Lima |
| 17. Ilda Brandle Siegl |
| 18. Joaquina Barata Teixeira |
| 19. Jorge Krung |
| 20. José Paulo Netto |
| 21. Laudelina Maria Carneiro |
| 22. Leila Lima Santos |
| 23. Luiza Erudina de Souza |
| 24. Maria Beatriz Costa Abramides |
| 25. Maria do Socorro Moraes |
| 26. Maria Emilia Lisboa Pacheco. |
| 27. Maria Helena de Paula Frota |
| 28. Maria Helena Tenório |
| 29. Maria Lúcia Souza |
| 30. Maria Rosangela Batistone |
| 31. Marilda Soares Villela |
| 32. Mariléia Venancio Porfírio |
| 33. Marlene Florio |
| 34. Priscila Mellilo de Magalhães Bredariol |
| 35. Rosalina Santa Cruz |
| 36. Rute Gusmão Pereira de Azevedo |
| 37. Vera Joana Bornstein |
| 38. Vicente De daula Faleiros |
| 39. Yara Spadini |

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXO 4

## Nomes de assistentes sociais encontrados no Banco de Dados Brasil Nunca Mais Digital

| |
|---|
| 1. Almerinda Freire da Silva |
| 2. Ana Cortês |
| 3. Ana Flora do Nascimento Amado |
| 4. Ana Maria da Costa Carvalho |
| 5. Ana Maria Guedes |
| 6. Ana Venáncio |
| 7. Angela Maria De Abreu Maia |
| 8. Cândida Moreira Magalhães |
| 9. Ceci Soto |
| 10. Célia Souza Costa |
| 11. Clarissa de Sena Balduino |
| 12. Clea de Souza Costa |
| 13. Clenir Mansira |
| 14. Dormateresa de Oliveira |
| 15. Eleuza Bilemjiane |
| 16. Elizabeth Andrade Ribeiro Oliveira |
| 17. Eloisa Corrêa de Resende Dias Duarte |
| 18. Erica Boyer Roth |
| 19. Fátima Elisabete F. da Fonseca |
| 20. Flora Nascimento |
| 21. Funika Higutchi |
| 22. Geralda de Oliveira Fantini |
| 23. Gilse Maria Cosenza Avelar |
| 24. Helena Teixeira de Lacerda |
| 25. Ilda Brandle Siegl |
| 26. Irene Carmem W. Telles |
| 27. Isa Quintons Guerra |
| 28. João Batista Gomes |
| 29. José Nascimento de França |
| 30. José Paulo Netto |
| 31. Laudelina Maria Carneiro |
| 32. Leonilda Litron de Moraes de Andrade |
| 33. Luiza Gilka Oliveira Rabelo |
| 34. Maria Beatriz Costa Abramides |
| 35. Maria Celia de Castro Pena |
| 36. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro |
| 37. Maria Emília Lisboa Pacheco |
| 38. Maria Helena de Paula Frota |
| 39. Maria Helena Teixeira Lacerda |

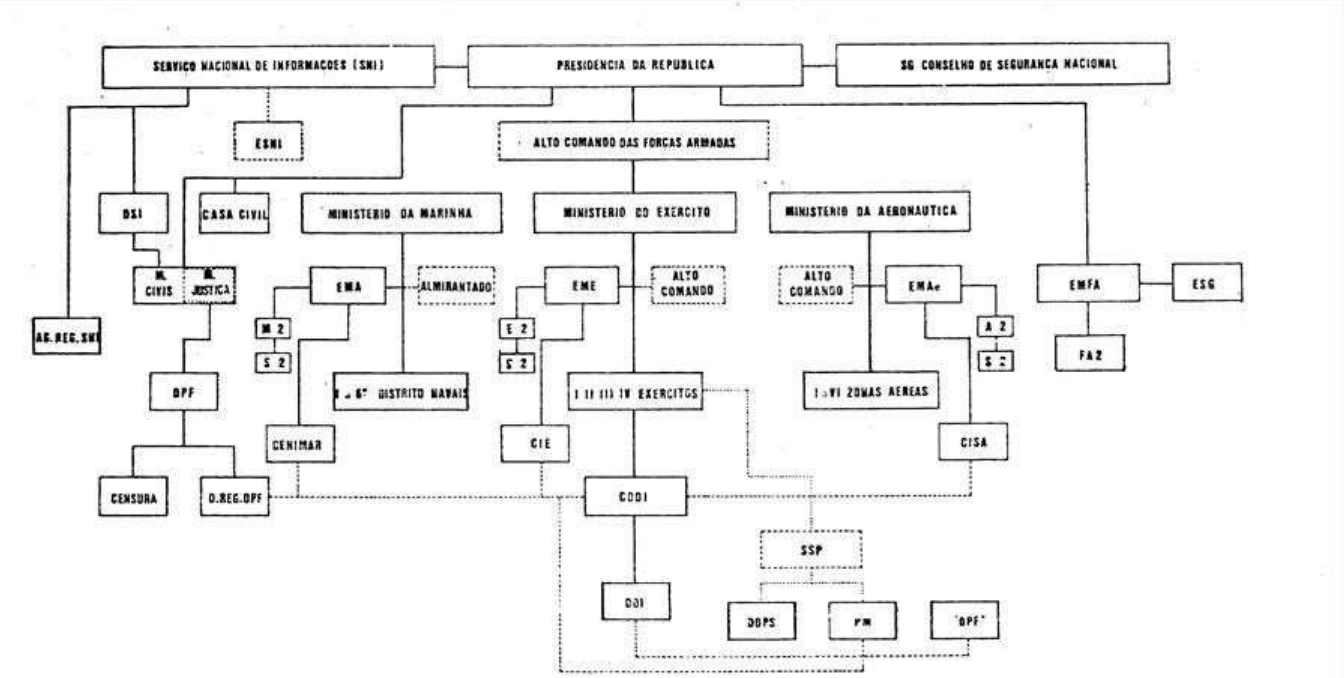
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

| |
|---|
| 40. Maria José Borges Soares Fontes |
| 41. Maria Lúcia Souza |
| 42. Maria Luiza de Barros Carvalho |
| 43. Maria Nelza Ribeiro |
| 44. Marilda Soares Villela |
| 45. Marlene Antônia Helena |
| 46. Marlene Florio |
| 47. Marly Nacif |
| 48. Priscila Mellilo de Magalhães Brendariol |
| 49. Rosa Maria Noleto Amorim |
| 50. Rosalina Santa Cruz |
| 51. Thereza Aurelia Alvares Vidgal |
| 52. Vera Joana Bornstein |
| 53. Vicente de Paula Faleiros |
| 54. Vilma de Tal |
| 55. Yara Spadini |

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXO 5
## Organograma do aparelho repressivo




SG/CSN - Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (O Titular do CG é o chefe da Casa Militar da Presidência da República).

AG. REG. SNI - Agências Regionais do Serviço Nacional de Informações.

EME - Estado-Maior do Exército.

EMA - Estado-Maior da Armada.

EMAe - Estado-Maior da Aeronáutica.

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas.

EA-2 - Segunda Seção do Estado-Maior das Forças Armadas.

CIE - Centro de Informações do Exército.

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha.

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.

E2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Exército.

M2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Marinha.

A2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Aeronáutica.

S2 - Segunda Seção - Serviço Secreto ao nível de tropa.

CODI - Centro de Operações e Defesa Interna.

DOI - Destacamento de Operações de Informações.

DSI - Divisão de Segurança Interna.

DPF - Departamento de Polícia Federal.

D.REG.DPF - Delegacia Regional do DPF.

SSP - Secretaria de Segurança Pública (no gráfico é representada por linhas construídas em pontos. O efeito é lembrar que a SSP é um organismo formalmente ligado à administração estadual.)

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.

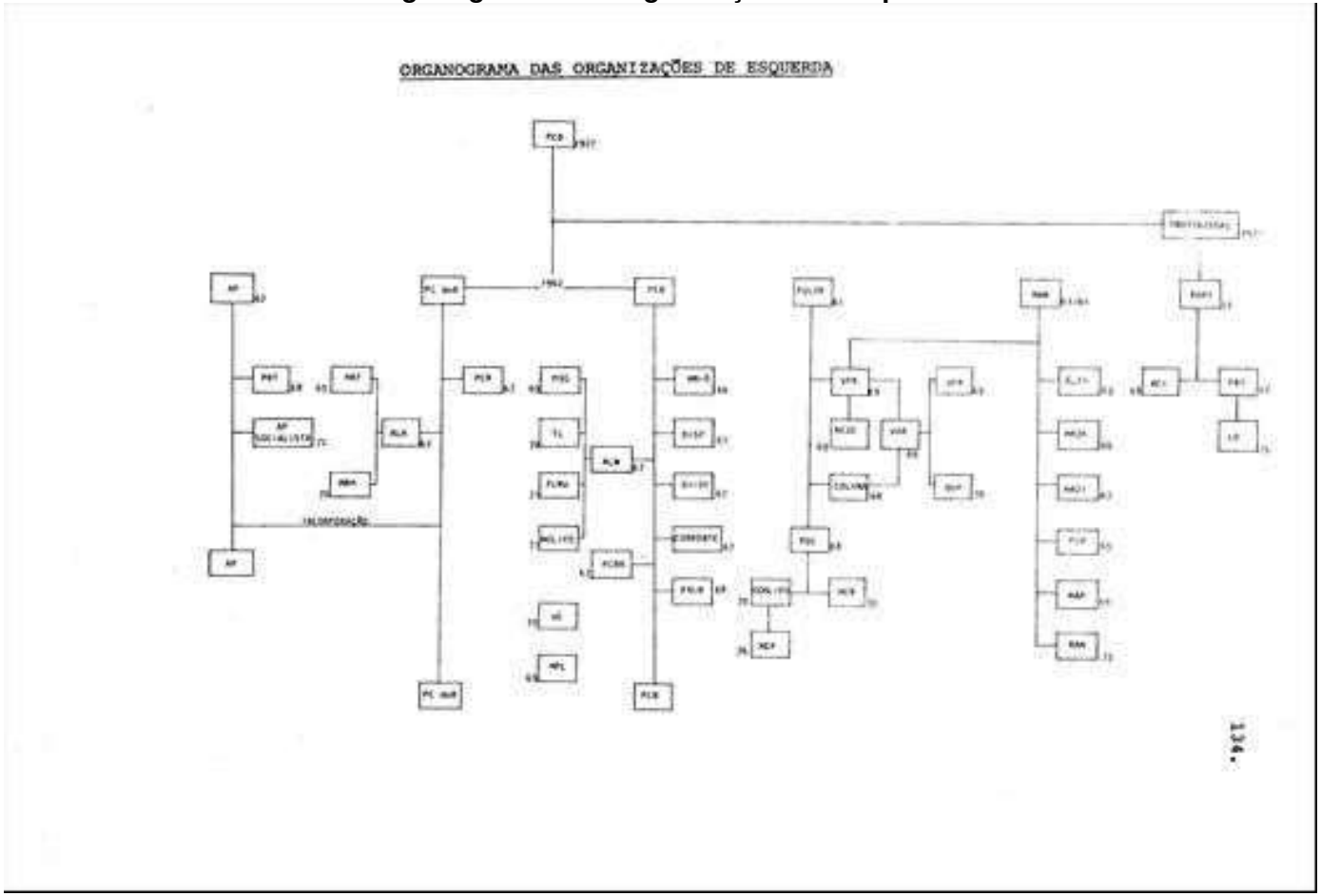
PM - Polícia Militar (estadual).

"DOI" - Organizações paramilitares fascistas.

SNI - Serviço Nacional de Informações.

ESG - Escola Superior de Guerra.

78

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1912205/CA

# ANEXO 6
## Organograma das organizações de esquerda